

# TESSITURAS

Revista de Antropologia e Arqueologia

V13 | N1 | JAN-JUN 2025

ISSN – 2318-9576

Fotografia por Daniele Borges Bezerra

Descritiva: folhas de capim





Pedro Luís Machado Sanches<sup>1</sup>;

Daniele Borges Bezerra<sup>2</sup>;

Danilo Vicensotto Bernardo<sup>3</sup>;

Isadora de Leon Torres<sup>4</sup>

## EDITORIAL

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, [pedro.sanches@ufpel.edu.br](mailto:pedro.sanches@ufpel.edu.br), <https://orcid.org/0000-0003-4060-5111>.

<sup>2</sup> Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP – UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, [borgesfotografia@gmail.com](mailto:borgesfotografia@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0001-6278-3838>.

<sup>3</sup> Professor Associado do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas. Membro da Comissão Editorial da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, [danilobernardo@furg.br](mailto:danilobernardo@furg.br), <https://orcid.org/0000-0002-0429-9623>.

<sup>4</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt - UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, [socioloisa@gmail.com](mailto:socioloisa@gmail.com), <https://orcid.org/0009-0007-7824-7643>.

A *Tessituras*, Revista de Antropologia e Arqueologia, é uma revista de acesso aberto, com periodicidade semestral, cujo primeiro número foi lançado no segundo semestre de 2013. A Revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel), e sua principal finalidade é possibilitar o diálogo entre as produções em Antropologia, Arqueologia e áreas afins da região sul do Brasil, bem como produções de nível nacional e internacional nas mesmas áreas. Nestes doze anos de existência, a revista se consolidou enquanto importante referência, e foi reconhecida como A2 pelo Qualis Periódicos (2017-2020) em Antropologia e Arqueologia.

Após uma reestruturação interna, ocorrida em 2025, a *Tessituras* está quase atualizada. Mas é importante destacar que nós, que assumimos a edição nos últimos tempos, enfrentamos diversas dificuldades com as quais não contávamos. Nesse sentido, os atrasos acumulados ao longo do ano não refletem apenas efeitos de maior duração dos alagamentos de abril e maio de 2024,<sup>5</sup> que afetaram profundamente o Rio Grande do Sul, impactando todas as atividades cotidianas em quase todo o estado, tampouco resultam apenas da licença capacitação do colega técnico administrativo que, até o ano passado, assumia as tarefas de diagramação e formatação da Revista. Há qualquer coisa de sistêmico nos problemas que enfrentamos, e talvez valha a pena dedicar esse editorial a apontar o que torna tão **penosa e arriscada** a publicação de uma revista acadêmica numa instituição pública de ensino superior brasileira.

Começamos, então, pela dimensão do risco. Como bem apontou John Dawsey (2005, p.163), “experiência e perigo vêm da mesma raiz”: “*per*”, que, associado à derivação grega περάω (*peráō*), significa “passar por”, “cruzar”, “ir de um lado ao outro”. Ou seja, toda a experiência pressupõe um risco intrínseco e configura-se como um processo de passagem ou transição, no qual a pessoa se expõe a desafios e a incertezas que promovem a transformação, a superação de limites e, por isso, a ampliação do conhecimento e do repertório. Poderíamos afirmar, portanto, que nós, enquanto editoras e editores da Revista, como assumimos essa tarefa há poucos meses, estamos ainda em pleno rito de passagem.

Penosa, pois, é a tarefa de manter uma revista ativa quando faltam recursos humanos, infra-estruturais e financeiros, tornando o trabalho editorial, por vezes, aparentemente impossível. A manutenção de um periódico científico nesse contexto depende de uma combinação frágil entre dedicação voluntária, expertise acumulada, tempo escasso e uma rede de colaboração que, embora fundamental, também se vê atravessada pelas mesmas precariedades.

---

<sup>5</sup> Talvez seja importante justificar, para os leitores e as leitoras, o uso do termo “alagamentos” em vez de “enchente”, buscando justamente um termo comum dentro dos debates atuais sobre o tema. De acordo com a geógrafa Mônica Wiggers (2025), vinculada ao Sistema Estadual de Museus (SEM-RS), alagamentos são eventos que ocorrem a partir do acúmulo de água em vias públicas e locais rebaixados em áreas urbanizadas, enquanto inundações ocorrem quando o volume de água excede o leito maior dos rios, ou quando há ruptura de barragens. Portanto, tratam-se de fenômenos de maior magnitude em relação à enchentes e enxurradas.

Por outro lado, há um caráter de “aventura” que o desconhecido nos apresenta, o que pode ser valioso do ponto de vista institucional e epistemológico. É nesse intervalo, entre o risco e as possibilidades de criação, que se abrem brechas para experimentar novas práticas, reconfigurar processos e reinventar o próprio fazer editorial. Em última instância, esse movimento configura um período liminar, no qual a exposição às incertezas e aos riscos funciona como motor de reconfiguração institucional e epistemológica do fazer editorial.

As dificuldades que enfrentamos não são exclusividade da *Tessituras*, tampouco são peculiares apenas aos periódicos da Universidade Federal de Pelotas, ou aos periódicos científicos sediados no Rio Grande do Sul. Num rápido levantamento das 206 revistas<sup>6</sup> da área de Antropologia e Arqueologia que obtiveram o mesmo conceito A2 que a *Tessituras* na última avaliação realizada pela CAPES<sup>7</sup>, é possível estimar que cerca de 54% das 111 publicações editadas no Brasil, e em língua portuguesa, apresentou algum tipo de atraso no lançamento de volumes ao longo do biênio 2024-2025, inclusive volumes cancelados ou “em aberto”. Para efeito de comparação, é preciso reconhecer que este percentual tende a zero nos 95 periódicos estrangeiros ou em língua estrangeira que receberam a mesma nota no mesmo ciclo de avaliação da CAPES.

Em se tratando de revistas científicas que atingiram os ditos “estratos superiores”, a grande quantidade de publicações brasileiras em atraso não é apenas alarmante, ganha contornos dramáticos e evidencia menos uma crise aguda, mais o agravamento lento e contínuo de problemas estruturais condicionados por uma miríade de circunstâncias compartilhadas por periódicos de todo o país, dentre as quais não seria incoerente apontar:

a) **A carência de pessoal próprio e especializado;**

Via de regra, as pessoas que se responsabilizam pela trabalhosa edição de um periódico como a *Tessituras* são docentes, quando muito com o apoio de pós-doutorandas(os), por vezes também doutorandas(os) do Programa de Pós-Graduação ao qual a revista está vinculada também integram a comissão editorial executiva. Sem efetiva capacitação para exercer a função, e sem horário de trabalho reservado a tal atribuição, é comum tanto a sobrecarga quanto o imprevisto. Quem “aprende fazendo” está mais vulnerável a erros e pode levar muito mais tempo para realizar tarefas simples.

---

<sup>6</sup> Considerada aqui a totalidade de periódicos classificados como “A2” pelo sistema *Webqualis* no quadriênio 2017-2020, o último divulgado antes da mudança no sistema de avaliação. Para preservar a fidelidade do levantamento, foram agrupados periódicos que figuravam na lista com duas entradas, seja por disporem de versão impressa e digital, seja por qualquer outro motivo.

<sup>7</sup> Vide notícia oficial acerca da mudança no sistema de avaliação em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrinial>

- b) **Disponibilidade irregular de recursos orçamentários;**  
Vinculada a programas de pós-graduação, grande parte das revistas da área de Antropologia e Arqueologia não tem orçamento próprio. Por isso, os custos ordinários são minimizados ao extremo, e ainda assim pressionam a verba do PROAP, o Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES, reduzindo o investimento em trabalho de campo, participação em eventos e manutenção de equipamentos, dentre outras despesas corriqueiras. A falta de uma linha própria e regular de financiamento impacta diretamente o tempo necessário para transformar submissões em volumes publicados. O fluxo das avaliações em duplo-cego, maior gargalo de todo o processo, não pode ser remunerada de forma nenhuma, e trabalhos técnicos de revisão, formatação e diagramação acabam sendo assumidos por pessoal técnico-administrativo que tem muitas outras responsabilidades, ou por bolsistas cujo plano de trabalho prioriza outras atividades.
- c) **Infraestrutura insuficiente ou inadequada.**  
Periódicos estrangeiros avaliados com o mesmo conceito que a *Tessituras* muita vez têm endereço próprio, e estão vinculados a uma editora que dispõe não só de todo o equipamento necessário aos serviços de edição impressa e digital, como também da experiência acumulada que tanto faz falta a quem assume uma revista brasileira. Em instituições públicas de ensino superior brasileiras, a disputa por espaço físico costuma ser intensa, o que acaba por inviabilizar a destinação de sala própria a periódicos científicos. Materialmente, uma revista como a *Tessituras* se resume ao espaço microscópico que seus dados ocupam no servidor computacional da Universidade Federal de Pelotas.

Diante de tais circunstâncias, iniciativas como a chamada anual para “apoio à publicação de periódicos científicos brasileiros”, lançada em conjunto pela CAPES e o CNPq, são muito bem vindas, mas não são suficiente para garantir a perpetuação de nossas revistas com a substituição das precariedades atuais por uma atuação mais profissionalizada, regular, confiável e legítima.

Um dos nós mais sensíveis das dificuldades estruturais aqui apontadas reside na crise contemporânea da avaliação por pares, caracterizada particularmente pela crescente escassez de pareceristas com qualificação, disponibilidade e comprometimento com os prazos da avaliação *ad hoc*. A intensificação do produtivismo acadêmico, e a ampliação contínua das demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, aliadas à ausência de reconhecimento institucional efetivo para o trabalho de parecer e revisão - que raramente se converte em “capital simbólico”, progressão funcional ou pontuação relevante nos múltiplos sistemas de avaliação - têm produzido um cenário de sobrecarga

crônica às pessoas envolvidas nos diferentes estágios do fluxo editorial. Nesse contexto, ainda que a avaliação por pares permaneça como pilar incontornável da legitimidade científica, o trabalho se realiza sob condições de invisibilidade, precarização e exaustão coletiva, afetando diretamente a fluidez dos fluxos editoriais e a sustentabilidade dos periódicos.

Os efeitos de tais condições incidem de forma particularmente aguda sobre a periodicidade das revistas de Humanidades, como a *Tessituras*, tradicionalmente mais dependentes de avaliações qualitativas, extensas e especializadas. A dificuldade recorrente em assegurar pareceres em tempo hábil gera atrasos cumulativos, tensiona o compromisso com prazos editoriais e expõe permanentemente as equipes a dilemas éticos e desafios institucionais, além da temida falha na manutenção de periodicidade, exigindo negociações delicadas entre o rigor acadêmico, a viabilidade operacional e os compromissos com as políticas de ciência aberta e avaliação responsável. Logo, a manutenção de um periódico científico em uma universidade pública brasileira constitui um exercício político. Tornar visíveis fragilidades típicas do processo não significa naturalizá-las, mas reconhecê-las como problemas compartilhados, comuns no campo científico, que demandam novos arranjos de corresponsabilização, reconhecimento e valorização dos trabalhos editorial e avaliativo como parte constitutiva - e não residual, ou marginal - da vida acadêmica.

Aproveitamos a oportunidade deste Editorial para registrar e reforçar a importância da participação de egressas(os), discentes e docentes do PPGAnt e de outros Programas de Pós-Graduação, na requalificação da *Tessituras*, Revista de Antropologia e Arqueologia. O exercício da escrita e da avaliação de produções textuais fortalece nosso processo de desenvolvimento pessoal e intelectual, além de ampliar o compartilhamento do arcabouço teórico e metodológico. Fica aberto, assim, o convite à potencialização desta revista, que fortalece e integra a produção de conhecimento antropológico e arqueológico, reafirmando o compromisso coletivo com a continuidade e a qualificação do fazer científico.

A travessia exige tempo, cuidado e disposição para sustentar, reconfigurar e reagregar, superando a instabilidade e a precariedade próprias dos processos liminares. Apostamos que é justamente nesse espaço liminar, “entre” dificuldades estruturais e compromissos ético-políticos, bem como entre precariedades operacionais e laborais e a vitalidade da produção antropológica e arqueológica, que a *Tessituras* se reconfigura, fortalece seus vínculos institucionais e reafirma seu papel público. Ao insistir na continuidade da revista como lugar de passagem, encontro e crítica, reafirmamos que fazer circular o conhecimento científico é tarefa coletiva, politicamente situada e socialmente necessária, cuja sustentação demanda colaboração, reconhecimento e compromisso duradouro.

Que a *Tessituras* siga, após este período de passagem, como espaço dialógico de encontro e transformação, em que a experiência

compartilhada, atravessada pelo risco e pela criação, se traduza em tessituras críticas do mais amplo interesse social.

## REFERÊNCIAS

DAWSEY, John. Victor Turner e a antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, pág. 163-176, 2005.

WIGGERS, Monica Marlise; CARVALHO, Michele Moraes; FLORES, Caroline Hipólito (orgs.). **Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2025.

Deanny Stacy Sousa Lemos<sup>1</sup>

**ALÉM DO VISÍVEL: Território,  
dimensões e luta Akroá Gamella na  
baixada maranhense**

---

**BEYOND THE VISIBLE: Territory,  
dimensions, and Akroá Gamella  
struggle in the maranhense lowlands**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social- UFSCar, deannystacy@gmail.com



## RESUMO

Esta investigação se passa no Território Taquaritiua do povo Akroá Gamella, indígenas do tronco Jê, que vivem na Amazônia Legal, na Baixada Maranhense. Busco apresentar o território multifacetado, um espaço construído por dimensões visíveis e invisíveis que abriga uma classe de seres, os encantados. Seres magnificados, eles vivem em suas moradas, lugares sagrados para os Akroá Gamella por serem domínios dos encantados. Nesses espaços, esses seres desenvolvem agência não só com os locais, mas em todo o território, através do cuidado, proteção e ações políticas, principalmente nas ações de retomadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Akroá Gamella; Encantados; Território multifacetado; Dimensões da realidade.

---

## ABSTRACT

This investigation takes place in the Taquaritiua Territory of the Akroá Gamella people, Indigenous people of the Jê linguistic branch, who live in the Legal Amazon, in the Maranhense Lowlands. I aim to present the multifaceted territory, a space constructed through visible and invisible dimensions that houses a class of beings, the "encantados" (enchanted ones). Magnified beings, they inhabit their dwellings, sacred places for the Akroá Gamella, as they are domains of the enchanted ones. In these spaces, these beings develop agency not only locally but throughout the entire territory, through care, protection, and political actions, especially in territorial reclamation efforts.

**KEY WORDS:** Akroá Gamella; Enchanted beings; Multifaceted territory; Dimensions of reality.

## INTRODUÇÃO

A investigação conduzida no Maranhão, iniciada em 2018, teve como foco a análise do povo Akroá Gamella, indígena do tronco Jê, que vivem na baixada maranhense entre os municípios de Viana, Matinha e Penalva. O foco da investigação era voltado para a luta pela recuperação de seu território por meio das retomadas de terras. Esse processo visa recuperar o espaço sagrado e reparar as relações que foram severamente impactadas pelos anos de colonização e colonialismo. As retomadas, além do resgate territorial e das relações, também era uma forma de autodemarcação desse território. Ou seja, consistem na recuperação de áreas que haviam sido tomadas por não indígenas, mediante práticas como arrendamento, grilagem e invasão.

Inicialmente as terras retomadas, além de serem lugares de morada dos encantados, também proporcionava “emendas” na terra que estava muito fragmentado e marcado pela expropriação. Em um levantamento de 11 retomadas realizadas entre 2014 e 2017, que além de recuperarem territórios, essas iniciativas envolvem os seres encantados, resultando na reconstrução da paisagem, com base no sentido do termo *paisagem* de William Baleé (2008), atribuo-o a um local que é encontro de seres e lugares, onde a história está impressa, inclusive, na matéria viva — e nas retomadas das relações fundamentais para a manutenção da vida de todos os seres que compartilham o território. Ou seja, as retomadas buscam o *retorno* — e trago a palavra no sentido usado por Daniela Alarcon (2013) — dos seres encantados e que aquele espaço volte a ser a morada do povo Akroá Gamella, e de fato a realidade de um futuro que esperam, mais adiante trago elementos que descrevem essa transformação dos espaços após serem retomados.

Esta investigação busca, portanto, apresentar o território multifacetado — mais a frente explorarei essa categoria — do povo Akroá Gamella, habitado por uma pluralidade de seres que são essenciais nos processos políticos e territorial. A perspectiva de construção de mundo, pode ser traduzido como uma *assembleia polifônica*. Onde tomo emprestado o termo de Tsing (2022), para descrever o território como um espaço moldado não apenas por humanos, mas por seres múltiplos que tecem o território.

Nesse contexto, o território Taquaritiua do povo Akroá Gamella, se destaca como uma área de significativa diversidade ecológica, que reverbera na pluralidade de seres e de suas moradas. Atualmente, os Akroá Gamella habitam uma porção reduzida de terra distribuída em 22 aldeias, porém, em 2018 o território possuía apenas 5 aldeias. O surgimento das novas aldeias está intrinsecamente ligado à retomada étnica dos moradores de outras localidades que ocupam o mesmo território. Embora muitas famílias se identifiquem como Akroá Gamella e optem por denominar sua área de aldeia, isso não implica necessariamente que toda a comunidade compartilhe dessa identificação. Essa dinâmica pode ser entendida como um movimento político de demarcação, refletido na frase

presente em todas as placas na entrada das aldeias: “Nossas escrituras são os nossos pés”, indicando que onde quer que caminhem, estão reafirmando a presença na sua terra. Essa percepção, pode ser traduzida como um modo de pensar Akroá Gamella sobre o mundo, sempre relacionando o andar como um fluxo de demarcação de espaços, de ocupação e reafirmação das suas identidades. Ao exemplo, de Bilibeu, ritual onde percorrem longos caminhos pelo território e ligam essa andança a reafirmação da presença indígena na região. Além de reafirmarem que por onde seus pés estão caminhando, ali é uma área que pertence ao povo, mesmo que no momento esteja sob posse de não indígenas.



**Figura 1:** Foto tirada durante ritual de Belibeu de 2024, o momento registra a passagem pela comunidade Santeiro (fica dentro da terra indígena, mas é ocupado por muitos não indígenas e são conhecidos porque alguns moradores cometeram atos de racismo contra os indígenas e participarem do massacre de 2017).

Essa diminuição significativa do território deve-se a apropriações ilegais, facilitadas por fraudes cartoriais e pela implementação do projeto de lei 2.979, de 1969, que buscava modernizar o setor agrário no Maranhão. Essas fraudes impediram o povo Akroá Gamella de acessar seu território plenamente. Como mencionou seu Marcírio ao falar do cercamento da paisagem, ‘não tem como andar no território sem se deparar com uma cerca erguida’. Com isso, com o objetivo de recuperar as áreas ocupadas por não indígenas e, ao mesmo tempo, proteger os espaços que estavam sendo degradados, ameaçando a morada dos seres encantados.

Durante a investigação das retomadas, concentrei-me em questões relacionadas à existência dos seres encantados. Isso despertou meu interesse em seguir o caminho desses seres para investigar as relações entre eles e os indígenas, assim como para conhecer quem são esses seres que habitam o Território Taquaritiua. Ou seja, foquei meu olhar nas narrativas que apresentavam os encantados. Desde minha chegada ao território em 2018, na retomada de terra conhecida como Piraí, uma morada de um encantado, ouvia narrativas que conectavam esses seres aos processos de recuperação territorial, levando a aprofundar minha pesquisa sobre o papel dos encantados nas retomadas e nas relações com os indígenas.

Em minha pesquisa de mestrado, aprofundei-me nas relações entre indígenas e seres encantados, com o foco em apresentar a *terra de encantoria*, um espaço que reflete a presença de vários seres sagrados que habitam as paisagens e estabelecem relações assimétricas com os indígenas. Identifiquei os diferentes seres e suas categorias, bem como suas formas de relacionamento e atuação no território por meio de seus domínios nos locais sagrados, compreendendo assim as formas de conexão entre todos os seres (Lemos, 2021a; 2021b).

Observando um território marcado pela destruição, fruto das rápidas mudanças impulsionadas por forças externas, os seres encantados aparecem nas narrativas como elementos essenciais para a permanência no território, muitas vezes sendo vistos como símbolos de cura para os males que afligem a terra. À medida que as paisagens são impactadas, a presença e existência desses seres encontram-se ameaçadas, levando-os, por vezes, a migrar para outras regiões, como pude ouvir em campo. O fluxo migratório, depende das condições que encontram as suas moradas, em uma das muitas conversas que tive com as pessoas envolvidas na luta territorial, me explicavam que os encantados foram embora porque suas moradas foram destruídas, mas que eles estavam voltando a habitar no território depois das retomadas de terras. Rokrã me relatava que quando mais novo via muito rastro de surrupira — um dos seres que habitam o território — nos tucueiros, depois parou de ver e disse que recentemente voltou a ver os rastros desse ser nos tucueiros ou atravessando o caminho.

*“Nessa época que não era destruído como é hoje. Moça, que você via cada coisa, cada coisa mesmo que o couro arrepiava. Não era todo mundo não... .era isso 18 horas se falhava um querosene, né? Porque a gente chamava ali no Santeiro de fio, é porque aí passava um filho de telegrama, né? ... Vamos comprar um querosene (lá no fio)? Quem que ia? Tinha medo porque a gente via. Fiti... Fiti hoje é difícil ver Fiti assoviar e antigamente ele atacava a gente, ele assobiava lá na frente, ele assobiava lá no pé. Tinha que botar para correr, ele se virava no gato, no cachorro para dar em caboclo. Tinha uma mulher chamada Pedro da Reis, quando ela passou lá em casa de papai cansada. Ela disse: “Rapaz, briguei com diabo de um Fiti ali”. Então, porque existe, mas quando existe devastação ninguém fica” (Rokrã, Aldeia Centro do Antero, 2024)*



Como disse anteriormente, quando as paisagens estão degradadas, eles apenas vão embora, para outros locais menos afetados pela degradação. A cada igarapé extinto ou floresta derrubada para dar lugar a pastagens, os Akroá Gamella afirmam que inúmeros seres perdem suas casas, suas moradas tanto nas dimensões visíveis quanto nas invisíveis — algo que explicarei mais adiante sobre essa teia de agência de seres que compõem o invisível. Diante disso, recorrer à ajuda desses seres para deter a destruição do território nos permite acessar as intrincadas teias dessas alianças, tecidas por relações magnificadas (Fausto, 2008). Esses seres encantados, ancestrais e donos do território, são centrais na narrativa de retomada das terras. Sua preservação e a manutenção da vida no solo sagrado são essenciais para a cura do território e das relações ameaçadas pela destruição.

Considerar esse território multifacetado ou multidimensional — e aqui trago uma breve conceitualização do quero dizer com esse termo — apresenta um território composto por dimensões habitadas por uma pluralidade de seres que mantém relações de domínios com a paisagem de forma invisível. Possuindo formas específicas de acesso e conhecimento. Os cantos entoados nos rituais funcionam como um chamado para que esses ancestrais se façam presentes, fortalecendo assim a relação com os indígenas e permitindo-nos conhecer a cartografia ontológica que reflete a memória, a história e o conhecimento adquiridos pelos indígenas por meio dos movimentos que realizam no território (Ingold, 2000).



**Figura 2:** Fotografia tirada no Rio Piraí, morada do encantado João Piraí, localizado na aldeia Cajueiro-Piraí.

Com isso, nos tópicos seguintes, iremos apresentar esse território multifacetado composto por uma variedade de seres que, juntos, nesse processo de reconstrução das relações, retomam os espaços, reencantando o mundo. No tópico intitulado *O território é feito por gente que canta com e como a gente*, iremos apresentar os donos e suas maestrias, os seres encantados e todas as unicidades desses seres tão múltiplos e complexos que mantém relação particular com a paisagens. No tópico seguinte, trataremos dessa paisagem sendo um elemento importantíssimo para os Akroá Gamella por ressoarem a herança ancestral e a certeza de vida acompanhada pelo povoamento dos seres no solo sagrado, desta forma, a defesa do território se torna imprescindível para manter o sagrado vivo.

## O TERRITÓRIO É FEITO POR GENTE QUE CANTA COM E COMO A GENTE

A maneira sublime de traduzir esse território multifacetado e povoado por seres diversos, é mergulhar nos cantos. Para os Akroá Gamella, o cantar se remota como um elo que une todos os seres que habitam essa terra de encantoria. Cada palavra entoada nos rituais é como um sussurro ancestral. Esse território não é apenas um espaço físico; ele é moldado por uma cartografia invisível, onde as cantigas revelam suas camadas e abrem o caminho para aqueles que têm "olhos limpos"—forma como descrevem quem consegue ver as moradas dos encantados— para enxergar.

Seguir o canto é entrar em sintonia com os seres ancestrais que habitam a terra. É explorar a essência múltipla desse território encantado, onde visível e invisível se misturam continuamente. O cantar é mais do que uma expressão ritual; é a chave que abre portas para o universo dos seres encantados, permitindo aos Akroá Gamella conhecerem seus nomes, suas moradas e suas histórias.

## CONHECENDO A MORADA DOS ENCANTADOS

Os seres encantados, que compõem a miríade de seres magnificados (Fausto, 2008), ou seja, seres que possuem prestígio, responsabilidade e conhecimento. Além de serem comumente relacionados à proteção dos indígenas e ao controle do território. Em um evento especial e desconhecido, essas entidades se encantaram, passando a habitar a paisagem de uma forma diferente, incorporando múltiplas formas, como mãe-d'água, animal encantado ou outros seres. Alguns, como João Piraí, são conhecidos por sua capacidade de se metamorfosear, assumindo formas corpóreas variadas. Em uma das muitas conversas que tive com Rokrã, Cacoht e seu Marcirio, me contavam que esses seres nem sempre aparecem como são, então podem aparecer como homem e ser um bicho e o inverso. Marcirio conta uma história que seu pai, foi caçar e acabou atirando em um animal que ficou batendo asa e ela entrou em um local que tinha muito palmito, quando ele foi olhar em busca do animal, descobriu que se transformou num sapo. Logo decidiu deixar o animal onde viu, pois sabia que era um encantado ou animal de um encantado.

Após o encantamento, esses seres deixaram de ser visíveis aos olhos comuns, habitando o território em uma dimensão invisível, conectada a espaços específicos da paisagem, como rios, árvores e olhos d'água, conhecidos como moradas. Esse processo de encantamento os torna ancestrais e marca um momento crucial em sua existência, consolidando sua presença contínua no mundo Akroá Gamella. A conexão ancestral que liga os indígenas aos encantados é marcada pela ideia de cuidado, manifestada em narrativas sobre seres como João Piraí, que

afirmam nunca ter abandonado o povo, mesmo em momentos de destruição de sua morada.

Assim como um pai e uma mãe que cuidam e provê os meios necessários para o desenvolvimento de seus filhos. Como ouvi uma vez no território “Encantado o que ele é para nós? Ele sempre proteção”, ou seja, os seres encantados oferecem cuidado e deixam claro que estão presentes na vida dos indígenas.

Os ancestrais permanecem vivos e ativos no presente, como aponta Ingold (2000). A morte associada ao encantamento não significa o fim da vida nem compromete sua existência. Sua presença física foi temporária no tempo mítico, porém sua existência é perene, representando um processo que marca a transição na circulação da força vital no território. Não há morte, mas circulação da vida para outra dimensão desse mundo. O encantamento dos seres ocorre como parte de uma vida contínua, marcando o início de uma jornada para outra dimensão da realidade. Encantar-se significa atravessar da dimensão visível para a dimensão invisível, não havendo uma dicotomia entre morte e vida (Ingold, 2000).

A ancestralidade dos seres encantados não está vinculada apenas ao passado por meio de uma noção biológica de sucessão geracional (Ingold, 2000). Ela se faz presente por meio do cuidado, através de seus poderes de cura, conhecimentos míticos e domínio sobre suas áreas de encantamento. Andar nesses espaços sagrados revela o quanto essa relação é potente e cuidadosa, mas também perigosa. Uma falha no comportamento pode resultar em uma *flechada*, arma invisível que penetra o corpo causando enfermidades que exigem cura por meio dos curadores —figuras especiais na sociedade Akroá Gamella, que possuem acesso ao conhecimento dos encantados por meio de práticas como a reza.

Ao adentrar nesses lugares sagrados, você precisa entender que existe um dono e se faz necessário pedir permissão para qualquer coisa que queira fazer naquele espaço. No território, reúne inúmeras histórias de pessoas que ao chegarem em um olho d’água e pegarem água sem antes pedir permissão, a água ficava suja impossibilitando o uso; ou ir pescar em um rio e não pedir permissão, logo, não conseguir pescar; ir em um olho d’água que existe dois peixes encantados e dependendo da forma como você chega, ele pode adoecer você, como me explicava Dona Maiza e Seu Estevão. A relação belicosa exige regras de conduta. Além de pedir permissão para uso do espaço, é preciso manter respeito e, por exemplo, não xingar nesses espaços.

Quando o uso desses espaços é para a pesca, é preciso uma conduta ainda mais adequada, de fato uma ética da pesca. Os mais velhos explicam ser preciso pedir permissão, alguns costumam até falar que estão com muita fome e precisam pescar rapidamente para voltar logo para sua casa; além desses pedidos que envolve uma fala que remete a pressa pela pesca, também buscam reforçar a narrativa de que estão apenas pescando porque precisam, não haverá ganância no ato. Ganância é algo que atrapalha, os mais velhos dizem que os encantados não gostam e por isso deve-se só pescar o necessário. Além de saber os horários certos de fazer isso, costuma falar que às 12h e às 18h, são horários muito perigosos. Os encantados não gostam de serem incomodados quando estão



descansando; por isso, deve-se evitar ir à pesca nesses horários. Existe uma ética e uma negociação para uso dos espaços, os mais velhos relatam que seus pais ou avós sempre pediam para respeitar o horário de descanso dos encantados, não derrubar árvores de forma desnecessária, tudo tinha que ser feito somente pela necessidade.

Uma das histórias que marca bem essa trama que envolve a ética para uso dos espaços sagrados, a ideia de dimensões da realidade, bem com a destruição dos espaços sagrados foram contadas a mim por Pijhcre, sempre que ia pescar chegava na beira do rio e falava essa frase “Eita rapaz, eu tô com fome hoje. Eu quero comer, eu vim pescar, me ajude [...] tenho um bocado de pequeno em casa com fome.” e só assim conseguia pescar, inclusive afirma que se não souber como chegar nesses espaços e o que falar, possivelmente alguém aparecerá para você tentando o expulsar do local. Outra história que também me chama muita atenção, aconteceu ao lado de sua avó, Dona Lili (*in memoriam*). Uma das várias vezes que saiam para pescar a noite na beira do rio, quando voltavam viam uma senhora sentada no meio do caminho. Dona Lili logo instruía a pararem um pouco longe da senhora, fazia um cigarro e acendia— o ato de acender e soprar o fumo era para a fumaça chegar até a senhora e conseguir passar por essa encantada —, também pedia licença para passar falando que estava com muita fome e só queria chegar em casa. Pijhcre afirma que a senhora virava de costas para elas, assim liberando o espaço para seguirem seu caminho.

As relações são belicosas e se faz necessário pedir licença, bem como saber respeitar o dono desses espaços para conseguir pescar, beber água ou fazer qualquer uso desse espaço. Em uma conversa com Cohtap, me contava sobre algumas histórias de flechada, e me disse uma frase que transcreve bem sobre essa relação belicosa com os encantados, afirma que eles mesmos “dão um jeito”, em outras palavras, os encantados tem seus modos próprios de realizar a punição pelo mau uso do espaço. E nesse momento trago a fala de Cacoht, quando eu uma conversa me contava sobre o respeito que deve ter a morada, disse a seguinte fala:

*Encantado o que ele é para nós? **Ele é sempre proteção** (grifo da autora). Mas também se você exagerar, ele pode fazer mal também, né? Ele pode fazer mal também, então, a gente tem que ter o respeito por ele, para ele ter respeito pela gente. Porque a gente tem que respeitar o momento deles, porque não é que é morada deles aqui que eu posso esbandalhar... que eu vou bagunçar. Ele pode me fazer mal. **Como dizem os mais velhos: “eles podem flechar”** (grifo da autora). Podem me deixar doido, cegar a gente e dar febre. Fazer algum mal porque a gente exagerou. **Mas abaixo de Deus, os encantados cuidam e protegem a gente** (grifo da autora). (Cacoht, Aldeia Centro do Antero, 2024)*

Essa relação desenvolvida no território através do cuidado, revela uma teia de relações, em que os encantados, seres magnificados, que possuem domínio, agem e influenciam o mundo. Suas habilidades e

influência se manifestam nos sonhos, nas incorporações e nos conhecimentos de cura, conectando-se com os Akroá Gamella. Essa teia, que abrange dimensões visíveis e invisíveis, permite que todos os seres interajam por meio de linhas de conexão (Ingold, 2008; Ingold, 2013). Assim, o território não se restringe ao que pode ser visto ou mensurado; ele se revela como uma teia cheia de relações e multifacetado, onde seres visíveis e invisíveis coexistem e se entrelaçam, tecendo um espaço de dimensões sobrepostas e entrelaçadas.

## UM TERRITÓRIO DE DIMENSÕES ENTRELAÇADAS

Movida pela tentativa de captar e apresentar o território multifacetado Akroá Gamella, mergulho nas ricas relações que me foram apresentadas através das narrativas, cantigas ou rituais de encantoria, experiência que observei ao longo desses anos. Minha chegada ao território, apenas dez meses após massacre de 2017, intensificou meu contato com as narrativas sobre os encantados e suas moradas, cantigas sagradas e a cosmopolítica Akroá Gamella. Olhando para essa minha trajetória como ponto de partida para apresentar este território, formado por pluralidades de seres e formas de habitar a paisagem, bem como pela própria constituição desse espaço, desse modo, traduzo como um território multifacetado. Proponho essa abordagem, muito embebida das narrativas sobre os encantados e o seu encantamento. Pois, descrevem o momento em que estão habitando o mesmo mundo, mas que esses seres estão vivendo de uma maneira invisível, o encantamento fala dessa passagem dessa dimensão visível, para a dimensão invisível. Ou seja, o território, ele é um lugar multifacetado.

É dessa forma que o território se traduz: por essa variedade e pluralidade. Ao caracterizar o território como multifacetado, estou me referindo à pluralidade desse lugar, que abriga uma classe de seres, chamados encantados, que habitam a paisagem em suas moradas, locais sagrados para o povo. Estou, portanto, também abordando um território dividido em dimensões visíveis e invisíveis.

O território multifacetado dos Akroá Gamella é, portanto, uma teia, onde as dimensões são interconectadas, na qual, seres visíveis e invisíveis coabitam e interagem. Nessa configuração, elementos visíveis, como árvores e rios, se entrelaçam com elementos invisíveis, como os encantados e suas moradas sagradas, coexistindo no mesmo tempo e espaço. Em outras palavras, o território está dividido em extensões/camadas que determinam uma porção de espaço ocupado, isto é, em dimensões que podem ser visíveis e invisíveis.

Todavia, essas dimensões da realidade que compõem o território Akroá Gamella são camadas ou extensões tão amalgamadas que, por vezes, não há como distingui-las. Os seres encantados povoam as dimensões invisíveis, porém, ao habitem e estarem nessa outra dimensão invisível, suas ações reverberam na dimensão visível, ou o visível afeta a dimensão invisível. A exemplo, das paisagens destruídas pela exploração e

expropriação. Explicaram-me que tanto as moradas quanto os encantados vivem de forma invisível no território; as moradas ficam na mata, nas águas, nos igarapés, mas a morada exata, como ela é, não se pode ver, pois é invisível. E continua, afirmam que, se prestar muita atenção, pode-se perceber coisas não naturais da paisagem, que demonstram que ali há uma presença de encantado. A presença dos encantados nessas dimensões é tangível, mas somente para aqueles com olhos limpos — forma como caracterizam pessoas que possuem uma sensibilidade para captar visualmente os encantados ou outros seres que habitam o território, habilidade inata — capazes de ver os encantados.

Nesse contexto, as cantigas assumem papel central, ao permitirem acessar essas dimensões e conhecer a cartografia ontológica. Os mais velhos dizem que se percebia muito mais esses lugares, pois o território não estava tão marcado pela exploração e expropriação feita por não indígenas. Hoje, a extensão formada por três retomadas, eram um local onde se via muitos seres — uma senhora sentada, um homem que ficava no caminho próximo a um juçaral com a mão passando nas cabeças, outro homem que ficava a noite toda batendo em árvores. Durante os rituais de encantoria — momento em que se reúnem para entoar as cantigas sagradas — que pude presenciar nos mais variados espaços do território, relacionavam esses momentos de cantoria ao fortalecimento espiritual, momento onde as cantigas agiam como um chamado para os encantados poderem estar presentes. Crianças, adultos e anciãos participam juntos desse momento e essa busca por fortalecimento.

As cantigas são narrativas cantadas que possibilita conhecer o território multifacetado, descrevendo as encantorias e os seres que habitam florestas, rios e açudes. Por exemplo, uma cantiga fala sobre uma encantada chamada Oruparana: "Cobrinha preta, Oruparana. Surucucu ela é cobra tirana." Outra fala de João Piraí: "João Piraí, tu é bravo, eu sou maroto. Quem manda no Rio Grande é tu, não outro". Conhecido como o grande dono do território—a cantiga quando foi traduzida para língua que está sendo retomada, trazem João Piraí como esse grande Dono do território e de um rio com muitos peixes, reforçando o grande protagonismo desse encantado no território—, João Piraí faz morada no Rio Piraí e assume várias formas, como homem, peixe, sapo ou outra forma corpórea, como me relatava Cotap.

Esse território plural, tão diversos em seres, domínios e dimensões, necessita de certos cuidados como elenquei anteriormente, mas que está constantemente em perigo pela exploração e expropriação causada por não indígenas. O território é composto por uma grande trama de águas, são dois rios com muitos braços que tecem tramas por toda extensão territorial Akroá Gamella, mas que foi muito impactado pela exploração. Há alguns anos o povo faz denúncias sobre o lixão que impacta diretamente essas veias d'águas, e recentemente realizaram uma retomada na área que é o lixão, a tentativa é de impedir que usem o espaço e endossar as denúncias sobre o uso ilegal que alguns municípios tem feito desse espaço dentro do território.

Utilizo as palavras de Luísa Molina (2017, p.26) para traduzir as retomadas: A luta como forma de habitar a terra, habitar a terra como

forma de luta. É indissociável a resistência como forma de habitar um território que foi expropriado e explorado, e as retomadas são maneiras de nutrir, ocupar e reconstruir os vínculos e os espaços desse território multifacetados que foram fragilizados. No próximo, tópico iremos abordar a defesa do território como garantia desse território multifacetado.

## QUANDO A TABOCA TOCAR É HORA DE RETOMAR

*“Eu sou um caboclo brabo, eu moro no meio do mato  
Eu sou um caboclo brabo, eu moro no meio do mato  
Aê de dia até de noite,  
Aê já conheço o soar  
Na minha aldeia, eu ouvi buzinar  
Na minha aldeia, eu ouvi buzinar  
Eu mandei tocar taboca, fazer chamada, vamos guerrear  
Eu mandei tocar taboca, fazer chamada, vamos guerrear”  
Cantiga Akroá Gamella*

*“Eu bati na sapopema chamando meus companheiros  
Eu bati na sapopema chamando meus companheiros  
Ê olha como é tão bonito, meu povo, caboclo na minha aldeia  
Ê olha como é tão bonito, meu povo, caboclo na minha aldeia”  
Cantiga Akroá Gamella<sup>2</sup>*

Início o tópico com essas duas cantigas Akroá Gamella, pois rememora muito o processo de retomada das terras, resistência e existência indígena na região. A paisagem testemunhou o povo Akroá Gamella sofrendo não só com o avanço acelerado da fronteira agrícola, como também um ataque sem precedentes ao seu direito territorial, como a veiculação de que o povo estava extinto, mas o povo ainda gritava “Nós não morremos, ainda estamos aqui”.

O ataque ao povo e seu modo de vida, perdurou por anos, e se intensificou a partir do final da década de 60 com três ações expressivas. Primeiramente, quando ocorreu a falsificação do inventário de 1759 da Carta de Doação de Terra Sesmarias em cartório. Na qual, alteraram nominalmente a posse sobre a terra em uma certidão de 16 de abril de 1967, introduziram no documento uma averbação de 1953. Utilizavam esse documento envolvendo a participação de autoridades locais para ter um caráter de legalidade quando vendiam a terra (Paula Andrade, 2008; Lemos, 2019).

E a outra ação, com a Lei 2.979, de 17 de junho de 1969, conhecida popularmente pelos movimentos sociais maranhenses como “Lei de Terras Sarney”. Corresponde a mais uma política do Estado cuja finalidade era

---

<sup>2</sup> Cantiga apresentada a mim por Dona Dominga enquanto conversamos no seu local de cura na aldeia Claras. Dona domingo me colocou dentro do seu terreiro, apresentou seu espaço de cura, além do privilégio de ouvi-la cantar.



modernizar o setor agrário maranhense. As terras públicas do Estado foram leiloadas e entregues a grandes grupos latifundiários. O que ocorreu foi uma intensificação dos conflitos agrários na década de 70 no Maranhão.

A terceira ação, foi a região também ser visada por empreendimentos estatais ou de iniciativa privada e o Estado se torna presente na região com projetos de titulação e desenvolvimento econômico promovidos pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), levando vários indígenas a cadastrarem suas áreas no órgão fundiário regulador, de modo a garantir a proteção individual de suas casas. Ao cabo, o território dos Akroá Gamella foi reduzido a 530 hectares de um total de 14 mil hectares de acordo com a carta de doação de 1759.



**Figura 3:** Seu Raimundo, Aldeia Tarumã. A fotografia foi tirada em um local regularizado dentro da terra indígena pelo INCRA como um assentamento Maracaçumé-Ricoa.

Durante todos esses anos em que o Estado tecia sua narrativa de extinção dos povos indígenas e buscava enterrar a história do povo

colocando pedras sobre o território, os indígenas utilizaram esse tempo para um fortalecimento interno, até que pudessem 'retirar a pedra colocada pelo Estado', como caracterizam esse período de reclusão. A retirada da pedra ocorre a partir de 2010, os indígenas começaram a se mobilizar e em 2014 realizaram uma assembleia pública reafirmando sua identidade e a partir de 2015, iniciou-se o processo de retomada das terras.

## RETIRADA DAS PEDRAS, NOVAS RETOMADAS E A DEFESA DO TERRITÓRIO

As ações de retomada, como foi mencionado anteriormente, foram estimuladas devido à fragmentação do território através da exploração, arrendamento e invasão. A terra estava adoecida por tantos males causados por não indígenas. Então, sobreviver no território daquele modo não era o suficiente. Sobreviver não é existir. Pijhcre, em sua fala para o El País após o massacre de 2017, afirmou que foram anos de sobrevivência, mas agora sente que está vivendo de novo. Antes das retomadas, sentia-se presa em um cofo, em uma gaiola, e após as retomadas, a sensação era de liberdade.

Quando Pijhcre evoca a ideia de sobrevivência para descrever a situação do território, a palavra carrega o peso de todos os males que adoeceram a terra e ameaçaram o modo de vida Akroá Gamella. Nas narrativas, destaca-se a ameaça às moradas dos encantados, que estavam sendo destruídas pelas fazendas, o cercamento do território e a diminuição de seu domínio, além da crescente degradação e da ameaça às próprias vidas. As retomadas foram impulsionadas pela noção de território do povo, que remete à construção e à vivência, sobre uma base territorial, como diz Dominique Gallois (2004). Pois, ao pensar a ideia de território a partir dessas relações que são estabelecidas, criam canais de comunicação, e as relações são os aspectos centrais na ideia de território que produz as retomadas. As relações de apropriação do espaço são aspectos central nesse tipo de abordagem. Cada área que desejavam recuperar era indispensável para a produção do que os torna e os mantém Akroá Gamella. Impulsionados por esses fatores, os Akroá Gamella realizaram ações de retomada, e essa autodemarcação operava como uma dissonância de mão dupla (Molina, 2017a; 2017b). Luísa Molina (2017) propõe que os indígenas utilizem os códigos e o aparato normativo estatal como estratégia para se movimentarem dentro das estruturas do Estado. Ou seja, o povo Akroá Gamella realiza as autodemarcações de seu próprio território, produzindo e construindo os limites de sua terra. Na autogestão do território, eles mesmos desenham o seu perímetro, recuperando lugares indispensáveis para a prática de suas formas de vida.

Como afirma Mejía Lara (2023), as retomadas são uma contrapolítica e contraterritórios, pois essa prática indígena também é um saber produzido para construir essa relação política. Nessa perspectiva, as retomadas movimentam a política dentro do universo das relações, especialmente

com os não indígenas, ao propagar uma política indígena para o mundo. Desse modo, o ato de retomar a terra surge como uma possibilidade de reencantar um mundo desencantado pelas interferências dos não indígenas, principalmente devido às grandes degradações ambientais, especialmente nos locais sagrados (Slater, 2001; Pereira, 2018; Arruti, 1996). As retomadas tornam-se uma forma efetiva de garantir o retorno dos lugares indispensáveis, permitindo que a vida volte a circular, que os lugares sagrados e os seres encantados retornem, e que a paisagem se regenere.

Após a retomada dos lugares, há um momento de descanso para a paisagem, um processo de cura dos locais que sofriam com as enfermidades causadas pelas fazendas. Os espaços são então cuidados e nutridos; a natureza é deixada para se recuperar, roças coletivas são construídas, e espaços são criados para as crianças poderem desenvolver suas habilidades corporais circulando pelo território. Expande-se também a infraestrutura para melhorar as vidas coletivas, com acesso à mata, recuperação das encostas do rio e retomada de relações fragilizadas, como as com os encantados. Além disso, a relação entre a retomada e os fazendeiros é apagada, e as áreas recuperadas recebem novos nomes, muitas vezes homenagens a rios ou aos encantados que são os guardiões dessas áreas.

A recuperação das áreas traz de volta outras agências e figuras importantes para o povo, bem como a garantia desse território multifacetado. As retomadas, em sua perspectiva cosmopolítica, visam “atrair lugares e relações, que multiplicam também as representações” (Mejía, 2023, p.18). A centralidade dos encantados nas práticas e nos aspectos de vida e política dos Akroá Gamella amplia o conceito de política, pois a agência desses seres é fundamental nesse processo, ou seja, uma cosmopolítica.

Isabelle Stangers (2007), ao fazer uma proposição sobre cosmopolítica, possibilita uma nova abordagem política em que se recusa a hegemonia que subordina natureza e cultura ou que entende essa natureza inerte, sem participação no campo político. Para Stangers, a cosmopolítica propõe um novo modo de pensar no qual esses outros seres tenham autoridade ontológica. Davi Kopenawa (2019), em *A queda do céu*, diz que para os Yanomami, política é outra coisa, elas são as palavras de Omama e dos xapiris. Em outros termos, Kopenawa nos diz que a sua crítica ao sistema capitalista e aos deuses da mercadoria passa pela interação com os xapiris, elaborando uma outra definição de política.

Renato Sztutman (2020), traz *A queda do céu*, como um manifesto cosmopolítico fortemente ligado ao discurso da ecologização da política e ao que se poderia entender como uma diplomacia— termo usado sob a ótica de Stangers (2007) —, pois esse fazer político se dá entre mundos e seres. Assim, fazendo essa diplomacia com o mundo branco. Danowski e Viveiros de Castro (2014), ao discutirem a cosmopolítica, abordam como ela amplia a noção de agenciamentos, pois não há uma separação rígida entre natureza e cultura, humanidade e mundo. Em outros termos, a diplomacia que se estabelece entre seres, onde todos possuem agência,

constrói a realidade e as possibilidades de mundo. No caso abordado aqui, essa construção se concretiza nas retomadas.

Podemos ver essa construção de mundos nos trabalhos de Daniela Alarcón (2013), Patrícia Couto (2008) e Susana Viegas (2007) ressaltam a centralidade dos encantados nas retomadas Tupinambá como parte essencial, além das instruções de como realizariam as ações, sua presença garante um espaço de vida onde a existência de todos os seres é assegurada. Essa possibilidade de vida só é garantida pela retomada das terras. No território Akroá Gamella não é diferente.

Para o povo Akroá Gamella, os seres encantados desempenham um papel político ativo na retomada do território, agindo e interferindo no curso dos acontecimentos (De La Cadena, 2015, 2018, 2019). Um exemplo marcante ocorreu durante o ataque a tiros de invasores em 2017, quando os encantados confundiram os caminhos para proteger os indígenas que fugiam. Algumas crianças, presentes durante a ação, relataram que, ao tentarem retornar pelo mesmo caminho até a fazenda, encontraram jagunços armados. Assim, foram conduzidas de volta para a mata, evitando uma emboscada e, possivelmente, uma tragédia ainda maior—Existe a prática de levar as crianças para todas as ações, afinal, a aprendizagem é coletiva. Ao participarem dos rituais ou das ações de retomadas, essas crianças, ao passo que aprende os rituais de fortalecimento espiritual para retomar a terra, participam de forma ativa na construção daquela realidade, ou seja, a construção da retoma de terra (Toren 1990; Cohn, 2000). Muitas crianças estavam presentes durante o massacre, algumas tiveram pequenas escoriações durante a fuga, mas a grande ferida foi o trauma de ver seus parentes sendo atacados com golpes de facão ou bala, além do cenário de ameaça e insegurança instalado no território. Essa experiência reflete a importância dos encantados na proteção e na condução dos Akroá Gamella durante as retomadas.

Quando narram que os encantados nos confundiram para nos proteger é assegurar que esses seres possuem agência sobre o mundo, não só no cuidado das ações, mas principalmente na motivação e instrução para retomarem as áreas. Observo as iniciativas de recuperação e o território como uma vasta assembleia polifônica (Tsing, 2022), evidenciando a compreensão de que “fazer mundos não se restringe aos humanos” (Tsing, 2022, p. 66). Em outras palavras, trata-se de uma convergência de projetos de criação de mundo concebidos tanto por seres humanos quanto não humanos, entrelaçando-se. As iniciativas de recuperação representam essas estratégias/projetos que são concebidos por todos os seres que habitam o território, onde todos colaborem para transformar esse espaço em ruínas em locais que circulem vida. Ou seja, onde haja presença dos seres encantados. Desta forma, promovendo a cura dos males que os impactos ambientais causaram.

Assim, os objetivos políticos dos Akroá Gamella e dos seres encantados apontam, assim, para o campo de relações complexas. Mencionam que os seres sagrados são protagonistas nas pautas territoriais, posto que davam direcionamento a respeito de como poderiam retomar as terras para trazer a cura. O que entendem como política difere radicalmente das concepções que fazem separação entre natureza e cultura, a política é pensada com os

seres encantados, não concebe o mundo como algo inerte e suscetível às invasões e degradações ambientais. Os seres encantados estão inseridos na construção das ações cosmopolíticas (Sztutman, 2019; 2020).

Os espaços retomados, que eram paisagens arrasadas onde se reuniam impactadas por perturbações radicais feitas por empresas e grandes empreendimentos (Tsing, 2018), voltam a ser povoados pelos seres que vivem nesses espaços, além de também serem utilizados para fortalecimento da coletividade, algumas retomadas foram utilizadas para criação de roças coletivas, casa redonda, atendimento médico. O espaço volta a refletir a indigeneidade através da recuperação tanto ligada às questões ecológicas, como ao fortalecimento dessas relações que foram enfraquecidas, principalmente no que diz respeito sobre os seres encantados (Balée, 2008).

## CONCLUSÃO

“Eu sou um caboco brabo, eu moro no meio do mato. Aê, de dia até de noite, eu já conheço o luar. Na minha aldeia eu ouvi buzinar, eu mandei tocar taboca, fazer chamada, vamos guerrear.” Assim como a prática Akroá Gamella de finalizar suas ações, assembleias e reuniões com as encantorias, pois a musicalidade é um elemento central, trago este canto, muito entoadado nos rituais de encantoria e marcante nos processos de retomada e na luta pela garantia de um território cuidado, protegido e livre das enfermidades causadas por não indígenas.

A cantiga sagrada dos Akroá Gamella ecoa o movimento de recuperação das terras por meio de ações coletivas: as retomadas. Indígenas e encantados, juntos pela defesa e construção desse mundo que garante a vida de todos os seres presentes no território. Recuperam o mundo em ruínas, alvo de ataques intensos perpetrados pelo poder do Estado e por interesses diversos — empresas privadas, fazendeiros e políticos — com sua lógica de exploração, transformando o solo sagrado em mera mercadoria, como fonte de negociação. Para os Akroá Gamella, o território é inegociável, intocável e encantado. Enquanto outros veem uma “geografia do sacrifício” a ser explorada, como um local desterrado onde buscam apagar história, raízes e memórias para poder explorar, os Akroá Gamella veem espaços sagrados que precisam ser preservados para a manutenção da vida de seus ancestrais. Não há vida no território sem a preservação da morada dos encantados.

As retomadas são vias efetivas para garantir a proteção de seu território multifacetado, com todos os seres e dimensões essenciais que os tornam e os mantêm como Akroá Gamella. Assim, os espaços recuperados refletem essas territorialidades e toda a amplitude de relações que são indispensáveis para os indígenas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Myriam Martins. **Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização.** Revista *anthropológicas*, ano 8, volume 15(1): 49-78 (2004).

ALVARES, Myriam M. **Criança e transformação: os processos de construção de conhecimento.** Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização, p. 77-91, 2012.

ARRUTI, José Maurício Andion. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.** Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, Museu Nacional, 1996.

ALARCON, Daniela Fernandes. 2013. **O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia**, 343 pp. Brasília, Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.

BALEÉ, William. **Sobre a indigeneidade das paisagens.** Revista de Arqueologia, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BRANCH, Lyn C.; SILVA, Marlene F. da. **Folk medicine of Alter do chao, Para, Brazil.** Acta Amaz, p. 5-6, 1983.

COHN, Clarice. **Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá.** Revista de Antropologia, v. 43, p. 195-222, 2000

COUTO, Patrícia N. A. 2008. **Morada dos encantados: Identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA.** Dissertação de mestrado (Antropologia). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014a. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** São Paulo: ISA, Cultura & Barbárie.

DE LA CADENA, Marissol. **Earth-Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds.** Morgan Lectures Series-Duke University Press, 2015.

DE PAULA ANDRADE, Maristela. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum.** Edições UFMA, 1999.

FAUSTO, Carlos. **Donos demais: maestria e domínio na Amazônia.** Mana, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?.** In: FANY, Ricardo (org.). Terras Indígenas e Unidades

de Conservação da natureza: O desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental, pp. 37-41, 2004.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.** Horizontes antropológicos 18 (2012): 25-44.

INGOLD, Tim. **Repensando o animado, reanimando o pensamento.** Espaço Ameríndio, v. 7, n. 2, p. 10-10, 2013.

INGOLD, Tim. **Quando a ANT encontra a ARANHA: Teoria social para artrópodes.** Agência material: rumo a uma abordagem não antropocêntrica , p. 209-215, 2008.

INGOLD, Tim. **A percepção do meio ambiente: ensaios sobre meios de subsistência, moradia e habilidade.** Imprensa de psicologia, 2000.

IMESC. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: Microrregião Geográfica da Baixada maranhense** - Volume II ; Categoria, Enciclopédia dos Municípios. 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Editora Companhia das letras, 2019.

LARA, Amiel Ernenek Mejía. **Retomadas, autonomias e cosmopolíticas desde as tramas Tupinambá.** Revista de Antropologia, v. 66, p. e204580, 2023.

LEMONS, Deanny. (2021). **Terra encantada: caminhos, mundos e conexões com o sagrado entre os akroá-gamella, Maranhão.** Dissertação de mestrado em antropologia- UFPI. Teresina, 2021.

LEMONS, Deanny. **Território akroá-gamella: teia de conexões entre os indígenas e os seres encantados.** Maloca: Revista de Estudos Indígenas, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e021018, 2021.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 2.968, de 17 de junho de 1969. Dispõe sobre as terras do domínio do Estado do Maranhão e dá outras providências.** São Luís: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 17 jun. 1969. Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Molina, Luísa Pontes. **Lutar e habitar a terra: um encontro entre autodemarcações e retomadas.** Revista de Antropologia da UFSCar, v. 9, n. 1, p. 15-35, 2017.

MOLINA, Luísa Pontes. (2017). **Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília.

PEREIRA, Ricardo Neves Romcy. **Os verdadeiros donos da terra: paisagem e transformação no baixo Tapajós.** 2018.

SLATER, Candace. **A festa do boto: transformação e desencanto na imaginação amazônica.** Funarte, 2001.

SZTUTMAN, Renato. **Um acontecimento cosmopolítico: O manifesto de Kopenawa e a proposta de Stengers.** Mundo Amazônico, v. 10, n. 1, p. 83-105, 2019.

SZTUTMAN, Renato. **Perspectivismo contra o Estado. Uma política do conceito em busca de um novo conceito de política.** Revista de Antropologia, v. 63, n. 1, p. 185-213, 2020.

TOREN, Christina. **Making Sense of Hierarchy: Cognition as Social Process in Fiji,** Londres, Athlone Press., 1990.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos).** Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, v. 15, n. 30, p. 366-382, jul./dez. 2018. Tradução de Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13315/9023>. Acesso em: 11 de out. 2025.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo.** São Paulo: n-1 edições, 2022.

VIEGAS, Susana. **Terra calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia.** Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 2007.

Victoria Mello Fernandes<sup>1</sup>

Camila Belinaso<sup>2</sup>

## **CIRCULAÇÕES TRAÇADAS: Antes, durante e depois da medida de segurança**

---

## **TRACED CIRCULATIONS: Before, During, and after the security measure**

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Sociologia (UFRGS), Cientista Social (UFRGS). E-mail: [mellofvictoria@gmail.com](mailto:mellofvictoria@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestra em Direito pela Universidade Lasalle e advogada (FMP). E-mail: [camilabelinaso@gmail.com](mailto:camilabelinaso@gmail.com).

## RESUMO

O artigo é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2023 no cartório da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cujo objetivo foi investigar a formação de um “tipo social inimputável” ou “louco-criminoso” em processos de execução criminal de medidas de segurança de internação compulsória. Para tanto, partiu-se da premissa de que a verdade jurídica do sujeito inimputável é processual, assumindo diferentes formas ao longo dos documentos, a partir de números, gráficos, exames médicos biológicos, exames periciais, laudos psiquiátricos, sentenças, denúncias, despachos e decisões. Assim, com base na etnografia de documentos, analisou-se como as relações estabelecidas influenciam a criação desse tipo social híbrido e na produção da indeterminação temporal e da (i)mobilidade restrita na vida dos sujeitos, tanto dentro quanto fora das instituições de controle-contenção. Os resultados indicam que os presos-pacientes enfrentam uma trajetória de institucionalização, enfraquecimento de relações e vínculos externos, o que dificulta sua desinternação. Além disso, destaca-se a semelhança na circulação dos internos em instituições e a caracterização jurídico-psiquiátrica pela periculosidade/imprevisibilidade, que interdita a livre circulação para além de instituições de controle, tratamento e punição.

**PALAVRAS-CHAVE:** manicômio judiciário; inimputabilidade; circulações, circuitos; saúde mental

---

## ABSTRACT



The article is the result of research conducted between 2021 and 2023 at the Court of Criminal Execution and Alternative Measures of the Judiciary of Rio Grande do Sul. Its objective was to investigate the formation of a 'non-imputable social type' or 'mad-criminal' in the criminal execution processes of security measures. To this end, it was based on the premise that the legal truth of the non-imputable subject is procedural, taking different forms throughout the documents, such as numbers, graphs, biological medical exams, forensic examinations, psychiatric reports, sentences, indictments, rulings, and decisions. Thus, based on documentary ethnography, it analyzed how established relationships influence the creation of this hybrid social type and the production of temporal indeterminacy and restricted (im)mobility in the lives of individuals, both inside and outside control-confinement institutions. The results indicate that inmate-patients face a trajectory of institutionalization and weakening of external relationships, which complicates their discharge. Additionally, there is a notable similarity in the circulation of inmates within institutions and the legal-psychiatric characterization based on dangerousness/unpredictability, which restricts free movement beyond institutions of control, treatment, and punishment.

**KEY WORDS:** forensic mental hospital; not criminally responsible; circulations, mental health.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações em torno da constituição do “sujeito inimputável<sup>2</sup>”, com foco nas relações entre sujeito e circulação no Estado - em instituições psiquiátricas, em hospitais e em prisões comuns. Tais relações estabelecidas com territórios e instituições de internação e aprisionamento aparecem como partes constituintes da produção desse tipo social - o “louco-criminoso<sup>3</sup>”, mas também da limitação das experiências anteriores e posteriores à prisão-internação.

A categoria “louco-criminoso”, tal como mobilizada, é chave crítica que se inscreve na análise foucaultiana de problematizar a produção histórica de figuras anormais. Nesse sentido, diálogo com a contribuição de Sozzo (2015), para quem o “*loco-delincuente*” constitui uma subjetividade híbrida, isto é, simultaneamente paciente e infrator, forjada pela intersecção entre os dispositivos penal e psiquiátrico, operando como tecnologia de governo que articula diagnóstico, perigo e neutralização social. Essa formulação é fundamental para compreender que o termo não designa uma essência, mas uma fabricação histórico-jurídico-psiquiátrica que produz sujeitos governáveis e legitima formas específicas de intervenção institucional. Ao mobilizá-lo, portanto, busco evidenciar os modos pelos quais justiça e psiquiatria co-produzem esse tipo social, conformando práticas de tutela, vigilância e indeterminação temporal que estruturam a circulação analisada neste trabalho.

Em síntese, parte-se da premissa que o sujeito pode ser compreendido, também, a partir das (im)possibilidades de (i)mobilidade, dos circuitos pelos quais circula e, ao mesmo tempo, emerge como sujeito inimputável. Nesse sentido, a mobilidade, sua ausência ou limitação, são produtos e elementos de produção de relações de poder, que nos

---

<sup>2</sup> Inimputável, nos termos do art. 26 do Código Penal, é aquele que, ao tempo da ação ou omissão, era incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com essa compreensão. A categoria abrange também outras hipóteses específicas (como menores de idade e embriaguez completa fortuita). Entretanto, este artigo se concentra na figura jurídico-psiquiátrica do adulto considerado inimputável por transtorno mental ou deficiência biopsicossocial.

<sup>3</sup> Emprego o termo “louco-criminoso” em chave analítica, inspirado na genealogia foucaultiana sobre a produção moderna de figuras anormais e em estudos brasileiros (Fernandes, 2023) que investigaram a constituição sociohistórica dessa subjetividade híbrida. Não se trata de reafirmar um rótulo estigmatizante, mas de evidenciar que essa categoria foi historicamente fabricada no encontro entre psiquiatria, criminologia e justiça penal.

informam como o poder é distribuído e exercido na sociedade (Cresswell, 2006).

Além disso, essas relações de poder estabelecem regimes de mobilidade (Freire-Medeiros, 2024) que são, ao mesmo tempo, definidos e definidores dos movimentos possíveis para o sujeito inimputável, não se restringindo a esse 'tipo social' específico. Como uma estratégia e modo de governança dos corpos, elas estabelecem circulações 'boas' e 'más', que podem ou não se concretizar, como já foi apontado por Virilio (1993), e, de forma complementar, os aparelhos de Estado operam em duas frentes: decompor e recompor movimentos, fazendo com que o sujeito circule, ou seja fixado em determinados espaços (Deleuze, Guattari, 2012). Sócio-historicamente, o que fundamenta tais modos de governança está relacionado à contenção da pobreza e de corpos racializados, visando à organização de uma sociedade moderno-colonial (Quijano, 2005).

A partir da análise descritiva dos casos de execução de medida de segurança que tramitam na Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - VEPMA do Foro Central I de Porto Alegre, buscou-se compreender como a prisão e o manicômio judiciário são partes de múltiplas relações de poder com/entre os sujeitos e as instituições, através de práticas de controle, punição e gerenciamento de populações marcadas pelas relações de subordinação racistas, misóginas, territoriais, econômicas e familiares.

Em relação propriamente aos arranjos do dispositivo da medida de segurança, do manicômio judiciário e do sujeito inimputável, compreende-se que fazem parte de um conjunto de práticas que se constituíram sócio-historicamente em torno do controle do “louco-criminoso”, considerando o campo de saberes dominantes da sociedade moderno-colonial, em um “entre” medicina psiquiátrica e a criminologia positivista. A conjunção dos discursos psi e criminológicos se estendeu ao longo da história brasileira, atualizando-se e transfigurando-se nas manifestações dessas relações de poder com base nas formas histórico-estruturais da constituição do Estado brasileiro e manifestadas especialmente sobre os sujeitos que compõem o “polo marginal” (Quijano, 2005), que, majoritariamente, se encontram nas cidades do interior e nas periferias urbanas.

Desde os processos de transformação da colônia em sede da corte, assim como o fim da escravização até a República, produziu-se uma mudança no ordenamento social brasileiro e “na tentativa de

operacionalizar um projeto baseado em ordem, disciplina e saúde pública eficaz” (Castelo Branco, 2018), buscou-se formas de desenvolver um controle social e médico de alguns sujeitos, de formas de sociabilidades e de ocupação dos espaços [públicos e privados] que fossem consideradas possíveis ameaças à norma e ao padrão moderno-colonial de Estado e de humanidade.

Nesse sentido, a compreensão aqui mobilizada parte da constituição desse tipo social específico, surgido da interação de saberes-poderes distintos, que, apesar de estarem separados em suas respectivas áreas e campos disciplinares, se sobrepõem e combinam-se neste contexto para diagnosticar, sentenciar e, assim, destinar a vida desses indivíduos à exclusão. Esse arranjo resulta na definição do tipo social do sujeito inimputável, o “louco-criminoso”, um termo e categoria que descrevem pessoas acusadas de cometer crimes e que, devido a transtornos mentais ou deficiências intelectuais, são inimputáveis e não podem legalmente ser responsabilizadas penalmente, seja parcial ou totalmente, por seus atos.

As pessoas que cometeram um crime ou contravenção e têm sua sanidade mental questionada podem ter o que se chama de incidente de insanidade mental instaurado, segundo o Código de Processo Penal (1941), artigos 149 e 154 e artigo 26 do Código Penal. Por meio de um exame médico-legal, o perito designado apresenta laudo com a classificação do sujeito como imputável, semi-imputável ou inimputável. Aos sujeitos inimputáveis ou semi-imputáveis ao tempo da ação ou omissão, pode ser determinado tratamento compulsório ambulatorial ou internação, espécies de medida de segurança previstas no artigo 96 do Código Penal.

Para a medida de segurança de internação, em regra, indica-se a internação compulsória em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), conhecidos como manicômios judiciais, desconsiderando o dispositivo da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei n. 10.216/2001) e a recente Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário (Resolução n.487/2023 do Conselho Nacional de Justiça). As normativas indicam que a internação, em qualquer de suas modalidades, excluída a existência de hospitais de custódia e psiquiátricos, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes e será realizada em hospitais gerais.

Além disso, o esforço de tipificar um “sujeito inimputável” e definir seu destino é marcado pela sombra da categoria/característica chamada de periculosidade. Esta categoria abrangente e imprecisa poderá ser

mobilizada pelo perito e acatada pelo juiz, para determinar a prorrogação da medida de segurança e, no caso da internação, a permanência no manicômio judiciário. Trata-se de um conceito que parece expor a probabilidade de falta de controle do sujeito, uma imprevisibilidade de suas ações decorrente de seus “surto”, atravessada pela tendência “psiquiátrico-psicossocial” de cometer um novo delito, enunciado pelo psiquiatra e pela equipe terapêutica, passando pelas manifestações da defesa e do ministério público e, finalmente, pela decisão do magistrado.

A seguir, propõe-se um recorte sobre os regimes de mobilidade, a circulação restrita dos sujeitos inimputáveis como parte constitutiva de suas trajetórias e colateralmente do próprio sujeito, através de um arranjo de dispositivos psiquiátricos punitivos, desde antes, durante e após a desinternação. A destinação aos HCTPs parecem ser mais uma das partes que compõem a passagem pelos arquipélagos da punição (Mallart, 2019), que pode representar o fim da vida biológica nesse espaço-tempo ou levar a outra instituição, a depender da relação estabelecida entre a equipe terapêutica e o gerenciamento do indivíduo.

Em alguns casos, quando ocorre a desinternação ou liberação condicional, a necessidade de continuidade dos cuidados em saúde é contraposta e somada a elementos de um imaginário atravessado pela periculosidade do louco-criminoso, que tende a estender a sua contenção. Ou seja, há uma dilatação dos efeitos da sujeição inimputabilidade para além do espaço-tempo do manicômio judiciário, que tanto afastam quanto aproximam o sujeito das suas portas de entrada e saída, isto é, há um mecanismo que, ao gerir a vida/morte desse sujeito, define também as (im)possibilidades de circulação por entre os espaços de cuidado e punição

Como objetivo dessa forma de organizar, classificar e destinar o sujeito, o preso-paciente é envolto por linhas discursivas de tratamento, contenção e supervisão que o direcionam ao serviço residencial terapêutico ou a clínicas privadas por tempo indeterminado. As possibilidades de uma futura desinstitucionalização, assim, são barradas pela tendência à segregação e às práticas de controle que culminam para o lado oposto das portas de saída, e permanecem em automatizadas transinstitucionalizações. Essas linhas que traçam as trajetórias de vida são costuradas entre instituições, interdições - cortes e nós - que delineiam o percurso institucional e as experiências do sujeito com transtornos mentais ou deficiência que alguma vez estiveram em conflito com a lei.



## CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa com alcance descritivo teve como objetivo analisar a construção do “sujeito inimputável” e a inimputabilidade enquanto algo que é constituído por um arranjo material, simbólico e performático determinado a algumas pessoas. Para isto, trabalhou-se a partir da etnografia de documentos, estrategicamente realizada por estudos de caso dos processos de execução criminal das pessoas consideradas inimputáveis, das medidas de segurança que tramitaram ou ainda tramitam na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

A estratégia de coleta de dados da pesquisa foi afetada pelas condições possíveis para ingressar no chamado “campo tradicional”, para operar metodologias como a observação participante e entrevistas. Nesse contexto, devido à pandemia da Covid-19, às possíveis restrições impostas à realização da pesquisa com indivíduos em tratamento e custódia pelo Estado, e à oportunidade de trabalhar com documentos do processo de execução penal, realizou-se uma pesquisa focada nos documentos processuais burocráticos. O trabalho de coleta de dados aconteceu em uma fonte de dados secundários, pré-existentes e fabricados por diferentes mãos, em documentos que aglutinam dados e informações, nos processos de execução criminal de medida de segurança dos sujeitos inimputáveis.

Trabalhou-se com dez processos de execução de medida de segurança de presos-internados no Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso - IPF, o HCTP do estado do Rio Grande do Sul. A seleção dos processos foi realizada normativamente pela assessoria do juiz competente pela fiscalização e execução de medida de segurança do manicômio judiciário, uma vez que não havia instrumento de controle de todos os processos (tabelas, planilhas), não era possível selecionar os casos. Dessa forma, a assessoria selecionava os números dos processos mais “movimentados”, como são nomeadas as ações, os documentos intra-processuais de defesa, acusação, psiquiatria, psicólogos, assistentes sociais e juiz. A partir desse conjunto de dez números de processos, alguns específicos foram selecionados para orientar a pesquisa, embora outros sejam mencionados no texto em alguns momentos para contrastar ou aproximar as dinâmicas estabelecidas.

Outro ponto importante de ressaltar é que a maioria dos internos do HCTP era (e ainda é) masculina, aproximadamente 95% no período, e os processos mais movimentados eram relativos a homens. Nesse sentido, mesmo perguntando e pedindo processos de mulheres, a assessoria não “lembrava” de nenhum número de processos de execução. Posteriormente, foi possível compreender que, apesar do menor número de mulheres presas-internadas, a falta de movimentação processual estava relacionada, também, à imobilidade dos processos e das vidas em cumprimento da medida de segurança e, por conseguinte, um tipo mais severo de reclusão, esquecimento e segregação ligado à dinâmicas de gênero. A partir desse conjunto de dez processos de homens, alguns específicos foram selecionados para orientar a pesquisa e responder ao problema de

pesquisa posto, embora outros sejam mencionados no texto em alguns momentos para contrastar ou aproximar as dinâmicas estabelecidas.

Na esteira de compreender a constituição do sujeito através dos diferentes tipos de movimentos, imobilidades, nós, e linhas, partiu-se da premissa de que a verdade jurídica (Foucault, 2013) do sujeito inimputável é processual, assumindo diferentes formas ao longo dos documentos, a partir de números, gráficos, exames médicos biológicos, exames periciais, laudos psiquiátricos, denúncias, despachos e sentenças.

Nesse sentido, a etnografia de documentos encontra-se com os nossos propósitos, a partir do processo de seguir os fluxos apresentados pelos processos, buscamos compreender como são conformados tanto a verdade jurídica da inimputabilidade, quanto a produção de regimes de mobilidades dos sujeitos inimputáveis ao longo de suas trajetórias.

Além disso, a centralidade dos documentos compreendidos etnograficamente destaca a importância de trabalhar com tecnologias e artefatos indispensáveis às instituições, sendo igualmente fundamentais “tanto para as etnografias realizadas em repartições burocráticas quanto entre sujeitos, famílias e movimentos que por elas transitam ou com elas interagem com determinadas finalidades” (Ferreira; Lowenkron, 2020, p.7). A partir dessa posição sobre os papeis, é possível perceber seu caráter de produto e também de produtor de realidades e de sujeitos, ou seja, não apenas através deles, mas para eles (Kafka, 2009).

## **CIRCULAÇÕES TRAÇADAS: ANTES, DURANTE E DEPOIS DA MEDIDA DE SEGURANÇA**

Nos casos selecionados e trabalhados, encontrou-se semelhanças nas relações estabelecidas entre o sujeito inimputável e as circulações nas malhas do Estado, em instituições psiquiátricas, em comunidades terapêuticas, em clínicas privadas, em hospitais e em prisões tradicionais, como partes constituintes da produção do tipo social, mas também definidoras das trajetórias possíveis para o sujeito, anteriores e posteriores à internação por medida de segurança. As circulações, como trabalhadas por Mallart (2019), auxiliam a compreender a prisão e o manicômio judiciário como manifestações de múltiplas relações de controle, punição e gerenciamento de populações marcadas pelas relações de subordinação racistas, misóginas, territoriais, econômicas e familiares.

Essas circulações específicas traçam as trajetórias de populações empurradas às margens e historicamente estigmatizadas pela clivagem entre controle e punição: jovens negros, pobres, oriundos de bairros periféricos, que constituem o “continuum carcerário” (Wacquant apud Mallart, 2019), por meio de “perfis” presentes em territórios alvos das políticas de gerenciamento, repressão, punição e encarceramento, – de uma “mecânica seletiva do aparato policial e do sistema de justiça criminal” (Mallart, 2019, p. 65).

No caso do Rio Grande do Sul, especificamente, a população do HCTP é composta majoritariamente por homens brancos, devido à composição racial do estado, mas, ainda assim, encontramos uma sobre-representação da população negra presa-internada no manicômio judiciário (Fernandes, 2023). Além do marcador racial, encontramos uma população masculina, solteira e com ensino fundamental incompleto, perfil semelhante ao encontrado por Diniz (2013) e pelos pesquisadores do Relatório financiado pelo Conselho Nacional de Justiça (2024). Ambos apontam para o mesmo enquadramento, são pessoas de bairros da periferia das cidades metropolitanas e de cidades do interior do estado. Esses marcadores sociais são centrais para a compreensão do movimento ou da ausência de movimento do sujeito, categorizados pelas equipes como “vínculos ativos/enfraquecidos”, “capacidades ou incapacidades de autogestão”, “zonas de risco de reincidência” (criminal ou psiquiátrica), entre outros, influenciam os relatórios, laudos e decisões judiciais para a desinternação do sujeito.

Além do sujeito alvo de tais políticas de controle e contenção no âmbito do manicômio judiciário, alguns estudos (Constantino et al, 2019; Mallart, 2019; Matsuda, 2016) apontam para um aumento da utilização de psicofármacos, diagnósticos psiquiátricos e de adoecimento psicológico dentro de unidades prisionais, e em alguns casos com a utilização de “alas psiquiátricas” em presídios, que se assemelha a “mini manicômios”. Isso se verifica nas análises dos processos em casos de “conversão” de pena privativa de liberdade para a medida de segurança, quando o sujeito tem alguma “crise” ou “surto” relacionada a saúde mental - em um sentido amplo, como é mobilizado por diretores, técnicos e agentes penitenciários das casas prisionais - e por isso era encaminhado ao HCTP para avaliação, muitas vezes sem observância de ritos processuais. Nesse sentido, os adoecimentos multifatoriais que ocorrem em outras instituições prisionais, mostram-se como aspectos que podem corroborar a hipótese pericial e o convencimento da verdade jurídica (Foucault, 2013) da inimputabilidade e do sujeito inimputável para a internação no manicômio judiciário.

Essa dinâmica ecoa o que Goffman (2020) descreve como processos de mortificação do eu, nos quais a instituição fabrica dependência, despojamento e carreiras biográficas monitoradas. No caso analisado, porém, essa mortificação não permanece circunscrita ao interior do HCTP; ela se expande para o pós-internação, prolongando a condição institucional mesmo em circulação externa.

A existência destes aparatos interligados de controle sobre as vidas, por meio da internação compulsória como punição, é um dos apontamentos de Davis (2018). Pode-se perceber que o aprisionamento está mais ligado à governamentalidade (Foucault, 1979), isto é, de um governo sobre as vidas [e mortes] específicas, no centro de projetos políticos, sociais e econômicos de uma sociedade moderna-colonial, do que com o discurso “ressocializador”, de “tratamento” seja em prisões ou em manicômios judiciais.

## AS LINHAS, OS CORTES E OS NÓS NAS CIRCULAÇÕES

Essa seção, a partir do recorte dos casos selecionados, propõe examinar similaridades entre as linhas que costuram discursos, dinâmicas e práticas que afastam ou aproximam o sujeito das portas de entrada e de saída do HCTP. Concomitantemente são linhas de vidas, ou melhor, de trajetórias de vidas traçadas por outrem. Em diálogo com Deleuze e Guattari (2004, p.76), compreende-se que os indivíduos são, também, atravessados por “linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza”, mas que podem ser interditadas, cortadas, enozadas, por forças de relações de poder e dominação que conformam o desenho do tecido social.

Ao longo dos processos, verificou-se a necessidade de analisar as interações entre as mobilidades para poder identificar as dinâmicas de co-presença e exclusão dos sujeitos, nos lugares onde ocorrem, além de investigar as transformações multidimensionais que delas resultam, para conseguir compreender como se desenham e costuram as circulações do inimputável no Estado. Segundo Freire-Medeiros (2024), “habitar em movimento” envolve tanto fluxos quanto fixações e suas interações, o que abre um campo para pensar as mobilidades e imobilidades, isto é, os movimentos possíveis e restritos, em seus diferentes ritmos e os efeitos sistêmicos nos territórios.

Como objeto de análise, mobilizam-se os argumentos recorrentes encontrados nos laudos, relatórios e peças dos processos de execução de medida de segurança. Considera-se que tais argumentos e práticas são diferentes tipos de “nós” cegos, profundos e firmes, feitos por diferentes mãos, que tendem a segurar, prender e dificultar a desinternação do sujeito inimputável. Seguir os caminhos das linhas até formarem-se nós requer buscar o seu início, no caso deste artigo, investigando como se chega ao HCTP e como [não] se sai dele. Assim, o fluxo dominante das trajetórias do sujeito inimputável se constitui de uma estratégia de governo dessa população jurídico-psiquiátrica, que não o permite escapar de algum tipo de controle institucional:

Eles traçaram o conjunto de tecnologias complexas e híbridas de governo, conectando formas de julgamento, modos de percepção, práticas de cálculo, tipos de autoridade, formas arquitetônicas, maquinários e todos os tipos de dispositivos técnicos com a aspiração de produzir certos resultados em termos da conduta dos governados— as tecnologias que passamos a conhecer como o sistema de seguridade social, o sistema de ensino, o sistema penal e assim por diante. (Rose, 200, p. 323) (tradução nossa)

Ao ser capturado por essa malha da punição, o sujeito é posto a circular de uma forma que se impeça que ele saia dessa rede punitiva, e, mesmo que saia, continua preso a ela, fazendo-o retornar sempre a algum tipo de institucionalização, controle e gestão de punição-tratamento. Nesse sentido, é possível apreender um macrocircuito pelo qual o “sujeito inimputável” é movimentado - isto é, em fluxos, mas também fixado em instituições de segregação - e microcircuitos que se diferenciam, mas aproximam-se em muitos pontos, como veremos a seguir.

O processo de Carlos, um jovem adulto, apresenta a narrativa do início do aprisionamento no sistema prisional. Em dado momento, emergem históricos de internações psiquiátricas compulsórias, que vêm aos autos posteriormente à condenação, e especialmente após o que foi considerado “fuga”, por não cumprir os requisitos da liberdade condicional. A defesa do jovem, numa estratégia controversa, argumenta que os eventos são justificados pelo histórico médico-psiquiátrico, sugerindo que ele seja encaminhado a uma “internação permanente”, sem especificar o local. Para isso, utiliza o histórico de internações por uso problemático de drogas e depoimentos dos pais, que afirmam que o jovem tem uma “doença mental”. A partir desse momento Carlos inicia o processo de tornar-se inimputável e é destinado à internação compulsória no manicômio judiciário.

Ao longo de sua vida, a circulação se dá por um circuito de exclusão constituído por determinados regimes de controle por ser usuário de drogas, ter doença mental, passado por internações, ter sido acusado de cometer um delito, entre outros, e esse constitui-se como o único circuito possível para o sujeito inimputável. A fabricação de destinações se dá por *nós* específicos que são encontrados na vida pregressa, reforçados e embasados por diferentes documentos, laudos e atestados que circulam para manter Carlos preso-internado. Após três anos, a possibilidade de desinternação do manicômio judiciário ocorre pela presença de “vínculos familiares”, uma tímida presença do pai, muitas vezes tensionada e questionada pela equipe terapêutica, junto a condição econômica considerada favorável, permite a sua transferência para longa permanência em uma clínica privada.

Essa narrativa ecoa na de Pedro, que sem registro de uso problemático de álcool e drogas, aos 18 anos, entrou no sistema penitenciário após uma tentativa de roubo. Esse evento marcou o início de seu percurso institucional prisional, apesar de ter passado anteriormente por internações psiquiátricas em comunidades terapêuticas e tratamentos na Rede de Atenção Psicossocial. Sua trajetória chega ao manicômio judiciário devido à conversão de sua pena em medida de segurança.

Ao longo do processo de Pedro, sua circulação é documentada através das transcrições das falas de sua mãe e irmã em laudos, que destacaram a busca por tratamentos de saúde mental em postos de saúde que frequentemente eram negados pelos funcionários. O tempo de Pedro na prisão foi um período em que ele relatou uma imersão na “Porto Alegre real”, aprofundando seu quadro de adoecimento, aumentando as vozes que escutava. Posteriormente, no manicômio judiciário, Pedro experimentou



ciclos de entradas e saídas para hospitais clínicos e emergências médicas, aos poucos suas condições de saúde se agravaram durante a internação por medida de segurança, incluindo casos de mutilação e tentativa de suicídio. Após sua permanência no manicômio judiciário, Pedro foi destinado a um Residencial Terapêutico, onde passaria o resto de sua vida sob cuidados especializados. Ele faleceu prematuramente aos 24 anos em um hospital geral.

Nas micro-movimentações intra-manicômio judiciário, um espaço-tempo em que Pedro permaneceu por um ano foi a triagem - “lugar de passagem” dentro do manicômio destinado a perícia dos enviados por serem um problema na unidade prisional, o qual era<sup>4</sup>, em tese, habitado até a decisão de conversão da pena em medida de segurança de internação. A triagem aparece como uma zona de espera (Arantes, 2014) apartada e combinada com a falta de contato com a família, tornando-se um vácuo ou um vazio habitado em estruturas precárias, sujas, fétidas, que compõem a prisão-internação. Tem-se a suspensão temporária de relações, de conversas, de circulações, de desejos que ultrapassem os poucos metros quadrados de sua cela, não havia nada além do contato e diretrizes de uma equipe dita técnica. Uma zona de passagem para um sistema híbrido, entre prisão e manicômio, onde o corpo deveria acostumar-se e apenas existir. No limite, uma prática de punição com efeitos diretos na emergência do “louco-criminoso” e na sua transformação em preso-paciente.

As circulações mobilizadas acima são apenas as que se realizaram, isto é, em que Pedro esteve materialmente. Entretanto, ao longo de seu processo, foram levantadas várias possibilidades de instituições para desinterná-lo, sem qualquer referência a possibilidades de sua desinstitucionalização. A equipe técnica, afeiçoada ao controle, limitou-se a construir a continuidade de controle em outra instituição, sem mobilizar serviços e atores para um projeto de autonomia coordenado com os Sistemas Único de Saúde e Assistência Social. Logo, houve tentativas de transinstitucionalização da vida de Pedro ao Hospital da Brigada, outros Residenciais Terapêuticos, Hospital Psiquiátrico São Pedro, que negaram a internação do preso-paciente. Essa negativa se deu por motivos que estão estreitamente relacionados ao imaginário do “ser inimputável”, ser um ex-presos-paciente do HCTP, ser perigoso e imprevisível:

Entretanto, em novembro, recebemos a informação de que *não disponibilizariam mais vagas para pacientes do IPFMC*, por estes serem portadores de doenças mentais. Salientamos que em maio encaminhamos para *instituição a internação permanente do paciente do IPFMC*, e informamos que o paciente deambula, é tranquilo, possui autonomia para higiene e para se alimentar, porém a negativa permaneceu (Laudo IPF de João) (grifo nosso).

---

<sup>4</sup> Atualmente a triagem do IPF se encontra interditada em razão das condições estruturais e da falta de assistência adequada à saúde, por decisão judicial de junho de 2023.

João e Pedro são presos-pacientes do Instituto Psiquiátrico Forense que não têm “vínculos familiares ativos”, casa própria ou condições socioeconômicas consideradas facilitadores para sair do instituto. Tais posições sociais, com ênfase a falta de moradia, são consideradas empecilhos para a desinternação, tanto para as equipes do manicômio como para o judiciário, o que acarreta na prorrogação da medida de segurança por “motivos de ordem social”. Nessas situações, os processos marcam a longa passagem do tempo, enquanto os presos-pacientes aguardam no manicômio judiciário, esperando, muitas vezes sem saber, manifestações, aberturas de processos, e a movimentação real em direção à desinternação.

Quando preso-internado, Pedro “não aderiu ao tratamento”, o que desestabilizou a equipe do manicômio judiciário, que buscou alternativas de contenção de danos intra-manicômio judiciário, transferindo-o para hospitais gerais e alas psiquiátricas em centros de custódia com leitos prisionais como o Hospital Vila em Porto Alegre. Após os períodos de internação, ficou evidente a recusa do manicômio judiciário em recebê-lo de volta, o que se relacionava à impossibilidade de aplicação da terapêutica da eletroconvulsoterapia sugerida pelos psiquiatras como a única solução possível para o caso, mas que foi negada pelo juiz. Nesse momento, no processo, emerge a disputa entre juízes e psiquiatras acerca da continuação ou não de Pedro no manicômio judiciário, o que se torna causa, também, de sua circulação, ou melhor, “expulsão” do IPF.

Durante o processo de execução da medida de segurança, o lugar fora do manicômio judiciário em que Pedro ficou por mais tempo foi o Hospital Vila Nova, hospital geral com leitos prisionais. Esse tempo foi marcado pelo desejo das equipes em removê-lo para um lugar que o pudesse receber na “modalidade” longa permanência. Houve uma busca para sanar o “grande problema” sem solução - a doença crônica, o comportamento incontrolável -, que foram confrontados com as negativas das instituições psiquiátricas comuns e de clínicas privadas. Quando finalmente é desinternado, ao conseguir a vaga, Pedro vai para uma clínica privada financiada pela prefeitura de sua cidade. Alguns meses após a finalização da pesquisa, já em campo para o projeto de tese, recebemos notícias de Pedro por um agente penitenciário. Após estar morando na clínica, os documentos informam que houve complicações no quadro de saúde, sem muitos detalhes e foi encaminhado a um hospital geral. O tempo internado no hospital foi noticiado em jornais locais, com teor surrealista e sensacionalista, notícias que o definiam como o “canibal” que mordida e comia seus dedos, em momentos de “surto”. A população local, as pessoas internadas e os funcionários do hospital diziam sentir “medo”, pois não adiantava medicar, conter, pois Pedro continuava em “surto”. Alguns dias depois da internação, Pedro morreu biologicamente<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Cabe a distinção entre diferentes tipos de mortes produzidas nos espaços institucionais de controle, punição e ortopedia moral. A morte, para alguns pesquisadores, é sempre uma possibilidade (Mallart, 2021; Antunes, 2022; Fernandes, 2023; CNJ, 2024). Desde Goffman (1974) e a elaboração da mortificação do eu, é possível compreender diferentes modulações da relação vida-morte. É relevante refletir sobre a produção de uma vida destituída, isto é, marcada pela impossibilidade produzida de experiências para além das rotinas das

Seguindo os fluxos processuais, foi possível identificar um regime de mobilidade (Freire-Medeiros, 2020) específico, que é materializado na restrição da circulação e na potencialização do processo nomeado como transinstitucionalização, isto é, do controle institucional contínuo do “louco-perigoso” como a única forma de permitir a vida do sujeito em um território específico, com relações determinadas pela tutela contínua, pelas mãos do Estado diretamente ou indiretamente entregando a uma “terceirização” em clínicas privadas.

Todo o circuito percorrido pelo sujeito inimputável nos indica uma ausência de espaço, de lugar, de existência possível para desinternação, diretamente relacionada ao prolongamento do tempo de aprisionamento, uma vez que ao não conseguir um lugar pós manicômio judiciário, os (não mais) presos-pacientes, continuam aprisionados-internados da mesma forma como se ainda estivessem cumprindo, no processo, medida de segurança. Além disso, na maioria dos casos trabalhados, a única alternativa para a saída do manicômio judiciário, muitas vezes, é a transinstitucionalização, ou seja, a transferência do sujeito a outra instituição. A conexão entre sistema de saúde, sistema de justiça e prisional materializa-se dessa forma, mesmo em equipamentos de saúde da Rede de Atenção Psicossocial, a lógica de contenção e controle tende a ser predominante ante qualquer possibilidade de intermediação para o cuidado externo.

Nesse caso, compreende-se que o sujeito não constrói essas circulações ativamente, nem a feitura da cidade se dá a partir do desejo ou do movimento voluntário. Pelo contrário, a cidade moderna, bem como as suas bases ontoepistemológicas moderno-coloniais (Fernandes e Souza, 2023), constroem os fluxos possíveis e aqueles interditos, determinando um conjunto de espaços-tempo que se encaixe nas categorias socioeconômicas, patológicas, criminais nas quais o sujeito foi enquadrado.

Jorge, assim como João, é idoso e não tem para onde ir após a prisão-internação. Mesmo com as medidas de segurança extinta e com alta progressiva que indica a possibilidade para morar em Residencial Terapêutico, a demora em encontrar e financiar a vaga, a ausência de familiares que possam recebê-lo, o benefício previdenciário muito baixo para custear vaga privada em clínica e para o autossustento, constituem as principais variantes do aprisionamento quase-perpétuo que ocorre quando se é inimputável destinado à medida de segurança de internação.

Márcio é um dos presos-pacientes que cumpriu maior tempo de medida de segurança, dentre os processos judiciais analisados. Cumpriu inicialmente quatro anos no final do século passado, voltou ao instituto e está preso-internado desde 2003. Até 2023 eram 25 anos de prisão-internação. Com o processo extinto, permanecia no manicômio judiciário à espera de um residencial terapêutico. As movimentações do processo, ou melhor, a ausência de movimentações, revelava a passagem do tempo de prisão-internação, um tempo de espera indeterminado pela demora em conseguir uma vaga. O Ministério Público e a Defensoria

---

instituições jurídico-psiquiátricas, bem como sobre a desagregação dos movimentos que são gerados pelo desejo do sujeito.

Pública manifestam-se perguntando e explicando as razões de sua permanência no manicômio judiciário: “A medida de segurança foi extinta, mas a desinternação somente não ocorreu por motivos de ordem social, embora possua condições psiquiátricas, ou seja, não havia local para ele ir” (PROMOÇÃO MP).

Novamente a categoria nomeada de “motivos de ordem social” é mobilizada pelos operadores do direito e pelos funcionários do manicômio para retomar a situação socioeconômica do preso-paciente e justificar a continuidade da internação. O tempo preso-internado aparece como um intensificador do enfraquecimento de elos de sociabilidades, familiares, territoriais, econômicos, trabalhistas, etc. que, ao passar o cumprimento da medida de segurança continuam a acompanhar o sujeito e condená-lo, muitas vezes, ao aprisionamento perpétuo. Como Silva (2015) aponta:

O abandonado pode exemplificar um acentuado declínio nas possibilidades de exercer direitos, dificultando ainda mais o ir e vir já regularmente cerceado aos pacientes psiquiátricos, incluindo-o em zonas de abandono social, nas quais a morte social está articulada a com uma vida farmacêutica (Silva, 2015, p. 354)

A inimputabilidade e o cumprimento de medida de segurança mostram seus efeitos e prolongamentos, que vão de encontro à vida em liberdade. Novamente a espera pela vaga em residencial terapêutico aparece, especialmente com intimações à Secretaria de Saúde dos respectivos municípios dos presos-pacientes, que demoram a realizar o processo de compra parcial ou total de vagas, quando não há possibilidade de retornar à casa.

Maurício se encontra na mesma situação, prestes a ter sua medida de segurança extinta. A família gostaria de recebê-lo, porém não tem condições financeiras e temporais para o cuidado necessário do familiar. Portanto, aguarda a mobilização da Secretaria de Saúde do município para encontrar a vaga e disponibilizá-la a ele. Os ofícios recorrentes à Secretaria marcam as últimas movimentações dos processos acessados, ou seja, o preso-paciente aguarda ainda aprisionado-internado.

Outro processo que “corre” paralelamente ao processo de execução penal, em uma Vara Cível, é o pedido de curatela para muitos daqueles que serão desinternados. Nos processos trabalhados e em que houve a desinternação, foi demandado que alguém fosse curador dativo, quando não há um familiar - normalmente advogados que são designados a esse papel. Entretanto, esse processo se mostrou, assim como as outras ações necessárias, demorado e truncado. Além disso, a curatela parece funcionar como uma extensão da tutela do Estado, passada para a esfera privada de um “curador dativo” - advogado- ou familiar, como condição da desinternação, para manter o sujeito sob um tipo de controle e supervisão em âmbitos das finanças, da habitação, das relações estabelecidas fora do HCTP.

Temos o caso de Antônio, próximo de sua liberdade, esperava que o curador fosse nomeado e, posteriormente, se apresentasse para pegar os seus pertences, como cartão bancário. Até que o curador seja devidamente nomeado, e apresente-se, a desinternação não ocorre, pois, em tese, não é possível liberar o preso-paciente sem a certeza da curatela e da destinação pós manicômio judiciário.

Além disso, um fator precedente ao processo de desinternação para a continuação da prisão-internação, é a prorrogação da medida de segurança, por meio dos laudos escritos pela equipe terapêutica, avaliados pelo juiz da vara competente, a partir do qual se decide pelo prosseguimento da pena. Tanto a recorrente prorrogação da medida de segurança, quanto a dificuldade em desinternar estão relacionadas à continuidade da circulação limitada do aprisionamento pela internação compulsória, isto é, ao desinteresse em pensar um tratamento não manicomial e não judiciário para a pessoa com transtornos psiquiátricos acusada e sentenciada por um crime e por ser inimputável. Ainda, quando são trazidos trechos da Lei antimanicomial, são especialmente por defensores públicos e alguns juízes, como já apresentado, para pontuar a necessidade de desinternação, especialmente daqueles com medida de segurança já extinta ou com consecutivas prorrogações que ultrapassam os anos equivalentes de uma pena privativa de liberdade comum. Todavia, tais trechos e menções parecem ter pouca reverberação no fluxo do processo e dos sujeitos. Em outras palavras, as decisões tomadas por juízes raramente são motivadas por elas, seguindo a necessidade de conter possíveis riscos e contornar as situações de abandono social e familiar.

Um dos objetivos das Reformas Psiquiátricas - gaúcha, brasileira, italiana, por exemplo - foi propor a desinstitucionalização, indo além da simples desinternação do espaço asilar, com o objetivo de confrontar os estigmas e as práticas cristalizadas em torno da "loucura", buscando sua complexificação (Rotelli, 2001). Isso se dá a partir de práticas baseadas em referenciais multi ou transdisciplinares, e não apenas no modelo hospitalocêntrico e centrado na medicina psiquiátrica. A efetivação do tratamento em liberdade, de acordo com a realidade de cada sujeito de direitos, é o objetivo, valorizando o espaço e as relações sociais estabelecidas na experiência de vida dos sujeitos. Assim, seria possível descentralizar a doença e a periculosidade como foco e colocar o sujeito como escopo das práticas de cuidado e saúde.

Entretanto, ao longo da análise dos processos, percebe-se que a desinstitucionalização é preterida em favor da desinternação, quando esta ocorre. Nos discursos, justifica-se a reinternação em outras instituições e/ou similares, reafirmando o princípio da "porta giratória" (Bezerra e Dimenstein, 2011) como o nó principal do desenho de uma rede interligada transinstitucional, especialmente pela dificuldade de acesso aos equipamentos extra-hospitalares (Lhacer, 2019). Assim, "as pessoas passam a percorrer os diversos serviços extra-hospitalares especializados, obtendo respostas fragmentadas e pontuais, que produzem circuitos de abandono e cronicidade" (Lhacer, 2019).

Seguindo tais circuitos, os casos de Carlos e Pedro nos informam como as linhas se costuram e como nós são produzidos para definir

trajetórias dos sujeitos inimputáveis no sistema judiciário e psiquiátrico brasileiro. As linhas traçam circuitos pré-definidos por formas institucionais de produzir o sujeito, de capturar experiências exteriores e anteriores, posteriormente reescritas por decisões judiciais que delineiam o caminho pelo qual esses indivíduos são inseridos e mantidos no em determinados espaços-tempo.

No caso de Carlos, sua trajetória é moldada por um circuito de exclusão (Rose, 2000), que, concomitantemente, o exclui de determinadas circulações e relações, ao mesmo tempo em que o inclui e delimita ao tratamento institucional e à internação compulsória, reforçados pelo estigma de sua condição de usuário e de “doença mental”. A intervenção dos pais e a condição econômica favorável oferecem uma oportunidade de transferência para uma clínica privada, evidenciando como fatores externos, como vínculos familiares e condições econômicas, influenciam as possibilidades de desinternação. Isto poderia ser dito: sim, são as condições socioeconômicas que não permitem a saída, são esses marcadores que fazem o manicômio existir diariamente e cumprir sua função institucional.

Pedro, por outro lado, enfrentou uma trajetória marcada por internações repetidas e condições de saúde em deterioração, desenhando as “linhas” que se ligam em diferentes momentos, enroladas, truncadas, recorrentemente, impossíveis de serem desfeitas para a produção do circuito possível do sujeito inimputável. A análise das trajetórias de João e Márcio revela como a falta de recursos econômicos e apoio familiar pode perpetuar o aprisionamento quase-perpétuo. Eles são amplamente afetados pela negativa de instituições - clínicas privadas, residenciais, etc. - em aceitar pacientes com transtornos psiquiátricos em conflito com a lei, o que indica um modo de operar mais amplo que a estrutura dos manicômios judiciais, ainda que em uma dinâmica de transinstitucionalização.

A dificuldade em encontrar vagas em instituições adequadas e a constante referência a “motivos de ordem social” ilustram a forma como o sistema legal e psiquiátrico está estruturado para manter essas pessoas em uma espécie de limbo institucional. O modo como a o dispositivo da medida de segurança opera produz mecanismos discursivos que mantêm os corpos presos-internados, para evitar outras circulações possíveis do “louco-criminoso”, em sociedade. Nesse sentido, produz-se reiteradas impossibilidade de soluções para a desinternação e a contínua prorrogação das medidas de segurança, o que demonstra a inadequação do sistema em proporcionar alternativas reais de reintegração e cuidado em liberdade. O único percurso, a única mobilidade possível constitui-se das malhas punitivas, tecidas pelo poder-saber médico-psiquiátrico e jurídico.

Em suma, as trajetórias dos sujeitos inimputáveis sublinham uma ausência de uma revisão crítica do sistema híbrido judiciário-psiquiátrico. A persistência das práticas de contenção não é capaz de encontrar alternativas de tratamento adequadas, apenas as formas seculares de controle, soterramento, esquecimento e descaso em reconhecer e tratar as



necessidades complexas do complexo arranjo de coisas, experiências, sujeitos, trajetórias que chamamos de saúde mental.

## A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL EM HCTPs

Desde a criação do primeiro manicômio judiciário, em 1921 no Rio de Janeiro, até os dias atuais, as movimentações e circulações nesse campo têm seguido o mesmo regime de mobilidade secular, traçado predominantemente pela via do controle e da punição, ainda que, por vezes, encobertas pelo discurso do tratamento e do cuidado em saúde mental. Essas trajetórias seguem linhas conectadas por aparatos institucionais e atores do campo psiquiátrico, revelando dispositivos limitados à contenção dos indivíduos considerados perigosos para o ordenamento social, moral, epistêmico e ontológico da sociedade ocidental. Esses indivíduos não são apenas vistos como improdutivos; eles também tensionam as fronteiras da norma, da sanidade, e das definições de normalidade e patologia (Canguilhem, 1982). Ao traçar o caminho inverso das linhas para chegar aos nós dessas trajetórias, observamos a construção do sujeito “louco” dentro de uma organização social fechada e deficitária, que reproduz a pobreza, a desigualdade de acesso à educação, à segurança alimentar, ao tratamento de saúde e evita confrontar as diferenças nas formas de existência.

O campo empírico sugere que a desinternação raramente coincide com desinstitucionalização, a categoria que implica reconstrução de vínculos, territórios e existências em liberdade. Ao contrário, observa-se a persistência de uma lógica descrita por Lhacer (2019) como transinstitucionalização, na qual o sujeito é deslocado entre manicômios, clínicas privadas, alas psiquiátricas prisionais e residenciais terapêuticos sem ruptura da tutela jurídico-psiquiátrica. Essa tensão entre o princípio de cuidado territorial e a reprodução do circuito custodial evidencia os limites contemporâneos da reforma, reforçando a relevância de articulações críticas como a de Sozzo (2015), que vincula neutralização social à administração da periculosidade, e nos permite enxergar tais deslocamentos como extensões da instituição total.

Nos processos de execução, deparamo-nos com alguns desses empasses enfrentados pela Luta Antimanicomial no Brasil, especialmente em relação aos sujeitos inimputáveis em conflito com a lei e aos manicômios judiciários. Nesse sentido, houve a persistência e a autorização para a continuação da atuação de uma maquinaria institucional asilar de controle, punição e segregação dos “anormais” (Foucault, 2010), os “loucos-criminosos”.

A luta antimanicomial no Brasil, desde o século XX, nos seus diversos campos de atuação têm desempenhado um papel crucial em desafiar os modelos hospitalocêntricos e asilares que perpetuam a internação compulsória como a única forma de “tratar”, especialmente pessoas com transtornos psiquiátricos que não estão envolvidas com a lei. A Reforma Psiquiátrica brasileira (Lei 10216/01) foi uma das consolidações pela via legal e um avanço no sentido de consolidar uma luta histórica ao propor

modalidades de tratamento primários fora de instituições hospitalares e asilares. Como seus desdobramentos, a criação da Rede de Atenção Psicossocial e seus equipamentos de saúde, o acompanhamento e o apoio familiar, comunitário e o tratamento no território, ajudaram a materializar as disputas e as conquistas dos movimentos (Fernandes, 2024).

Até 2023, as críticas contra os modelos hospitalocêntricos e manicomiais foram frequentemente negligenciadas, dando lugar a um processo jurídico-psiquiátrico que estigmatiza o sujeito inimputável. Apesar de portarias, leis e resoluções anteriores, a maioria dos manicômios judiciais ainda opera no Brasil, mesmo com interdições parciais ou totais. Estes estabelecimentos informam um nó deliberadamente negligenciado da reforma, que segura firmemente o sistema de tutela sobre pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, e concomitantemente reproduz a estigmatização do delito e da periculosidade.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução n. 487, de 15 de fevereiro de 2023, para instituir a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelecer procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Desse modo, somada a Reforma Psiquiátrica, busca-se substituir o modelo tradicional de tratamento centrado em instituições psiquiátricas por abordagens mais humanizadas e inclusivas, estabelecendo diretrizes para o atendimento, reforçando a participação social e o respeito à dignidade da pessoa em sofrimento psíquico.

Assim, a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, baseada em preceitos da Reforma Psiquiátrica, visa superar práticas institucionais de controle e punição, priorizando o cuidado em meio comunitário e respeitando a autonomia dos indivíduos, reforçando a necessidade de superar práticas resultantes em isolamento e discriminação, priorizando a reinserção social e a integralidade do cuidado. Considerando os critérios da anterioridade, especialidade e hierarquia, o modelo de execução da medida de segurança instituído em 1984 (LEP) passa em 2001 (Reforma Psiquiátrica Brasileira) a ser orientado pelas diretrizes antimanicomiais, que deve adequar-se também ao modelo biopsicossocial da deficiência, desde 2009.

A vigência da Resolução 487/2023 tem mobilizado diferentes campos políticos e atores, contrários e favoráveis à a “política antimanicomial do judiciário”. Aqueles contrários, mobilizam-se, também, institucionalmente, especialmente a partir do legislativo, especialmente atores ligados a partidos de direita e extrema-direita. Por meio da apresentação de projetos de leis, como do Senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), mobiliza o discurso acerca da liberdade de presos perigosos - o que retoma as categorias agenciadas na emergência histórica do sujeito inimputável. Outro projeto de decreto legislativo pedindo a anulação da Resolução, a partir do mesmo discurso, foi apresentado pelo deputado federal Kim Kataguiri (UNIÃO-SP).

Em um outro domínio de saberes-poderes, Conselhos estaduais e federais de medicina e psiquiatria com posição favorável à conservação do modelo hospitalocêntrico e manicomial, posicionaram-se contra a referida Resolução. Dentre os conselhos e associações estão: o Conselho Federal de

Medicina (CFM), a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Associação Médica Brasileira (AMB), Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e Federação Médica Brasileira (FMB). A partir de um posicionamento “técnico”, médicos agenciam não só o discurso de perigo, mas também da importância do “tratamento em HCTPs”, já que o sujeito alvo das intervenções requer um tratamento específico que em um hospital geral não seria possível, o que contraria a situação de precariedade material e humana produzida pelos chamados manicômios judiciais no Brasil (Mallart, 2021; Antunes, 2022; Fernandes, 2023).

A luta antimanicomial no Brasil continua sendo um campo de intensos confrontos e disputas, refletindo as complexas dinâmicas entre as práticas de controle social e os avanços em direção a um modelo de cuidado em liberdade. A implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário representa uma tentativa de romper com as práticas asilares e garantir o acesso das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei à saúde. Contudo, ainda existem desafios significativos, como as resistências de setores da medicina e do legislativo, e, ainda, o que chamei antes de nós de um regime de mobilidade determinado ao sujeito “louco-criminoso” que, mantém os modelos tradicionais de internação e segregação. Em suma, a sentença-diagnóstico prolonga-se, assim como a constituição do sujeito inimputável, ainda que fora do manicômio judicial, as circulações parecem já estar traçadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise dos diferentes documentos dos processos de execução de medida de segurança foi possível seguir algumas das linhas, e principalmente, os nós de um macrocircuito no qual o sujeito inimputável é obrigado a se movimentar limitadamente ou se fixar em diferentes instituições. Ainda que encontremos diferentes trajetórias, elas tendem a convergir a um percurso socio-institucional determinado aos corpos presos-internados em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

De um circuito maior, que se materializa em circular e, concomitantemente, confinar em instituições de controle - prisional ou psiquiátrico -, os fluxos intercalam-se em fixos e dão origem a circuitos menores, como vimos nos casos analisados. Carlos viverá no duplo circular-confinar em clínicas privadas; Márcio com medida extinta perpetuamente esperará por uma passagem ao circuito das clínicas privadas; Pedro percorreu um tipo de circuito do terror, encarnado em seu corpo e produzido no circuito, até a linha de fuga da morte.

As complexas relações e dinâmicas que constituem os movimentos das trajetórias do sujeito inimputável, nos levam a compreensão que o processo de constituição do sujeito em movimento ou na ausência dele, considerando que vai além do simples diagnóstico psiquiátrico, envolvendo uma intrincada rede de práticas institucionais e sociais que perpetuam o desenho de um circuito fechado que produz a marginalização e a exclusão.

A inimizabilidade e a caracterização da virtual periculosidade emergem como ferramentas para o gerenciamento e controle desses sujeitos. A noção de periculosidade, imprecisa e subjetiva, opera como um mecanismo de justificação da prorrogação indefinida das medidas de segurança e da manutenção dos sujeitos em instituições psiquiátricas e penais. Essa prática revela uma contínua ambiguidade e falta de clareza na noção que é mobilizada de “tratamento”, o que apenas contribui para o prolongamento da prisão-internação. Ainda, as análises indicaram que apesar da demanda por acolhimento e tratamento, a materialidade das práticas e discursos frequentemente se desvia de uma ideia de cuidado na totalidade de arranjo - sociais, políticos, econômicos, sanitários, alimentares - que constitui a “saúde mental”.

Essas trajetórias são frequentemente marcadas por uma contínua transição entre instituições, sem uma real perspectiva de uma porta de saída. Há uma interdição de uma “circulação livre” para além dos circuitos da vigilância jurídico-psiquiátrica, que se justifica pela “doença - tratamento”, pelo “crime - punição” e pelos amplos “motivos de ordem social”, que se misturam, coproduzem-se e aprofundam a exclusão social. São trajetórias costuradas para excluir e marginalizar aqueles e aquelas que não compõem o ethos moderno-colonial neoliberal.

A desinternação, quando ocorre, é frequentemente condicionada a fatores socioeconômicos e familiares considerados positivos. Nesse sentido, reforça a necessidade da presença de vínculos familiares e condições econômicas facilitadoras para uma transferência para uma clínica privada, locais que aglutinam inúmeras críticas e contradições em relação às “terapêuticas” agenciadas. Por outro lado, outros sujeitos enfrentam dificuldades extremas em encontrar uma saída adequada, refletindo um ciclo de exclusão e aprisionamento quase-perpétuo.

As linhas e nós descritos nas trajetórias dos sujeitos inimputáveis evidenciam como o sistema de justiça e os mecanismos psiquiátricos formam um circuito fechado de controle e exclusão. A produção de “nós” discursivos limita as possibilidades de desinternação e perpetua o estado de aprisionamento, aprofundados pela resistência em aceitar pacientes com transtornos psiquiátricos fora do manicômio judiciário e a lentidão dos processos burocráticos destacam fragilidade das políticas de saúde em relação a populações específicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo. Ed. Boitempo Editorial 2014.

Bezerra, C. G.; Dimenstein, M. **O fenômeno da reinternação**: Um desafio à Reforma Psiquiátrica. *Mental*, 9(16), 303-326. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez de 1940.

BRASIL. **Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 6 abr. 2001. Diário Oficial da União, Seção 1, 09 abr. 2001.

CASTELO BRANCO, Thaynara. **A (des)legitimação das Medidas de Segurança no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. Ed. Forense Universitária. 1982.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei privadas de liberdade**: Relatório Completo / Conselho Nacional de Justiça; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: CNJ, 2024

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2016, v. 21, n. 7.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 3, Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

FERNANDES, Victoria Mello. A Construção do “Inimputável Periculoso” e o Controle Social Através da Medida de Segurança. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.15, e024012. jan./dez. 2024.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. (Org). **Etnografando Documentos**: Pesquisas Antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. 1 ed. Rio de Janeiro: E- papers, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as Formas Jurídicas**. Ed. Nau, Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel (Org). **Os Anormais**. Ed, WMF Martins Fontes; 2ª edição, 2010.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica Do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- FREIRE-MEDEIROS, B.. A metrópole do capital de rede: mobilidades socioespaciais e iniquidades urbanas. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 60, p. 423-442, maio. 2024.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, Maurício. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. n. 123. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2020.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- LHACER, Patricia. (2019). **Transinstitucionalização: Caminhos e descaminhos da dinâmica de internações e desinternações de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no estado de São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências. Universidade de São Paulo. 2019.
- MALLART, Fabio. **Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.
- MATSUDA, Fernanda. **A Medida da Maldade: Periculosidade e Controle Social no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2009.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial**. Campinas, Ed. Unicamp, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROSE, Nikolas. Government and Control. **The British Journal of Criminology**. Vol. 40, No. 2, pp. 321-339. 2000.
- ROTELLI, Franco. A instituição inventada. In: NICÁCIO, F. (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SILVA, Martinho. **De paciente a causo: uma etnografia com egressos de internação psiquiátrica**. Rev. Ciência e Saúde Coletiva. 353-362. 2015.
- SOZZO, Máximo. **Locura y crimen: nacimiento de la intersección entre los dispositivos penal y psiquiátrico**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Didot, 2015
- VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira. (Org.). **Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2014, v. 1, p. 43-70.



Marciano Sanca<sup>1</sup>

## **COLONIALISMO X MANDJUANDADI NA GUINÉ-BISSAU: instituição das novas formas identitárias**

---

## **COLONIALISM X MANDJUANDADI IN GUINEA-BISSAU: the institution of new forms of identity**

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pelotas - PPGAnt/UFPel, sancacamarciano@gmail.com.

## RESUMO

O presente artigo consiste em compreender a coexistência entre cultura europeia e modos de vidas étnicas Bissau-guineense que se deu durante o processo colonial instituíram novas formas de relações sociais e identitárias hoje presentes na Guiné-Bissau. A maior preocupação do poder colonial, conforme frisa Hampaté Bâ (2010), era compreensivelmente, remover as tradições autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções. A escola e a religião constituíram os instrumentos essenciais para efetivação dessa política. Contudo os grupos autóctones, de certa forma, adquiriram essas concepções, no entanto, continuaram com as suas tradições. Isso permite a construção das novas identidades, se posso dizer, identidade mutável. Atualmente, na Guiné-Bissau, a pessoa assume uma identidade (imposta pelo colonialismo) em um determinado espaço e tempo, em outro momento, assume outra identidade (étnica). Se trata de uma abordagem etnográfica, sob revisão bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dominação, Coexistência, Resistência e Múltiplas Identidades.

---

## ABSTRACT

This article aims to understand how the coexistence of European culture and Bissau-Guinean ethnic ways of life during the colonial process created new forms of social relations and identities in Guinea-Bissau today. The colonial power's main concern, as Hampaté Bâ (2010) points out, was understandably to remove indigenous traditions as far as possible in order to establish its own conceptions. Schools and religion were the essential instruments for implementing this policy. However, the indigenous groups acquired these conceptions to a certain extent, but continued with their traditions. This allows for the construction of new identities, if I may say so, mutable identities. In Guinea-Bissau today, a person assumes an identity (imposed by colonialism) in a given space and time, and then assumes another (ethnic) identity at another time. This is an ethnographic approach, based on a bibliographical review.

**KEY WORDS:** Domination, Coexistence, Resistance, and Multiple Identities.

## INTRODUÇÃO

Para compreender de maneira mais abrangente as múltiplas formas identitárias presentes na Guiné-Bissau e os modos como estas convivem, articulam-se e se transformam ao longo do tempo, torna-se imprescindível trazer logo no item a seguir uma contextualização histórica, geográfica e sociocultural do país. Não se trata apenas de situar a posição territorial da Guiné-Bissau na África Ocidental, mas de reconhecer que a sua diversidade interna — marcada por distintos grupos étnicos, línguas, cosmologias, sistemas de autoridade e formas de organização comunitária — constitui o pano de fundo sobre o qual emergem as práticas sociais analisadas neste trabalho. Assim, compreender a formação das identidades guineenses implica considerar tanto as dinâmicas internas de longa duração quanto os processos históricos de contato, dominação e resistência que caracterizaram o período colonial.

Ao discutir a constituição de novas identidades, esta análise concentra-se sobretudo no período pós-colonial, momento em que se observa uma reconfiguração profunda das relações socioculturais. A Guiné-Bissau apresenta, desde antes da penetração colonial europeia, uma pluralidade de grupos étnicos, como os balanta, fula, mandinga, manjaco, papel, bijagó, felupe, entre outros, cada um com práticas rituais, sistemas de parentesco, formas de expressão estética e línguas próprias. O encontro com os colonizadores portugueses — marcado por assimetrias de poder, violência física e simbólica, imposições religiosas e reordenamentos administrativos — gerou transformações significativas nas formas de organização socioeconômica, política, cultural e religiosa.

O colonialismo português, conforme demonstram autores como Amadou Hampâté Bâ, sustentou-se em dispositivos ideológicos e materiais que visavam submeter e “civilizar” as populações africanas, procurando enfraquecer valores, práticas e instituições locais. Escolas missionárias, igrejas, códigos administrativos e discursos de inferiorização cultural foram utilizados como instrumentos para instaurar uma suposta hierarquia civilizacional, na qual o europeu ocupava a posição de referência universal.

Entretanto, tais mecanismos não foram capazes de eliminar completamente as práticas sociais e simbólicas das comunidades guineenses. Pelo contrário, estas práticas demonstraram uma notável resiliência, preservando modos de vida, tradições orais, vínculos comunitários e repertórios culturais que sobreviveram, resistiram e, em muitos casos, se adaptaram às pressões coloniais.

Assim sendo, as populações locais passaram a mobilizar novas categorias identitárias, agregando elementos externos às suas práticas tradicionais, sem que isso significasse necessariamente uma ruptura total com os referenciais anteriores. Essa mobilização revela, portanto, um processo dinâmico e híbrido de construção identitária, que não se limita ao binarismo entre o “tradicional” e o “moderno”, mas opera na negociação constante entre diferentes ordens culturais.

É nesse sentido que Amílcar Cabral (1984) enfatiza que a luta de libertação pela independência da Guiné-Bissau e África de modo geral deve

ser compreendida como um ato profundamente cultural e identitário. Para Cabral, a resistência política e militar apenas adquire pleno significado quando ancorada na valorização e na afirmação das identidades culturais do povo, que se tornam pilares fundamentais no processo de emancipação coletiva.

A luta pela independência, alcançada em 1973, representa, assim, não apenas a superação de um regime colonial, mas também a emergência de uma consciência política e cultural que reconhece a legitimidade das práticas locais e reivindica a sua continuidade. Trata-se de um processo que não exclui o diálogo com outras culturas, mas que recusa a sua imposição hegemônica, reafirmando o direito das populações guineenses de integrar elementos externos em seus repertórios culturais sem permitir que estes se sobreponham às suas próprias matrizes identitárias.

Em síntese, a complexidade das identidades na Guiné-Bissau resulta de uma interação contínua entre tradição e mudança, dominação e resistência, memória e reinvenção. A análise desses processos exige, portanto, uma abordagem sensível às realidades históricas e socioculturais que moldaram o país, reconhecendo tanto os efeitos do colonialismo quanto a força criativa das populações na preservação e transformação de suas identidades ao longo do tempo.

Assim, o arcabouço teórico-metodológico analisado ao longo deste trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica, articulada à minha perspectiva como antropólogo. Sendo guineense, nascido e criado na Guiné-Bissau, e tendo vivido um longo período imerso nos contextos acadêmico, sociocultural e político brasileiros — com pesquisas voltadas para a realidade guineense — são elementos que me permitem realizar uma abordagem etnográfica baseada nas referenciais bibliográficos quanto pela minha experiência situada.

## GUINÉ-BISSAU

O atual território em que a ideia do trabalho se vincula, se denomina Guiné-Bissau. Um pedaço de terra africana, delimitado pelo acordo conhecido como partilha da África, efetuado no século XIX, pelas metrópoles europeias, na famosa conferência de Berlim, que ocorreu entre 1884 e 1885, sem o consentimento dos povos que ali habitavam.

É um país da África ocidental. Antes da partilha do continente, os países com os quais a Guiné-Bissau faz fronteira atualmente, faziam parte da mesma região - Senegâmbia - composta pelos atuais países (Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné Bissau e Mauritânia) e pertenciam ao império do Mali. Após a delimitação territorial, faz fronteira com Senegal ao norte, Guiné-Conakry ao sul e ao leste ambas as colônias francesas e com o Oceano Atlântico a oeste.

O país foi colonizado por Portugal. Para sua libertação dos jogos coloniais, depois de várias tentativas, sem sucesso da negociação, acabou desencadeando luta armada para sua libertação. A luta durou 11 anos, de 1963 a 1974.

O território contém uma superfície total de 36.125 Km<sup>2</sup>, composto por três províncias, Norte, Sul e Leste; dividida em oito (8) regiões administrativas: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali, mais o sector autónomo, Bissau. O país conta também com uma zona insular com cerca de 88 ilhas. Com duas estações no ano: seca e chuva. A seca começa em outubro e termina em abril. A chuva começa em maio, termina em setembro. Com um clima tropical.



**Figura 1** - Mapa político da Guiné-Bissau.

**Fonte:** Wikipedia, acessado em 2024.

Com uma população estimada em 2 milhões de habitantes, dividida em mais de 35 grupos étnicos, na sua maioria camponeses, vivem nas zonas urbanas e rurais. Cada grupo étnico tem a sua língua, o crioulo é a língua da interação, da unidade nacional, enquanto português é língua oficial falada nas instituições estatais. É praticada em todo território nacional três religiões: islamismo, cristianismo e práticas religiosas locais.

O território é compartilhado por grupos étnicos e religiosos. Não obstante, existe uma certa predominância de um grupo étnico e religioso em uma determinada região. Por exemplo: região de Biombo é predominada pela etnia *pepel*; região de Cacheu com maior predominância da etnia *mandjaca*; Bolama com predominância de *bidjugos*. Essas regiões e etnias na sua maioria, são da religião local, em outras palavras, “animista” ou religião de matriz africana, como é conhecido no Brasil, e há também adeptos ao cristianismo.

Enquanto as regiões de Bafatá e Gabú contém maior predominância da etnia fula. Região de Oio, com predominância da etnia mandinga, ambas da religião islâmica. No seu todo, compõem uma vasta e rica diversidade cultural, linguística e religiosa.

## INVASÃO COLONIAL

Nos primeiros anos da colonização na Guiné-Bissau, África de modo geral, a maior preocupação do poder colonial, conforme frisa Hampaté Bâ (2010), era compreensivelmente, remover as tradições autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções. A escola e a religião constituíram os principais instrumentos, mecanismos essenciais para efetivação dessa política.

O cristianismo e a educação ocidental eram inseparáveis, monopolizados pelas metrópoles coloniais e missionários cristãos. Esse modelo de escola e religião foram levadas para esses lugares, visando facilitar a evangelização e a “civilização” dos nativos. Assim, desempenharam papéis fundamentais na produção das novas elites locais através das narrativas fantasmagóricas sobre o dito civilizado e não civilizado.

A pequena minoria que chegava ao ensino secundário, graças a um melhor resultado intelectual medido por critérios da meritocracia, constituía um grupo privilegiado, considerando-se diferentes e superiores à massa popular. Um sistema escolar selectivo que privilegia alguns grupos de pessoas entre elas (homens), como aliados, mais tarde, substitutos dos colonizadores, acendendo melhores empregos no novo sistema organizacional de Estado-nação (Oyěwùmí, 2010).

O colonialismo, além de fragmentar as diferenças e divisões internas fundadas na história e nas diversidades dos nativos, elegeu um determinado grupo étnico, em outros casos, as personagens influentes de uma etnia como os seus intermediários. No caso da Guiné-Bissau, as etnias Fula e Mandinga são, numericamente, as que lutaram ao lado dos colonizadores contra guerrilheiros guineenses na luta pela independência do país do jugo colonial. Após independência, foram atribuídos a nacionalidade portuguesa, considerados assim cidadãos portugueses.

Além disso, implementou outras formas das diferenças e divisões que não existiam. A divisão religiosa, opondo o cristianismo as demais religiões tradicionais e islamismo; cidade, campo; proletariado, burguesia; primitivo, civilizado; pagão, cristão; evolucionistas e as atrasadas. Através dessas divisões que se deu também outras formas de divisões: raça, sexo, gênero e classe para os desempenhos das funções. São divisões através das quais a estrutura da hierarquização da superioridade e da inferioridade se opera.

A partir desse momento, começaram também a eleger novos líderes. Em alguns casos enfraquecendo, em outros casos, destituindo os chefes elegidos pelo sistema local, principalmente se fossem mulheres. Por isso que Oyěwùmí (2010) frisa que as mulheres constituem o grande número das pessoas que mais sofreram com a implementação da nova forma de organização de Estado-nação e patriarcado.

Os novos chefes nomeados para representar o poder imperial nas comunidades muitas das vezes não conheciam a realidade dessas comunidades. Em outros casos, segundo Gluckman (1987), o poder imperial se aliava com chefes locais para a cobrança dos impostos, para



construção das estradas e outras infraestruturas que não eram da utilidade do povo. Assim, o controle político, segundo Gluckman (1987), só pode ser efetuado através dos chefes ou pela intermediação das instituições nativas. Por isso, alguns chefes locais foram integrados no conjunto do sistema administrativo do Estado-nação, direta ou indiretamente.

Com a instituição dessa nova forma da organização, o chefe de aldeia passou a ser encarregado de certas tarefas administrativas, enquanto chefe de região se tornava um funcionário especializado. Constituindo dois tipos de poder (um nativo e outro da ocupação europeia). Foram obrigados a coexistir, o primeiro submetido ao segundo. Sendo antagônicos, existia sempre uma competição entre eles.

As divisões instauradas pelo colonialismo na Guiné-Bissau — de maneira mais ampla, no continente africano — manifestam-se também na forma de segregações territoriais persistentes. A configuração urbana que daí emerge revela um espaço estruturado segundo lógicas de zoneamento que reproduzem hierarquias socioespaciais. Conforme argumenta Said (2003) em *Orientalismo*, o Oriente é construído discursivamente como objeto de estudo, de julgamento e de representação, operação que consolida uma fronteira simbólica entre o Ocidente e Oriente.

Essa demarcação, ao mesmo tempo epistemológica e territorial, estabelece a convivência de “mundos” separados: de um lado, o espaço ocidental concebido como norma civilizacional; de outro, o espaço oriental relegado à alteridade. Nesse contexto, a presença de sujeitos orientais em territórios ocidentais é frequentemente percebida como uma ameaça à ordem estabelecida, produzindo sentimentos de medo, vigilância e rejeição.

O mesmo cenário de zoneamento habitacional foi descrito também pelo Fanon (2010). Atentando para o contexto da época de luta pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos de América, movimento negro no Brasil e movimentos de libertação dos países africanos de jugo colonial, ressaltando que as duas zonas, oriental e ocidental se opõem, obedecendo ao princípio da exclusão. É importante salientar que, nos territórios colonizados, os centros das cidades — especialmente os centros históricos — correspondem, em grande parte, às áreas inicialmente ocupadas pelos colonizadores.

Nesses territórios, apresentam-se duas características de cidade: a do/a colono/a e do/a colonizado/a. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde há caixotes do lixo. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar. Pés protegidos por calçados fortes. As ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros (Fanon, 2010; Gluckman, 1987).

Enquanto a cidade dos colonizados ou a cidade indígena é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de que. É um mundo sem tempo estruturado, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta de pão, de carne, de sapato, de carvão e de luz (Fanon, 2010; Gluckman, 1987). É muito presente nessas regiões a enorme desigualdade, diferença de modos de vida.

Nesse novo sistema de relação, os colonizadores marcam as suas presenças nas cidades dos colonizados para cobrar impostos, evangelizar, comercializar e prestar outros serviços. Enquanto os colonizados marcam presenças nas cidades dos colonizadores, prestando algum serviço (empregada doméstica, nas usinas, hospital, escola, igreja etc.) a fim de conseguir soma monetária para pagar imposto, conforme frisou Gluckman (1987), referenciando o contexto da África do Sul.

Cerca de 2/5 dos africanos da África do Sul moram em áreas reservadas, distribuídas por todo país. Apenas alguns europeus (administradores, técnicos do governo, missionários, comerciantes e recrutadores) vivem nestas reservas. Os homens africanos costumam migrar das reservas, por curtos períodos de tempo, a fim de trabalhar para fazendeiros brancos, industriais ou se empregar como criados domésticos. Findo o trabalho, retornam às suas casas (Gluckman, 1987; p.227).

O autor ainda destaca que nesta relação, os colonizados têm desejo por bens materiais dos colonizadores. Enquanto os colonizadores têm necessidade da mão-de-obra dos colonizados, bem como a riqueza obtida por este trabalho. Sendo assim, os dois grupos estabelecem interesses fortes e interdependentes. Em outras relações sociais — entre administradores governamentais e seus súditos, empregadores brancos e empregados africanos, técnicos governamentais e seus assistentes — as relações pessoais se envolvem de modo a facilitar ou exacerbar as relações entre os dois grupos raciais.

Mesmo que, em determinados momentos, colonizadores e colonizados compartilhem alguns interesses e participem das mesmas datas comemorativas, celebrações e eventos simbólicos — como na inauguração da ponte destacada por Gluckman — cada grupo permanece no seu próprio lugar. Eles não se misturam, nem para comer, beber ou conversar, o que evidencia que suas relações são estruturadas pela opressão e pela noção de superioridade e inferioridade. Não se trata, portanto, de uma relação entre iguais. Assim, um país colonial é aquele em que uma minoria europeia se impõe sobre uma maioria nativa, exercendo seu poder de maneira desproporcional e mantendo comportamentos distintos que reforçam essa hierarquia.

## **RESISTÊNCIA DAS PRÁTICAS CULTURAIS ÉTNICAS**

Mesmo com a invasão europeia e consequentemente a implantação das suas concepções do mundo, visando homogeneizar as diferenças existentes, os grupos étnicos Bissau-guineenses e das outras regiões do continente africano ainda se estruturam social, econômica, cultural e politicamente de modos e formas diferentes. Com um sistema de parentesco baseado na linearidade e idade etária, sustentado pela

solidariedade. Os desempenhos das funções em vários grupos étnicos se dão mediante a idade e a linearidade.

Existem linhagens que só podem ser artesãos, pescadores, caçadores, rei etc. (Hampaté Bâ, 2010). As linhagens, segundo Evans-Pritchard (1978) consistem em pessoas que traçam ascendência através dos homens até um ancestral comum, ou seja, é um grupo de vivos e mortos entre os quais traçam um parentesco genealógico.

Os conhecimentos estão abertos a todos as comunidades, todo mundo pode adquiri-lo, não é algo comercial, segundo o historiador e antropólogo senegalês, Cheikh Anta Diop (1987), em sua análise sobre as guildas trabalhistas na sociedade africana. Cada pessoa possui uma herança, um dom particular, transmitido em sua linhagem familiar através da iniciação. É o que faz da pessoa uma boa profissional, ter excelência no desempenhar as suas funções.

Alguém fora da guilda, mesmo que tivesse adquirido o talento e a arte de uma profissão que não fazia parte de sua família, não conseguiria praticá-la efetivamente em um sentido místico. Pois, não teriam sido seus antepassados os que tinham feito o acordo inicial com o espírito que originalmente o ensinou à humanidade. A caça é um bom exemplo, embora exija armas materiais como arcos, flechas e fuzis, as armas mais importantes do arsenal são mandatos familiares das divindades, remédios, inventos, feitiços e talismãs, segredos familiares ciosamente guardados (DIOP, 1987).

A vida comunitária desempenha papel fundamental na lógica da relação social entre as pessoas. Nesta perspectiva, Tomás Domingos (2011) partilha a reflexão de Julius Nyerere, pai da independência da Tanzânia, país da África oriental, baseada na ideia de *Ujamaa*, para ilustrar as relações sociais africanas baseada na reciprocidade.

Domingos salienta que, *Ujamaa* é o humanismo africano, constituindo fundamento dos valores da hospitalidade e da solidariedade social, econômica e política. Por isso, todos os seres humanos constituem uma única irmandade/humanidade, onde cada ser é membro integrante da família humana. Sendo assim, independentemente da estrutura, condição social, mesmo estando em profunda transformação, pertencendo a diferentes famílias, a vida em comunidade continua sendo base/suporte, abrigo diante de situações adversas da vida.

A constituição do coletivo *mandjuandadi* na Guiné-Bissau não foge desses princípios. O termo *mandjuandadi* deriva da *mandjua*, em língua *mandjaca*, significa colegas, camaradas, pessoas da mesma faixa etária. A *mandjuandadi* na sua primeira fase, segundo Semedo (2010) está relacionada com o fato de seus membros morarem próximos, no mesmo bairro, na mesma tabanca/aldeia, na mesma comunidade.

É uma instituição que sempre existe na sociedade guineense. A sua constituição não se dá pelo gênero, mas pela idade. Pode ser um grupo de mulheres, de homens, de jovens ou de crianças. É uma associação da geração, classe de idade, grupo dos que foram iniciados no mesmo momento. Ou seja, é o sistema de conjuntos etários através do qual as relações sociais Bissau-guineense se estabelecem, igual ao modo de

subsistência e das instituições políticas dos Nuer observado pelo Evans-Pritchard.

Evans-Pritchard considera, que entre os Nuer, todos os que foram iniciados dentro de um número de anos sucessivos, pertencem a um único conjunto etário. Uma vez que a pessoa tenha sido iniciada dentro de um conjunto, permanece na mesma gradação etária pelo resto da vida. Na *mandjuandadi* acontece o mesmo.

Evans-Pritchard ainda salienta que para um filho *Lithgac* de um pai *Maker*, todos os membros do conjunto *Maker* são seus pais. Na *mandjuandadi*, o conjunto etário do meu/minha irmão/irmã mais velho/a considero os/as como irmãos/as mais velhos/as e eles/as me consideram como irmão mais novo. Os conjuntos etários do meu pai/mãe, tio/tia me consideram filho ou sobrinho, eu os/as considero de pai/mãe, tio/tia.

A *mandjuandadi*, além de ser grupo de pessoas da mesma faixa etária, se constitui como grupo cultural, musical e educacional. Quando falamos da *mandjuandadi* enquanto grupo musical, de certa forma, estamos nos referindo a uma estrutura feminina. Na realização de certas atividades, que na sua maioria são feitas pelas mulheres, como buscar água no poço, cortar lenha, lavar roupa, vender guloseimas. Ir à costura, levou grupos de mulheres, jovens ou mais velhas a se juntarem com frequência e se entreaduarem nas tarefas domésticas e em outras atividades. Assim, a existência de coletivo acompanha sempre a convivência dos Bissau-guineenses (Gomes, 2019; Semedo, 2010; Teixeira, 2014).

É na realização desses trabalhos que elas falam de suas vidas, dos segredos, das alegrias, assim como da tristeza, das intimidades com os maridos, por intermédio de cantigas inventadas pelas amigas, parentes, até mesmo de quem a canta. Por isso, não se misturam jovens e pessoas mais velhas nos convívios, pois acredita-se que criança que convive com adultos em momentos de lazer pode escutar coisas inapropriadas para a sua idade (Semedo, 2010). Nessa ordem da ideia, as normas são claras e rigorosamente respeitadas.

Muitas *mandjuandadi* começaram assim, de modo espontâneo e informal, para depois ganharem um nome, uma rainha, um rei e os restantes membros da hierarquia. (Bull 1989; Barreto et al., 2000). É de salientar que a *mandjuandadi* é um nome comum para todos os grupos de *mandjuandadis*. Além da denominação *mandjuandadi*, cada grupo tem um nome atribuído. Por exemplo: grupo de *mandjuandadi*: *Firkidja di Bula*, *Netos de bandim*, *Cabas de amizade*, *Maram cabeça*, *Amizade de empancha*, *Mumbessa*, *Nova esperança*, *Bambaram*, *Kassaf de Bula*, *Besse mar*, *Pé de banco*, *Kombe fina*, *Blamense*. Cada um desses nomes atribuídos a um grupo, tem algum significado, passa alguma mensagem.

Não existe um estatuto, lei "formal", através do qual os grupos devem se formar ou estruturar. Dependendo de cada cidade, bairro ou comunidade da sua criação, cada grupo tem suas classificações que perpassam pela mesma finalidade, distinguindo como associações económicas, religiosas, políticas, recreativas ou de interajuda, proteção social, que recorrem à base identitárias de recrutamento (idade, local de residência ou de trabalho), Borges (2006).

Não obstante, existe em todos os grupos a figura de rainha, rei e vocalista. Enquanto grupo musical, não existia figura masculina de rei, sendo grupo de mulheres, só existia figura feminina de rainha. Uma vez que existia a figura da rainha, as mulheres acharam por bem que o caminho não se faz sozinho, introduziram a figura masculina do rei, o que não lhes tira a centralidade do poder, continuam sendo figura de destaque, lugar do poder, figura visível.

Assim, *mandjuandadi* é um espaço em que aspetos linguísticos, religiosos, econômicos e políticos compartilham as suas diversidades. O espaço pode ser visto como território da integração das diversidades, em que todo e qualquer grupo étnico, religioso pode integrar. Assim, *mandjuandadi* na Guiné-Bissau possibilita intervenção organizada na busca pela construção de um espaço público de iguais e na redução das desigualdades sociais.

Semedo (2010) considera que o coletivo *mandjuandadi* é um espaço cultural, educacional e musical em que a ideia da liberdade atravessa o grupo: lá pode cantar, dançar, tocar instrumentos musicais, brincar livremente, ensinar e aprender, tanto nos versos que canta, assim como, na performance enquanto dança. Ainda a autora frisa que na *mandjuandadi*, os integrantes interagem uns com os outros, aceitando direitos e obrigações como sócias, o que lhes permite comungar uma identidade comum e espírito de resistência, e de emancipação social e cultural.

## AS IDENTIDADES INSTITUÍDAS A PARTIR DO COLONIALISMO

A ideia da construção de Estado-nação que se baseia no patriarcado foi criada para suprimir as lealdades primordiais da unificação, sem, no entanto, aceitar as diversidades, regionais, étnicas e religiosas etc. Isto é, diluir toda e qualquer diversidade e diferença, construindo assim uma identidade, sociedade homogênea a partir de alguns símbolos (bandeira, hino e carteira de identidade etc.).

Contudo os grupos autóctones Bissau-guineense, de certa forma, adquiriram essas concepções, no entanto, continuaram com as suas tradições, as suas formas de organizações socioeconômico, cultural, político, as línguas, práticas religiosas, comida, vestuário. As formas de ver, pensar e compreender o mundo ainda prevalecem. Assim, na Guiné-Bissau as antigas formas de organizações conseguiram vencer a ideia da homogeneização do poder colonial e do Estado-nação que visava eliminar os modos de vida autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções do mundo.

Os grupos étnicos da Guiné-Bissau não abandonaram as suas práticas culturais tradicionais; antes, reconfiguraram-nas por meio de processos da coexistência sociocultural decorrentes do contato histórico com a Europa. Observa-se, portanto, uma convivência dinâmica entre elementos culturais

locais e influências exógenas, resultando em formas identitárias múltiplas e contextualmente situadas.

Nesse quadro, o indivíduo pode, em certos contextos, identificar-se como católico e, noutros, participar de rituais e práticas religiosas de matriz africana, evidenciando uma confluência religioso funcional, Santos (2023). A título de exemplo: uma pessoa que se converteu ao catolicismo, ao falecer, durante processo fúnebres, a família faz todo os rituais da etnia para depois deixar a igreja fazer os seus rituais. O mesmo se verifica também no processo de casamento, primeiro são feitos todos os rituais étnicos, depois no cartório, como se diz no Brasil, para depois na igreja.

De modo semelhante, a alternância entre o uso do português, do crioulo e das línguas étnicas revela um multilinguismo estratégico, no qual cada código linguístico é mobilizado conforme as exigências sociais, comunicativas ou simbólicas do momento. No domínio da saúde, verifica-se, igualmente, uma pluralidade terapêutica: os hospitais são reconhecidos como espaços legítimos para o tratamento de determinadas enfermidades, enquanto, em outras situações, recorre-se aos curandeiros tradicionais e aos sistemas médicos locais. Tal pluralismo evidencia a coexistência — não excludente — de diferentes epistemologias e concepções de cura.

Assim, as práticas culturais bissau-guineenses configuram-se como processos híbridos, flexíveis e contextualmente orientados, nos quais a incorporação de elementos europeus não implica a eliminação das matrizes culturais guineense, mas sim a produção contínua de novas formas de vida e de significação.

As mudanças de participação dos grupos em situações diferentes revelam o funcionamento da estrutura. A participação de um indivíduo em um grupo particular em uma situação particular é determinada pelos motivos e valores que o influenciam nesta situação. De acordo com os interesses, valores e motivos que determinam seu comportamento em situações diferentes, o indivíduo modifica sua participação nesses grupos. Assim, valores e crenças determinam o comportamento dos indivíduos, Gluckman (1987).

Também nos grupos de mandjuandadi, principalmente dos centros urbanos, as diversidades culturais étnicas estão muito presentes. São praticadas as danças, vestuário etc. de diferentes grupos étnicos. Ou seja, cada um dos membros pertencentes a grupos étnicos, religiosos diferentes, traz para mandjuandadi as suas práticas culturais. Contudo, se opõem ao sistema governamental do Estado, através das suas composições musicais, criticam o sistema e o regime instalado no país, também prestam serviço ao Estado em datas comemorativas (independência, dias dos heróis nacionais, empossamento de presidente e do governo etc.). A partir disso, o grupo vai se constituindo e reconstituindo.

As estruturas, os contextos culturais, os tipos de vida e as maneiras de pensar na Guiné-Bissau, segundo Balandier (1993), são resultantes da ação colonial que permanecem fortemente enraizadas na carne e no espírito dos países africanos, mesmo depois da independência. Por exemplo: a forma da intervenção da economia monetária e do assalariado, da difusão do ensino moderno, da ação da evangelização etc. As revelações de forças se



opõem às sociedades coloniais, o poder do estado, de certa forma, querendo aniquilar os modos de vida, da existência dos grupos locais e os grupos locais lutando para que as suas práticas não desapareçam. Uma situação herdada do colonialismo.

Neste sentido, quando falamos da substituição do poder das mulheres na sociedade Bissau-guineense, estamos referindo ao sistema de relações sociais instituídas pelo Estado através do colonialismo. Não obstante, ainda em muitos grupos étnicos, nos coletivos tipo mandjuandadi, as mulheres continuam desempenhando as suas funções, tendo poder de decisão. Isso é muito presente na minha família, na etnia mancanha de modo geral. Mesmo eu sendo "homem", tendo maior nível acadêmico, tendo oportunidade de vivenciar outras experiências, a minha opinião ainda não conta muito na tomada da decisão da família, por ser mais novo. Após o falecimento do meu pai, a minha irmã é quem decide tudo, por ser a mais velha. Nos "homens" da família, só a seguimos. Isso é muito presente também em outras etnias.

A invasão europeia, consequentemente a instalação de novo sistema organizacional na Guiné-Bissau, tentaram apagar as formas de relações ententes que, de certa forma, não conseguiram. Possibilita a emergência, dinamização dos coletivos de tipo mandjuandadi no campo e nos centros urbanos, como aparato de reivindicação dos direitos com vistas à emancipação, construindo território da reconstrução das novas identidades.

Por isso que ao fazer leitura da conjuntura, organização e funcionamento social da Guiné-Bissau, e na África de modo geral, possibilita compreender que o colonialismo permitiu a construção das novas formas de relações socioeconômicas, políticas, culturais, religiosas e identitárias. As sociedades colonizadas, conforme frisou Balandier (1993), são produtos de uma dupla história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Guiné-Bissau, assim como em outras regiões do continente africano, percebe-se que, apesar do longo período de colonização e da tentativa de imposição de modelos culturais considerados superiores ou "civilizados", consolidaram-se uma história e uma identidade guineenses ainda presentes nas mandjuandadis, as cerimônias fúnebres, casamentos, através da línguas, vestuários, as identidades, práticas culturais e formas de organização social entre outros, não foram totalmente suprimidas.

Ao contrário, mostraram grande capacidade de resistência e continuam, até hoje, a se reinventar diante de diversas pressões políticas, históricas e socioculturais. Paralelamente, formou-se também um conjunto de identidades e práticas sociais decorrentes do próprio processo de dominação europeia, que colocou em contato formas de vida profundamente heterogêneas, obrigadas a coexistir dentro de um mesmo território.

Assim sendo, compreende-se que as identidades contemporâneas emergem de um constante processo de composição e decomposição, resultante das múltiplas tensões, influências e interações que configuram o campo social. Nesse cenário marcado pela fluidez e pela instabilidade das relações, as identidades deixam de ser concebidas como estruturas fixas ou essências imutáveis, passando a ser entendidas como construções em permanente transformação.

As identidades tornam-se, portanto, dinâmicas, sendo ativadas, negociadas e ressignificadas conforme os contextos, os tempos e as situações vivenciadas pelos sujeitos. Tal dinamicidade revela que os indivíduos, ao transitarem entre diferentes espaços sociais, atualizam continuamente os sentidos atribuídos a si mesmos e aos grupos a que pertencem. Desse modo, evidenciam-se processos ininterruptos de adaptação, reelaboração e disputa simbólica, nos quais se definem pertencimentos, se reconstroem fronteiras e se (re) afirmam modos de ser e existir. Em suma, as identidades, longe de representarem uma totalidade estável, expressam a complexidade e a pluralidade que caracterizam a vida social contemporânea.

Dessa forma, ao analisar a identidade e cultura na Guiné-Bissau — ou quaisquer outros países que vivenciaram a experiência colonial — torna-se imprescindível compreender como o colonialismo foi estruturado, de que modo as suas forças se sobrepuseram às dinâmicas locais e como tais influências continuam a ser reinterpretadas no presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. “**A noção de Situação Colonial**”. In: Cadernos de Campo nº 3 USP, São Paulo: 1993.

BARRETO, Hermínia Pereira; MONTEIRO, Bibiana; NETO, Ângela; BAPTISTA, Rosalinda; COSTA, Isabel Maria da. **Informações sobre mandjuandadi, cantigas de mandjuandadi e mulheres guineenses**. Entrevistadora: Maria Odete da Costa S. Semedo. Bissau: INEP, 2000 (DVD 50 minutos).

BORGES, Manuela; FREITAS, Joseania Miranda; FERREIRA, Luzia Gomes: **Relações de Alteridades e Identidades: mandjuandades na Guiné Bissau e a Irmandade da Boa Morte na Bahia**. Impulso, Piracicaba, 17(43): 91-103, 2006.

BULL, Benjamim Pinto. **O Crioulo da Guiné-Bissau**. Filosofia e sabedoria. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1989.

CABRAL, Amílcar. **A Cultura Nacional**. edt. Avante, SARL, Portugal, 1984.

DOMINGOS, Luis Tomas: **A VISÃO AFRICANA EM RELAÇÃO À NATUREZA**. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/qtreligiao/pub.html>.

DIOP, Cheikh Anta. **Precolonial Black Africa**. Trenton: Africa World Press, 1987.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan; COELHO, Ana M. Goldberger. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. In: **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 1978. p. 276-276.

FANON, Franz. **Os Condenados Da Terra**. Juiz De Fora: Editora Ufjf, 2010. Capítulo I.P.23-67.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. Feldman-Bianco, B. (org) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. SP: Global, 1987.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Bobock e Bontche**. Redenção, 2019.

HAMPATÉ BÂ, A. **A tradição viva**. História geral da África, C a p í t u l o 8 I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: “O Oriente Como Invenção Do Ocidente”. Trad: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **As mandjuandadi: cantigas de mulher na Guiné Bissau**: da tradição oral à literatura. Belo Horizonte, 2010.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau**: Djuntamon para novas relações. Cadernos de Estudos Africanos [online], 31 | 2014.

Anselmo Santos Neto<sup>1</sup>

Francisco Cleiton Vieira<sup>2</sup>

## **Entre a BNCC, a sala de aula e a vida: práticas de ensino e aprendizagem na escola diante da diversidade sexual e de gênero e dos conservadorismos**

---

## **Between the State Education Norms, the Classroom and Life: Teaching and Learning Practices at School in the Face of Sexual and Gender Diversity and Conservatism**

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Anthropology of the Americas no Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, Bonn, Alemanha. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. E-mail: s05asant@uni-bonn.de

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Santa Cruz, Brasil. Doutor e mestre em Antropologia Social (UFRN). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPgAS/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPgSACOL/UFRN). E-mail: cleiton.vieira@ufrn.br

## RESUMO

Este artigo reflete sobre o processo de ensino-aprendizagem de temáticas envolvendo a diversidade sexual e de gênero em uma escola de nível secundário, diante do conservadorismo a nível nacional e a diferença no campo da sexualidade a nível local. É resultado da relação entre um período de estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História e uma pesquisa histórico-antropológica em arquivos mais ampla sobre a história da ideia de “mudança de sexo” à brasileira, utilizando como fontes jornais, diários, práticas clínico-cirúrgicas e biografias entre o Rio Grande do Norte e São Paulo no período de 1950 a 1980. Enquanto um diálogo interdisciplinar entre história e antropologia, estuda-se as dinâmicas de aprendizagem numa sala de aula, de forma que se considere tanto o emprego da fonte histórica como a análise social do contexto dos alunos. Através da oficina, os estudantes puderam questionar conceitos pré-estabelecidos e levantar questões como o uso do banheiro por pessoas trans e a possibilidade de mudança de gênero, ao mesmo tempo que puderam reconhecer a escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Para finalizar, o artigo vislumbra abordagens a respeito da diversidade sexual e de gênero em espaços escolares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino, Sexualidade, Gênero, Conservadorismo e Diversidade

---

## ABSTRACT

This article reflects on the teaching-learning process of themes involving sexual and gender diversity in a secondary school, in the face of national conservatism and differences in the field of sexuality at the local level. It is the result of the relationship between a period of mandatory curricular internship in the Bachelor's Degree in History and a broader historical-anthropological research in archives on the history of the idea of “sex change” in Brazil, using newspapers, diaries, clinical-surgical practices and biographies between Rio Grande do Norte and São Paulo from 1950 to 1980 as sources. As an interdisciplinary dialogue between history and anthropology, the learning dynamics in a classroom are studied, in a way that considers both the use of historical sources and the social analysis of the students' context. Through the workshop, students were able to question pre-established concepts and raise issues such as the use of restrooms by trans people and the possibility of gender change, while being able to recognize the school as a space for LGBTQIA+ sociability. To conclude briefly, the paper outlines thematic approaches to sexual and gender diversity in schools.

**KEY WORDS:** Teaching, Sexuality, Gender, Conservatism and Diversity.



## INTRODUÇÃO

Os desafios para abordar a diversidade sexual e de gênero em sala de aula são significativos e tem sido objeto de grande escrutínio público no Brasil e em diferentes regiões do mundo. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento normativo instituído pelo Ministério da Educação (MEC) brasileiro que orienta a elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas no ensino básico (Araújo; Silva; Sena, 2020), não menciona diretamente a diversidade sexual e de gênero na etapa do ensino médio. Este silêncio é reflexo do conservadorismo que permeia a sociedade e que, por vezes, influencia a criação de dispositivos legais para atender a uma demanda social hegemônica, deixando de lado os direitos de grupos sociais que desafiam as normas estabelecidas e são vulnerabilizados. A ausência de menção à diversidade sexual e de gênero na BNCC é um reflexo da resistência social em abordar essas questões de forma aberta e inclusiva, uma vez que setores organizados da sociedade e educadores tentaram estabelecer o tema como referência nas normas de ensino nacionais e estaduais (Autor, 2017). A retirada da expressão “orientação sexual” e do conceito de gênero do texto da BNCC reflete a intenção de alguns setores de “puxar a roda da história para trás”, como apontado por Margareth Rago (Alves Filho, 2017). A dificuldade da abordagem dessa temática na escola corresponde, portanto, a uma resistência à mudança social e reflete um amálgama de distintas identidades e experiências sexuais e de gênero que atualmente são encampadas pelos movimentos sociais e por indivíduos como distintos.

Essa distinção cada vez crescente de identidades não-heterossexuais corresponde a desintegração da categoria “homossexualidade” (Valle; Simões, 2015), o que gerou a necessidade de uma nova expressão para englobar o conjunto de pesquisas relacionadas às corporalidades, sexualidades e expressões de gênero que desafiam o binarismo de gênero e a normatividade heterossexual. Dada a falta de consenso entre os pesquisadores sobre uma expressão unificada para essas questões, “diversidade sexual e de gênero” emerge como uma alternativa. Este termo, menos vinculado às categorias médicas e psicológicas e às categorias identitárias reunidas no movimento político atualmente representado pela sigla LGBTQIA+<sup>2</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais), busca abranger uma pluralidade de experiências e identidades, respeitando a individualidade e a complexidade de cada ser humano (Valle; Simões, 2015).

Essa diferenciação se estabelece através da resignificação de indicadores de subjetividades, práticas e conflito social/violência. Isto é, “expressões corporais e emocionais, desejo sexual, linguagem e

---

<sup>2</sup> A noção de “sujeito LGBT” é entendida como própria de uma comunidade imaginada com uma trajetória histórica alterada pela sua inclusão no Estado brasileiro através de políticas governamentais. Estas políticas focam e intervêm em homossexuais, travestis e pessoas trans, tendo sua principal base materializada no final do Governo Lula com as Conferências Nacionais LGBT a partir de 2008 (AGUIÃO, 2008).

vocabulário, materialidades corporais, performances de gênero, órgãos sexuais, práticas profissionais, vestuário, entre outros” são constantemente reelaborados por agentes sociais em ordem de estabelecê-los como representação dessa ou daquela identidade (Autor, 2022, p. 103-104). Essa reelaboração constante de categorias e experiências ressalta a necessidade de uma abordagem antropológica mais inclusiva e abrangente para entender a diversidade sexual e de gênero, uma que reconheça e valorize a individualidade e a complexidade das experiências humanas.

O crescimento do conservadorismo nos últimos anos, impulsionado em parte por um forte movimento religioso, tem levantado questões sobre os direitos humanos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Grupos religiosos, incluindo cristãos evangélicos e católicos, têm ganhado representação no Congresso Nacional, e muitos desses representantes defendem uma agenda neoconservadora que busca minimizar questões relacionadas a essas temáticas. Exemplos disso são numerosos, como as tentativas de intimidação de professores e a propagação do mito da “ideologia de gênero”, que não passa de uma desvirtualização dos estudos ligados a gênero e sexualidade (Miguel, 2021). As tentativas de inserir essas discussões no ensino básico encontram resistência. O movimento Escola Sem Partido, reflexo da onda conservadora dos últimos anos, tem buscado homogeneizar o discurso heteronormativo em sala de aula, proibindo a discussão sobre gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais e política, influenciando a perseguição à liberdade de cátedra, gerando conflitos entre professores e alunos (Barroso; Silva, 2020). Portanto, apesar das adversidades e conflitos, a necessidade de abordar a temática da diversidade sexual e de gênero no ensino básico é intensificada por esses desafios. Bento (2011) e outros já destacaram a existência de preconceito e violência contra gays, lésbicas e pessoas trans e travestis nas escolas, resultando em sua exclusão. Essa realidade sublinha a urgência de esforços consistentes e conscientes para combater o preconceito e promover a inclusão, e as discussões sobre a inclusão desses temas na escola surgem precisamente dessa constatação.

Nesse sentido, este trabalho<sup>3</sup> objetiva refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem de temáticas envolvendo a diversidade sexual e de gênero em uma escola de nível secundário. Esse artigo é resultado da relação entre um período de estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História e uma pesquisa mais ampla sobre a história da ideia de “mudança de sexo” à brasileira, utilizando como fontes jornais, diários, práticas clínico-cirúrgicas e biografias entre o Rio Grande do Norte

---

<sup>3</sup> Este trabalho é resultado de pesquisa etnográfica e em arquivos e de aplicação de uma oficina a partir da experiência de estágio curricular obrigatório no contexto de um curso de Licenciatura. A observação participante e a aplicação da oficina foram realizadas pelo primeiro autor; as análises formais, a escrita do texto, conceituação e curadoria dos dados foram realizadas pelos primeiro e segundo autores, enquanto a revisão e a supervisão foram feitas pelos segundo autor; a pesquisa em arquivos foi realizada por ambos os autores, ficando o primeiro mais a cargo da pesquisa em jornais e ao segundo a pesquisa em outros materiais como livros, arquivos médicos etc.; o segundo autor também participou do planejamento e formulação da oficina. O texto, portanto, oscila entre a primeira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural, na primeira forma se referindo a observação participante feita pelo primeiro autor.

e São Paulo no período de 1950 a 1980. O canal principal dessa ligação entre a sala de aula e a pesquisa em arquivos se deu a partir da aplicação de uma oficina entre estudantes adolescentes do nível médio no âmbito de aulas durante um período do estágio. Para isso, o diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História mostrou-se essencial; a partir dessas duas áreas, propomos o diálogo entre a análise de uma fonte histórica (evitando o anacronismo) a partir do contexto cultural e social dos alunos, etnografando as interações no contexto de sala de aula ao longo da discussão desses temas.

O artigo é estruturado em cinco seções principais. A primeira seção aborda o método e as técnicas de pesquisa empregados no trabalho, discutindo a pesquisa realizada em jornais e a montagem da oficina. A segunda seção explora a evolução da notícia e o contexto histórico da imprensa no Brasil, fornecendo uma explanação sobre o que constitui um fator de noticiabilidade e como este influencia a formação da opinião pública em relação aos indivíduos não-heterossexuais. A terceira seção examina o contexto de uma escola estadual no Rio Grande do Norte, local onde a oficina foi realizada, e a importância de utilizar o jornal como fonte histórica e o seu cotejamento com o presente. A quarta seção apresenta a etnografia de dois momentos da oficina, com os alunos e as alunas reconhecendo a possibilidade de alteração das características sexuais secundárias por meio de intervenções cirúrgicas, tema que foi objeto de debate para acessar saberes sobre espaços de sociabilidade e identificação da escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Finalmente, a quinta seção argumenta que a escola pode ser um local ativo para abordar essas questões por meio de uma técnica de ensino-aprendizagem (a oficina), destacando a urgência de tratar a questão da diversidade no contexto escolar. Isso responde a uma necessidade identificada entre os próprios discentes que desejam debater o assunto.

## MATERIAIS E MÉTODO

Na década de 1970, o jornal começou a ser reconhecido como fonte histórica pelos historiadores. A introdução de novas metodologias na História possibilitou o uso dos periódicos para uma renovação historiográfica, principalmente no que concerne à temas políticos, sociais e culturais do período. Por ser um veículo costumeiramente gerido pelas classes dominantes, o jornal apresenta-se como uma forma de entender como esses grupos moldaram a percepção social através da mídia (Leite, 2015). A Folha de São Paulo, sendo o veículo jornalístico de maior circulação no país (Mídia Dados, 2022), foi selecionado para o levantamento de dados sobre mudança de gênero no período histórico entre 1960 e 1980. Pela carência de arquivos médicos e pessoais, a pesquisa em jornal mostra-se com forte potencial para acessar o passado.

A pesquisa no acervo digital da Folha foi conduzida utilizando as palavras-chave ‘travesti’, ‘transexual’, ‘transexualismo’ e ‘mudança de sexo’. No total, foram encontradas e

analisadas 503 notícias que foram selecionadas e arquivadas no acervo do Núcleo de Estudos

e Pesquisas em Antropologia e Saúde Coletiva. Assim, encontramos muitas notícias sobre travestis/transsexuais que foram presos e presas devido à sua identidade de gênero, bem como aquelas que tratavam de indivíduos que realizaram a cirurgia de transição de gênero e enfrentaram dificuldades para alterar o prenome legalmente. Também foram incluídas matérias com opiniões de leitores, jornalistas, psiquiatras e psicanalistas sobre as cirurgias, além de notícias sobre figuras transexuais famosas, como Christine Jorgensen, René Richards e Roberta Cowell. O caso do cirurgião plástico Roberto Farina, amplamente citado por estudos trans, condenado por realizar a cirurgia de transição de gênero em Waldirene Nogueira, foi amplamente noticiado pela Folha de São Paulo, permitindo a sua reconstrução a partir de uma perspectiva jurídica e jornalística. O jornal também noticiou o aspecto artístico desses indivíduos e a perseguição policial e social a que foram submetidos. Por fim, todas as notícias que se enquadram em alguma das características mencionadas foram preservadas em nosso acervo.

A técnica de clipagem foi empregada, a qual envolve o processo de arquivamento de notícias relacionadas a um tema específico, com os critérios de seleção definidos pelo pesquisador. Após a seleção, um PDF foi gerado e nomeado de acordo com a palavra-chave e a data de publicação. A notícia correspondente à palavra-chave foi destacada digitalmente, sem a exclusão das demais notícias presentes na mesma página do jornal, uma vez que elas também contribuem para o contexto geral. As notícias foram organizadas em pastas, divididas em intervalos temporais de cinco anos, para facilitar a consulta posterior. Ao término da pesquisa, uma planilha de dados foi elaborada com todas as notícias selecionadas. Informações como data, palavra-chave, tipo de notícia, autor e referência completa foram incluídas na planilha.

A partir desse acervo temático construído no contexto da pesquisa, cinco notícias extraídas do arquivo digital do jornal Folha de São Paulo foram selecionadas para a montagem de uma oficina pedagógica. Dada a sua eficácia como ferramenta de ensino-aprendizagem,

*as oficinas pedagógicas permitem uma análise da realidade de cada aluno sem a fuga do conteúdo que deve ser abordado, além de permitir o intercâmbio de experiências, em que o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, igualmente presente no processo de construção do conhecimento. São situações de ensino e aprendizagem de forma aberta e dinâmica, sendo uma valiosa forma estratégica para a formação tanto dos educadores, quanto para os discentes. Com as oficinas, os professores tanto ensinam quanto aprendem. Há uma troca mútua de conhecimentos de forma descontraída, na qual ambos os lados saem renovados de cada etapa escolar (MONTEIRO et. al., 2013, p. 2).*

Por não haver nenhuma referência direta às temáticas de gênero e diversidade sexual na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC, a oficina ancorou-se na competência 5 da etapa do ensino médio, que busca “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (2018). A partir disso, foi elaborada uma oficina dividida em quatro dinâmicas e, por fim, na confecção de um jornal artesanal. Essa prática de ensino-aprendizagem objetiva construir narrativas sobre temas ligados à diversidade sexual e de gênero ao observar as perspectivas clínico-cirúrgica, artística, higienista, da violência judicial e policial, e da organização política desses grupos na década de 1970.

Intitulada “Mapeamento de Conceitos”, a dinâmica inicial teve como proposta a análise de uma notícia sobre ‘mudança de sexo’ (Figura 1) a partir de quatro perspectivas: os sujeitos envolvidos, as fontes da informação, o contexto histórico e a linguagem utilizada no corpo do texto. A atividade é desenvolvida em grupos de cinco alunos, que devem organizar e guardar as informações coletadas durante a leitura da fonte. Posteriormente haverá um processo de socialização para a conceituação de termos como ‘mudança de sexo’, identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico, expressão de gênero, e outros que os alunos apresentarem dúvida durante o momento da análise geral.

## Médico defende cirurgia para mudar o sexo

RECIFE (do correspondente) — “Em praticamente todos os países do mundo são feitas operações para mudança de sexo e nenhum médico até agora sofreu sanções por isso”, afirmou o professor Roberto Farina, pioneiro no

Brasil nesse tipo de cirurgia. Cauteloso em suas declarações, a princípio negando-se mesmo a comentar o assunto, pois está tramitando um processo movido contra ele por um promotor de São Paulo, o professor Roberto Farina acabou prestando informações sobre o assunto.

Paulista de 52 anos, professor universitário, lecionando em duas Faculdades de Medicina em São Paulo, Roberto Farina assegura que “a finalidade dessa cirurgia é humanitária e o médico não tem o direito de abandonar esses pacientes, que são em geral criaturas de bom caráter, que sentem a responsabilidade da vida, algumas vezes até com nível universitário e que

querem encontrar um caminho para que possam exercer suas atividades”.

Farina não revelou o número dos que se submeteram à operação de mudança sexual pelas suas mãos, limitando-se a dizer “que foram feitas algumas cirurgias”, pelas quais ele não recebeu um real sequer, em hospitais de ensino.

Contou ainda que as cirurgias para mudança de sexo são feitas apenas em “indivíduos que, embora tenham um determinado sexo físico, têm a mente do sexo oposto” e explicou que antes eles ficam “um ano sob observação psicológica. Quando se chega a conclusão de que é caso de transexualismo, são encaminhados a um geneticista, para determinação do sexo

cromossômico. Depois então são consultados endocrinologistas, que fazem as dosagens hormonais e também alguns testes para determinar exatamente o gênero do sexo cerebral.

Esses testes dão uma segurança muito grande para se firmar o diagnóstico dos pacientes.

Finalmente, o médico cirurgião será apenas um artífice de todo esse trabalho.”

O resultado final da cirurgia é a “mudança bem completa de sexo e os pacientes só não se sentem completamente realizados e felizes por causa do entrave criado na justiça, por exemplo, quanto ao fornecimento de cartelas de

identidade e outros documentos. Mas é um tipo de cirurgia válida porque consegue recuperar os pacientes que antes viviam marginalizados”, disse Farina.

Doutor Farina lamentou que há algum tempo tenha sido envolvido por uma campanha que deixou o saldo de uma imagem criminosa da sua pessoa, mas demonstrou a esperança de “oportunamente tudo vir à luz”.

Roberto Farina regressou a São Paulo depois de participar no Recife do curso de mastologia, onde funcionou como relator de plásticas da mama com transplante livre do aóreo.

### Figura 1. Médico defende cirurgia para mudar o sexo.

**Fonte:** MÉDICO defende cirurgia para mudar o sexo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 1976.

Já a etapa da “Análise de arte” teve como proposta a exibição de personagens LGBTQIA+ na mídia televisiva a partir de uma notícia que retrata o prêmio “Os Cars” (Figura 2), entregue aos gays e travestis de influência da noite carioca no ano de 1976. Com ênfase nas representações de homossexuais, lésbicas e transexuais, os alunos serão convidados a analisar os personagens que ganharam notoriedade no grande público heterossexual e refletirem sobre como essas pessoas são representadas na arte. O objetivo dessa dinâmica é estimular a reflexão crítica e a sensibilização em relação às questões de gênero, sexualidade e arte.



# Oscar

No rio, só  
sendo "gay"

Realizou-se, nesta última segunda-feira, no Teatro Tereza Raquel, no Rio, a noite de entrega dos "Os Cars" — ou prêmios anuais — aos travestis de shows noturnos e outras personalidades do mundo "Gay" carioca, que mais se destacaram durante o ano de 1976. Os prêmios e o espetáculo foram uma iniciativa de Pedrinho, um dos melhores cabeleiros cariocas, que se dedica — também a cada vez com mais empenho — à produção de espetáculos artísticos, sempre na área "Gay".

Foi uma linda noite, com a presença de "Tout Rio", no setor do assim chamado terceiro sexo. As bonecas estavam todas maravilhosas, tanto as felizes premiadas quanto muitas espectadoras que também estavam presentes para aplaudir o sucesso das amigas. Vestidos fulgurantes, penteados impecáveis e maquiagens irreprensíveis foram a tônica da festa, cujo brilho sem dúvida recompensou o trabalho cuidado de Pedrinho.

A noite começou sob o comando do mestre de cerimônia dom Carlos, que iniciou os trabalhos trazendo para o plano três atrizes famosas para apresentar as premiadas: Zezé Motta, que atingiu o estrelato cinematográfico definitivo, este ano, com sua Xica da Silva; Maria Cláudia, apresentada por dom Carlos como "locutora, apresentadora, atriz, bailarina e cantora"; e Sonia de Paula, a "Cissa" da novela Estúpido Cupido. Em seguida, como padrinho e madrinhas das vencedoras, subiram ao palco o craque campeão do mundo Carlos Alberto (novo lateral direito do Flamengo), sua esposa, a atriz Teresinha Sodré, e a também atriz Vera Gimenez. Num clima alegre, como era natural, eles entregaram elegantes estatuetas às seguintes artistas "gay": Maria Leopoldina — melhor atriz; Shirley Montenegro — melhor cantora; Suzie Wong — travesti categoria luxo; Pepita Soares — Travesti revelação; Marlene — melhor apresentadora; Denise Darcel — melhor dubladora; Claudia Kendal — melhor vedete; Angela Leclery — a mais bonita; Cláudia Celeste — A melhor do cinema; Camille — prêmio de elegância; Eiolina — vedete internacional.

O prêmio de personalidade merece um destaque especial. Foi concedido à célebre Rogéria, que é adorada pelas colegas. Quando ela chegou ao teatro, já na metade da cerimônia, a festa simplesmente parou para recebê-la. Rogéria cantou três números de seu repertório e fez um pequeno "speech", no qual declarou não ter mais ambições na vida. "Só quero continuar a ser a líder deste "gay power" maravilhoso" — disse ela, sob os aplausos entusiasmados da platéia e das outras premiadas. Ao que parece, Rogéria continua a manter, no mundo "gay", uma posição ímpar.

Fora da categoria travesti, outras personalidades foram premiadas e devem ser citadas: Ferno recebeu o prêmio de revelação de cabeleireiro; Wagner, de revelação de manequim; Gilles, o prêmio de elegância masculina, e Marcos Magalhães o título de Garoto Gaivota. No final da festa, todos confraternizaram e se parabenizaram mutuamente, numa atmosfera de amizade, respeito e sofisticação.

A iniciativa, sem dúvida, merece os aplausos, não só da imprensa, como de todas as pessoas apreciadoras do belo e interessadas no desenvolvimento da arte e da cultura entre nós. Sejam elas "gay" ou não. E só nos resta fazer votos para que a distribuição dos "Oscars Gay" do ano que vem seja tão — ou mais — brilhante e bonita quanto foi esta noite de segunda-feira.

Luiz Carlos Maciel/Rio



**Figura 2.** Oscar.

**Fonte:** MACIEL, Luiz Carlos. Oscar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 1977.

A terceira dinâmica, intitulada "Mapeamento das políticas higienistas", trabalha a notícia "A polícia preocupada com os "travestis" na cidade" (Figura 3) e consistiu na construção de um mapa coletivo da cidade, identificando os lugares onde as pessoas LGBTQIA+ costumam frequentar e as principais ocorrências de violência e preconceito contra esses indivíduos na cidade do Natal. Os alunos foram orientados a pesquisar informações sobre as políticas higienistas adotadas no Brasil durante a década de 1970 e refletiram sobre a quem eram direcionadas e quais foram os seus objetivos. Em seguida, buscou-se fazer uma discussão acerca das consequências dessas políticas para as pessoas LGBTQIA+ e uma reflexão sobre as formas de combate ao preconceito e à violência a partir de políticas públicas para esse grupo social em Natal.

## A polícia preocupada com os “travestis” na cidade

Uma nova técnica para evitar a presença cada vez mais constante de travestis, no centro da cidade, está sendo empregada pelo 4.º Distrito Policial. Eles estão sendo recolhidos no início dos fins de semana, às sextas ou sábados, por vadiagem (quando não apresentam carteira do trabalho registrada e assinada pelo empregador) e soltos no dia seguinte ou apenas na segunda-feira de manhã.

A tática pretende evitar sua ação, exatamente nos dias de maior movimentação da vida noturna da cidade. A polícia ficha o (travesti), para ter um controle do número deles - o que tem demonstrado que a maioria provém de outros Estados) e pretende manter um cadastro atualizado para descobrir uma fórmula de impedir tal migração. Ao ser detido uma segunda vez, depois do prazo de 30 dias para obter emprego, caso não apresente a “carteira assinada” é autuado por vadiagem.

Aos poucos eles estão tomando conta da cidade. A maior concentração, por enquanto, continua sendo no centro. Há mais de 10 anos, “para salvaguardar os bons costumes”, as autoridades até proibiram o então tradicional baile carnavalesco dos “enxutos”, onde eles se apresentavam nas noturnas do antigo teatro Paramount, da Brigadeiro Luís Antônio.

O que parecia ser o fim dos poucos travestis de São Paulo acabou se transformando, como diz um experimentado policial, “na maior praga da cidade”. Os rapazes trejeitados, às vezes bem vestidos, bem pintados e com os corpos tratados tal qual as mulheres, tomaram de assalto a grande cidade.

Dos inferninhos da rua Teodoro Baima eles se transferiram para a fachada do pomposo Hilton Hotel, na avenida Ipiranga. E isso reduziu numa verdadeira concorrência às mulheres que frequentam as luxuosas boates da chamada “boca do luxo” de São Paulo. Já houve muitas brigas entre elas e os travestis, e até mesmo entre eles.

As rondas policiais foram intensificadas. Alguns travestis, depois da primeira prisão, resolveram abandonar a cidade, procurando bairros distantes, onde atuam mais à vontade, sem a severa perseguição, ocupando praças, ruas e avenidas. E, por incrível que pareça, até freguesia certa conseguiram. Principalmente junto a estudantes. Essa revelação foi feita, há poucos meses, no posto médico-legal do DEGRAN, por um travesti, que fez questão de acrescentar:

“Esses boys motoqueiros da Augusta são só de onda mesmo. Ficam paquerando a noite toda em cima de suas máquinas, à porta de lanchonetes e depois correm aqui pra gente, onde conseguem se realizar. No paredão do cemitério da Consolação, chegamos, conforme o movimento, até escolher a freguesia de acordo com o tipo de carro que ocupam”.

### REPRESSÃO

Atualmente, os maiores inimigos dos

travestis do centro da cidade são os policiais das rondas do Setor de Vadiagem do DEIC e da Delegacia Seccional Centro. Embora as autoridades possuam fichários completos com as suas verdadeiras identidades e, principalmente, dos seus nomes de guerra (o que usam nas ruas), é difícil exercer um controle sobre eles, porque dia-a-dia o número aumenta vindos com maior frequência de cidades interioranas de Minas Gerais e Bahia.

Detidos, os travestis são submetidos a triagem nas delegacias de maior movimento nessa modalidade, na Capital, é o 4.º Distrito e posteriormente submetidos a exames médicos de aptidão física para o trabalho, no IML. Sendo provada sua capacidade para o trabalho, os homossexuais são advertidos e assinam um termo de compromisso, obrigando-se a conseguir trabalho em 30 dias. Findo esse prazo, caso novamente sejam recolhidos e não estejam em situação regular (carteira profissional assinada), serão autuados em flagrante, por infração ao artigo 59 da lei das contravenções penais, que trata da vadiagem.

Para fraudar a lei, um advogado de São Paulo, na hora do julgamento de seu cliente, apresentou uma carteira profissional dando-o como “alfaiate”. O auto de flagrante foi relaxado. Semanas depois, na mesma Vara Criminal, outro julgamento, também de travesti, cliente do mesmo advogado e com o registro de emprego na mesma alfaiataria. Mesmo tendo relaxado a prisão, o juiz pediu à Polícia que investigasse. E ficou apurado que o alfaiate era amigo do advogado e que, a pedido deste, para comprovar a ocupação lícita de seus clientes, assinava suas carteiras e os colocava como contribuintes do INPS. Advogado e alfaiate foram indiciados em inquérito.

### “MAIS RIGOR!”

Como para as mulheres que frequentam a vida noturna da cidade, também para os travestis o maior movimento se dá nas noites de sextas e sábados. Há meses, com o emprego até de cães, policiais civis e militares, numa sexta-feira, realizaram na “boca do luxo” o que se denominou de “Operação Travesti”. Dezenas deles foram recolhidos. De madrugada, comprimidos nos xadrezes do 4.º DP, promoveram um tumulto que só foi sufocado com a presença de caminhões do Corpo de Bombeiros, cujos soldados lançaram jatos d’água sobre eles, para acalmá-los.

Nessa mesma madrugada, o secretário da Segurança Pública, cel. Antonio Erasmo Dias, ao se dirigir à Delegacia para saber das proporções do motim, ao tentar um diálogo com eles, acabou sendo ofendido e se retirou imediatamente do Distrito, muito nervoso, determinando ao então delegado titular, Geraldo Rodrigues de Moura, que as rondas prosseguissem com mais frequência e rigor.

**Figura 3.** “A polícia preocupada com os “travestis” na cidade”.

**Fonte:** A POLÍCIA preocupada com os “travestis” na cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1977.

A etapa de “Reflexões sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+” consistiu na análise de duas notícias sobre a violência policial (Figura 4) e judicial (Figura 5) inseridas em um contexto histórico mais amplo. Os alunos discutiram e responderam a perguntas orientadoras em grupo, destacando como a violência policial e judicial afeta as pessoas LGBTQIA+ e o que pode ser feito para combatê-las. O objetivo da dinâmica foi o de estimular a reflexão crítica sobre a violência policial e judicial, sensibilizando sobre a discriminação e o preconceito em todas as formas possíveis, entendendo o que é cada um a partir das suas práticas, seja econômica, física, moral, dentre outras.

## Diadema julga hoje o “Esquadrão da Morte”

Estarão sendo julgados a partir das 10h30 de hoje, pelo Tribunal do Juri da Comarca de Diadema, os investigadores Walter Brasileiro Polim, João Surreição Frade e João Carlos Tralli, acusados de pertencer ao “Esquadrão da Morte”. Teriam executado a tiros, às vésperas do Natal de 1969, em local deserto da estrada de Vila Evelim, em Eldorado, o travesti Manoel Bernardes Lisboa, chamado “Estrelinha”, e mais uma outra pessoa, de apelido “Nico”, ou “Zorro”.

A identidade dessa vítima jamais foi apurada, apesar do chamado “Lirio Branco”, — “relações públicas” do “Esquadrão da Morte” — ter divulgado aqueles apelidos aos jornais, anunciando as execuções. A Polícia, por sua vez, — nada — conseguiu apurar, sendo o crime desvendado após sindicâncias efetuadas pelos promotores Djalma Lúcio Gabriel Barreto e Alberto Marinho Júnior, na Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária.

Apuraram aqueles representantes do Ministério Público que “Estrelinha” estava recolhido ao Presídio Tiradentes — de onde foi retirado juntamente com “Nico”, para ser morto — pelo menos desde 7 de outubro de 1969, conforme se verifica na relação daquele estabelecimento.

Desde aquela data até 8 de dezembro de 1969, “Estrelinha” foi encaminhado do Presídio ao DEIC, à disposição da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, nada menos que uma dúzia de vezes.

### A CELA DA MORTE

Uma das testemunhas, o bacharel Francisco Isidro Monteiro Júnior, informou que no início de dezembro “Estrelinha” foi retirado do Presídio Tiradentes por três policiais. Todavia, não foi liberado e retornou 4 ou 5 dias depois para o Recolhimento Tiradentes, desta vez com “guia de recolha”. Colocado numa cela isolada, conhecida como “cela da morte” ali permaneceu por cerca de 10 dias e na véspera foi retirado para a morte, durante a madrugada. No pátio do Presídio, foi a vítima “barbaramente espancada”, de

forma “tão violenta que o sangue de “Estrelinha” chegou a correr para o ralo” — segundo o depoimento de testemunhas ouvidas na sindicância.

Anteriormente, em suas idas frequentes ao DEIC, “Estrelinha” já havia sido sequestrado em companhia de “Zorro”. Os policiais que os espancaram afirmaram que ele teria o mesmo destino que “Jorge Brucutu”, um delento anteriormente assassinado, segundo esclarecimento da testemunha Samuel Machado.

### CLAMOR NA VIATURA

Os promotores Alberto Marinho Júnior e Djalma Lúcio Gabriel Barreto, no relatório da sindicância, assim narram os últimos momentos de vida de “Estrelinha”:

“Impressionante o relato que, a respeito dos últimos momentos de vida de “Estrelinha” e “Nico”, é feito por Olímpio Gregório da Silva, também travesti, e que até determinado momento os acompanhou no carro-forte, minutos antes de executados. No interior do veículo, “Nico” somente se lamentava e pedia o socorro de Deus, certo de que ia morrer; o declarante também pensou que seria executado, bem como “Estrelinha”, sendo que todos choravam. Olímpio, contudo, foi transferido, no Pátio do Colégio, para um automóvel, que acompanhou o carro-forte até Diadema, local da execução, sendo entregue à Delegacia de Polícia daquela cidade, sob a alegação de que estava “fazendo a vida de travesti em Americanópolis”. Jamais se soube porque os policiais não o mataram; “provavelmente o transferiram para Diadema para que um “habeas corpus” impetrado em seu favor não surtisse efeito”, disse.

Apesar de diversos policiais, já conhecidos por seu envolvimento com o “Esquadrão da Morte”, haverem sido apontados como coniventes da dupla na execução, salienta a sindicância que “resultou, afinal, bastante demonstrada a participação efetiva no homicídio de 3 dias: os investigadores João Surreição Frade, Walter Brasileiro Polim e João Carlos Tralli.”

**Figura 4.** Diadema julga hoje o “Esquadrão da Morte”.

**Fonte:** DIADEMA julga hoje o “Esquadrão da Morte”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1978.



## Manifestação contra o delegado Richetti

Líderes das prostitutas e travestis que frequentam o centro da cidade deverão realizar, hoje, às 10 horas da manhã, uma manifestação pública, na praça Júlio Mesquita, para protestar contra as prisões que o delegado José Wilson Richetti vem fazendo, todos os dias, desde que assumiu o cargo de chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro, há duas semanas.

A Polícia recebeu informações de que, durante a manifestação uma prostituta e um travesti discursarão e, depois, será queimado, no meio da praça, um boneco de três metros de altura, gordo, de suspensórios e dois revólveres na cinta, representando o delegado Richetti.

O boneco — segundo as informações que chegaram à Polícia — usa terno branco, está recheado com retalhos de pano, sacos de estopa e muito lixo e papel velho. Uma armação de madeira o manterá de pé durante a manifestação. Os suspensórios são largos e os revól-

veres foram feitos de madeira e pintados de preto.

### AMEAÇA

“Vou lá e prendo todo mundo” — disse, anteontem, o delegado José Wilson Richetti, quando um investigador o informou sobre a manifestação das prostitutas e dos travestis. Mas, depois de uma reunião com o delegado Rubens Liberatori, diretor do Departamento de Polícia da Grande São Paulo, ele mudou de ideia:

“Vou fazer de conta que não é comigo. Bem vou ficar na cidade. Vou considerar isso brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada.”

Para evitar eventual excesso, o coronel Nelson Tranchesi, da Polícia Militar, vai colocar viaturas em pontos estratégicos próximos da praça Júlio Mesquita. A Polícia Civil acompanhará a manifestação de longe.

**Figura 5.** Manifestação contra o delegado Richetti.

**Fonte:** MANIFESTAÇÃO contra o delegado Richetti. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 1980.

Por fim, foi pedido aos alunos que construíssem seu próprio jornal artesanal, utilizando recortes de revistas e livros para a confecção da “Folha do Anísio Teixeira”. Esse jornal terá como foco notícias sobre os pertencentes a sigla LGBTQIA+, destacando seus feitos e avanços nos últimos anos, fazendo contraponto com as notícias abordadas durante a oficina e trazendo comparações atuais, mostrando o que mudou e permaneceu desde a década 1970 – com as devidas ressalvas quanto às diferenças entre as cidades de São Paulo e de Natal no período histórico analisado. Nesse sentido, a abordagem de pesquisa e de aplicação da oficina se dedicou a gerar um olhar comparativo tanto entre passado e presente, como entre contextos sociais distintos. A oficina foi encerrada com uma reflexão sobre a importância de se refletir sobre a história e sobre o caráter social da vida humana e da diversidade sexual para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Destacamos o papel do estudante como agente de transformação social, estimulando sua

participação ativa e crítica no debate público acerca das questões de gênero e sexualidade.

## ENTRE A ESCOLA, A HISTÓRIA E O CONTEXTO SOCIAL

Embora seja localizada em um bairro de classe média-alta da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a escola na qual foram realizadas as oficinas atende principalmente a uma população socioeconomicamente desfavorecida. A maioria dos estudantes são jovens residentes da periferia que estudam no segundo bairro mais rico do estado (Tribuna do Norte, 2011)<sup>4</sup>, ou seja, a percepção do espaço se desloca devido às diferenças entre os contextos escolar e social em que estão inseridos (Oliveira, 2006). Vale ressaltar que existem outras escolas públicas nas proximidades, cada uma com suas diferenças estruturais, curriculares e de público-alvo. Por exemplo, o Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense é uma escola tradicional com uma infraestrutura mais atrativa devido ao seu espaço e currículo integral. O Centro Estadual de Educacional Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP) oferece cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio. Além dessas, a Escola Estadual Augusto Severo atende os anos finais do ensino fundamental em período integral, e o Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Felipe Guerra é uma escola voltada para o ensino de jovens e adultos nos três turnos. Já a Escola Estadual Anísio Teixeira tem uma tradição de contar com discentes com necessidades educacionais específicas, que são surdos, oferecendo intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todas as turmas do ensino médio, o que facilita a integração desses alunos com os ouvintes. Além disso, a escola possui seis turmas do primeiro ano do ensino médio, cinco do segundo e cinco do terceiro ano. Escolhemos aplicar as oficinas em duas turmas do primeiro ano do ensino médio, o 1º A e o 1º B, nos dias em que um dos autores esteve presente para realizar o estágio de monitoria.

Baseando-se no fazer etnográfico (Peirano, 2014), analisamos o modo como a Escola Anísio Teixeira, sendo uma instituição pública, lida com questões de diversidade sexual e de gênero. Na turma do 1º A, havia uma distinção socioespacial de gênero. Em seis fileiras de cadeiras, uma parte dos extremos era ocupada por moças e indivíduos assumidamente com identidades pretensamente coesas no espectro da diversidade sexual e de gênero, as quais eram manejadas discursivamente enquanto “pessoas LGBTQIA+”. À direita, os rapazes se sentavam. No meio, estavam aqueles que transitavam entre os dois grupos, e raramente esses extremos

---

<sup>4</sup> Segundo Barbosa, Gonçalves e Santana (2019, p. 53), considerando apenas a capital Natal, a área de maior vulnerabilidade social se refere aos bairros da zona Oeste (Cidade Nova, Guarapes e Planalto), enquanto a área de situação social mais favorável, com vulnerabilidade entre média baixa e baixíssima, refere-se a bairros da zona Leste e Sul (Petrópolis, Tirol, Capim Macio e Candelária).

interagiam entre si durante as aulas. Por outro lado, a turma do 1º B apresentava um contexto comunitário: todos os alunos interagiam uns com os outros, sem distinção de gênero ou um possível estado de hostilidade. Uma dificuldade comum observada nas duas turmas foi a identificação e interpretação de uma fonte histórica. Embora entendamos o conceito e os desafios inerentes ao trabalho pedagógico com arquivos históricos, a formação em licenciatura muitas vezes não prepara adequadamente para lidar com esses objetos em sala de aula. Existem vários mecanismos pedagógicos disponíveis para os professores utilizarem em sala, contudo, por falta de estrutura e recursos financeiros, o professor acaba tornando-se um refém do livro didático. Apesar das Licenciaturas prepararem o discente para ser um futuro profissional da educação com soluções e métodos de ensino, a realidade escolar está distante da academia que, apesar de cortes orçamentários, possui autonomia econômica e intelectual. A preparação se mostra insuficiente, desprovida de uma visão realista das demandas de nossa futura profissão, equiparando-se ao modelo de educação bancária criticado por Paulo Freire (2005) em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, no qual o aluno é visto pelo professor como um banco para o depósito de conhecimento, sem um estímulo à criticidade.

Após o período de observação das interações nas salas de aula, decidimos organizar uma oficina para conectar o jornal à temática da diversidade sexual e de gênero. Escolhemos o recorte espaço-temporal da cidade de São Paulo na década de 1970, período marcado pelo significativo êxodo de travestis do interior do país para a metrópole. Além disso, foi a década em que os indivíduos não-heterossexuais ganharam mais visibilidade midiática, chegando a causar desconforto aos “bons valores e costumes” defendidos pelo veículo jornalístico. Não à toa, a Folha de São Paulo possui mais de duas mil notícias sobre lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais em seu corpus deste período.

As diferenças na sociabilidade de cada turma instigaram-nos a preparar uma prática pedagógica que abordasse a diversidade de gênero e sexualidade, de modo a destacar a importância do jornal como fonte histórica e como objeto para a comparação entre contextos sociais a partir da figura do arquivo. Utilizamos notícias que exploravam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no Brasil durante a década de 1970, as quais possibilitaram a construção de narrativas históricas e o estímulo do senso crítico. Os alunos foram incentivados a se localizarem no contexto histórico, a partir da compreensão dos personagens em estudo através da análise do discurso e da mudança deste ao longo do tempo. Por meio da pedagogia emancipatória (Freire, 2005), que busca ajudar o estudante a se desenvolver como um agente ativo da mudança em sua vida e na sociedade como um todo, os educandos foram motivados a analisar as ideias predominantes daquele período e a estabelecer correlações com as questões prementes na contemporaneidade. Isso possibilitou uma reflexão crítica do próprio contexto cultural e político dos e pelos alunos.



## A TRANSFORMAÇÃO DA NOTÍCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA

O conceito de notícia é multifacetado e não existe consenso sobre sua definição. Para compreender seu significado, é necessário examinar a evolução histórica da imprensa no Brasil e sua manifestação atual. A imprensa brasileira teve suas raízes em três momentos distintos: 1706 em Pernambuco, 1747 no Rio de Janeiro e 1807 em Vila Rica, Minas Gerais. No entanto, sob o domínio da Coroa Portuguesa, as tentativas de estabelecer uma imprensa nacional foram frustradas, refletindo a ideologia dominante que buscava manter as colônias isoladas da difusão cultural. Em 1808, a família real portuguesa trouxe equipamentos tipográficos para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra no porão do navio Medusa. Em 13 de maio do mesmo ano, a Imprensa Régia foi estabelecida com o objetivo de imprimir legislação e documentos diplomáticos das repartições reais. Em setembro, assumiu a responsabilidade de editar a Gazeta do Rio de Janeiro, reconhecida por alguns historiadores como o primeiro jornal impresso em território nacional (Lopes, 2023, p. 1). Durante o período colonial, a Imprensa Régia era composta por uma junta de três autoridades encarregadas de examinar todo o conteúdo destinado à publicação, censurando aqueles que se opunham ao governo, à religião e aos bons costumes. Não havia uma distinção clara entre textos opinativos e informativos, sendo considerado notícia tudo que compunha seu conteúdo informativo.

Durante o período colonial, aproximadamente 50 jornais surgiram e desapareceram rapidamente no país, devido à censura imposta pela Imprensa Régia, que vigorou até 1821. Com o fim da censura e uma maior liberdade de imprensa, diversos jornais começaram a advogar pela Independência do país. Surgiram veículos com conteúdo voltado para o cotidiano, abrangendo desde furtos e assassinatos até vendas de escravos e observações meteorológicas. Após a emancipação do Brasil, a imprensa intensificou a campanha pela normalização da vida política no Império. Nesse mesmo ano, os pasquins emergiram como veículos panfletários, caracterizados por uma linguagem violenta e insultante. Uma guerra de palavras se desenrolava entre conservadores e liberais, que utilizavam os pasquins para lançar insultos uns aos outros. No final do período imperial, parte da imprensa começou a demonstrar tendências republicanas e abolicionistas. O jornalismo assumiu um caráter mais literário, com a participação de escritores contemporâneos na divulgação dessas ideias para o público letrado, conseguindo assim a adesão da elite intelectual. As notícias eram fortemente influenciadas pelas opiniões dos jornalistas sobre a política da época, um reflexo da grande influência do jornalismo francês, que utilizou a imprensa para disseminar notícias sobre os impactos da Revolução Francesa (Bacelar, 2017).

O progresso da República Velha e do Estado Novo transformou a imprensa em uma empresa. A democratização da vida política e a crescente urbanização foram fatores cruciais para a popularização do jornal entre as

classes mais baixas. O movimento operário do início do século XX utilizou panfletos para divulgar suas ideias, incluindo relatórios sindicais, denúncias e notícias relacionadas ao operariado. Na ausência de repórteres e sem preocupação com recursos estéticos, o jornal era produzido em formato de tabloide, com poucas páginas. Após assumir o poder, Getúlio Vargas vinculou o movimento operário ao aparato estatal e sintetizou suas reivindicações trabalhistas. Com o golpe de Estado em 1937, a ditadura varguista foi instaurada e o Estado Novo impôs a censura à imprensa por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Uma forte propaganda governamental era distribuída pelo DIP a todos os jornais; aqueles que resistiam corriam o risco de serem confiscados e, inevitavelmente, tornavam-se veículos de divulgação da ditadura. Esse cenário começou a mudar após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os jornais recuperaram a liberdade para se posicionar a favor da democracia, criticando o regime brasileiro e as ditaduras fascistas ao redor do mundo (Lopes, 2008, p. 3).

A partir de 1950, a imprensa começou a tomar a forma que conhecemos hoje. Quando o modelo jornalístico dos Estados Unidos foi importado para o Brasil, o jornal perdeu sua pessoalidade, adotando a impessoalidade estadunidense ao estabelecer a noticiabilidade. Esta é caracterizada como:

*todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (KUNCZICK, 2001, p. 45).*

A análise de notícias de jornal é fundamental para compreender em que momento histórico determinados temas se tornaram midiaticamente relevantes para a sociedade. No entanto, é importante lembrar que, como qualquer fonte, os jornais devem ser lidos com um grau de desconfiança, afinal, o conjunto de critérios e operações que determinam a elegibilidade de um evento para receber tratamento jornalístico é influenciado pelo editor do periódico e, portanto, pode servir a interesses políticos, econômicos e sociais. A partir da década de 1950, houve um aumento exponencial nas notícias sobre os termos ‘mudança de sexo’, ‘travesti’ e ‘transexual/transexualismo’ na Folha de São Paulo. Grande parte dessas notícias estava ligada à psicanálise e à psiquiatria, que inicialmente contribuíram para a psico-patologização da transexualidade nas décadas seguintes. As notícias sobre ‘mudança de sexo’ adotaram uma postura conservadora a partir de 1950, refletindo posteriormente em um discurso criminalizante contra as travestis. Essa tendência conservadora persistiu na década de 1970, assumindo uma postura higienista ao tratar as travestis como um problema a ser resolvido em São Paulo.

A linha editorial seguida pela Folha de São Paulo na década de 1970 estava alinhada com o regime ditatorial do período<sup>5</sup>. A seção policial frequentemente apresentava um elevado número de notícias sobre indivíduos no âmbito da diversidade sexual e de gênero. Como um veículo de grande circulação, a Folha de São Paulo tinha efeitos de influência sobre a opinião pública, principalmente em relação aos sujeitos não-heterossexuais. Em 18 de dezembro de 1977, o jornal publicou uma notícia sobre a preocupação da polícia com o aumento do número de travestis no centro da cidade, levando à implementação da 'Operação Travesti', que prendia por vadiagem travestis que estavam praticando trabalho sexual. Em 1987, surgiu a 'Operação Tarântula', que foi implementada em São Paulo com o objetivo de prender travestis para combater o avanço da infecção pelo vírus HIV. Essas informações evidenciam que, em um período de dez anos, a política higienista<sup>6</sup> para retirar travestis e transexuais das ruas apenas foi reformulada, não eliminada. O fator de noticiabilidade da Folha de São Paulo assumiu uma postura conservadora e higienista durante os anos mais duros da ditadura militar, o que ajudou a promover essas políticas higienistas e contribuiu para a crescente criminalização dos indivíduos não-heterossexuais, em especial às travestis.

Na década de 1970, muitas notícias retratavam travestis como enganadoras, assassinas e ladras. No entanto, dada a escassez de informações sobre esses casos, parece haver uma construção fantasiosa por parte dos jornalistas sobre essas pessoas. As notícias sobre 'mudança de sexo' frequentemente retratavam aqueles que passavam por uma mudança corporal do sexo como eunucos. A compreensão de transição que possuímos atualmente não era prevalente, o que resultava na ausência de reconhecimento da decisão cirúrgica do indivíduo, reforçando a sua negação jurídica. Isso porque todas as identidades atualmente diferenciadas nesse âmbito eram classificadas como homossexualidade. Por último, é crucial destacar que o critério de relevância jornalística dita o tom de cada reportagem. Ainda que o veículo de comunicação se apresente como imparcial, a perspectiva da linha editorial é evidente em cada notícia. Dessa forma, a opinião coletiva é moldada de acordo com esses grupos, reiterando a concepção de que a mídia desempenha um papel fundamental na construção da percepção social.

---

<sup>5</sup> Segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), associado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a colaboração do jornal Folha de São Paulo com o regime ditatorial foi mais intensa do que se conhecia anteriormente. Os estudos indicam que o grupo Folha teria disponibilizado veículos de distribuição de jornais para agentes de repressão, que os utilizavam para camuflar operações do regime nas ruas. Essas ações teriam resultado em prisões, assassinatos e desaparecimentos de militantes da esquerda armada (Quadros, 2023).

<sup>6</sup> Ferla (2005) faz uma análise histórica do funcionamento das políticas higienistas em São Paulo, que também era – ou até mais – predominante na década de 1920/30. O Serviço de Antropologia da Polícia Civil paulista detinha travestis que se prostituíam no Vale do Anhangabaú. Após a sua detenção, realizava-se avaliação de pelos, formas corporais, dimensões da cabeça etc. Esses sujeitos eram caracterizados como homossexuais (Autor, 2023).

## PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DIANTE DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Aplicada em quatro aulas de duas turmas do primeiro ano do ensino médio, a oficina se propôs a habilitar os alunos para analisar fontes históricas e estabelecer conexões e comparações entre eventos passados e questões contemporâneas, sobretudo no que tange à diversidade sexual e de gênero, ensinando a pensar a continuidade e descontinuidade históricas. Cada dinâmica correspondia a um aspecto retratado nas cinco notícias que foram selecionadas, focando principalmente em travestis e transexuais, sujeitos que eram vistos como homossexuais e considerados abjetos, mas que são indispensáveis socialmente para a manutenção da fronteira para os corpos que materializam a norma (Louro, 2001). Devido à extensão da oficina, descreveremos duas atividades aplicadas na turma do 1º B. Optamos por não abordar neste artigo a turma do 1º A, uma vez que as atividades não resultaram em grandes descobertas nessa turma<sup>7</sup>.

Chamada “Mapeamento de Conceitos”, esta dinâmica abordou a perspectiva clínico-cirúrgica sobre a cirurgia de transição de gênero a partir de uma notícia (Figura 1) publicada em 29 de setembro de 1976. O cirurgião plástico Roberto Farina defendeu a intervenção cirúrgica, o que levou a sua condenação durante a ditadura militar por ter realizado esse tipo de cirurgia em uma paciente. Farina declarava não ter recebido remuneração alguma pelas intervenções e ressaltou que os pacientes são acompanhados durante um ano por psiquiatras, geneticistas e endocrinologistas. Após o diagnóstico de “transexualismo”, a cirurgia teria sido então efetuada. O médico defendia ainda que os pacientes só não se sentiam mais realizados devido aos obstáculos jurídicos relacionados à mudança do nome (Folha de São Paulo, 1976).

Inicialmente os alunos deveriam se ater na identificação de elementos básicos da fonte, como o título, o autor, o veículo jornalístico, a data da publicação, os sujeitos envolvidos e o assunto tratado. Após essa identificação, perguntei o contexto político do Brasil na década de 1970, e eles responderam “ditadura militar”. Em seguida, a aluna T respondeu que a notícia era “sobre mudança de gênero”. Perguntei-lhe o significado dessa “mudança de gênero”, e ela respondeu que “quando um homem se vê como mulher, ela vai lá e faz a cirurgia para mudar de gênero”. A partir da resposta da aluna, a discussão começou a ganhar volume. Retornei ao

---

<sup>7</sup> Por ser uma turma composta por mais indivíduos abertamente autoincluídos na comunidade imaginada LGBTQIA+ e aliados, os alunos do 1º A já tinham conhecimento prévio sobre grande parte do que foi discutido. A discussão sobre diversidade sexual e de gênero era avançada naquela turma, o que gerou o desinteresse por parte dos alunos ao retomarem conceitos básicos. Ainda sim, os alunos participaram do debate proposto durante as dinâmicas “Análise de Arte” e “Reflexões sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+”.

título e questioneei: “afinal, é possível mudar de sexo<sup>8</sup>?” – após essa pergunta, a sala entrou em fervorosa.

As alunas T e R disseram que sim, com o apoio de grande parte da turma; porém, a aluna A expressou uma opinião contrária, afirmando que isso não era possível. Intrigado, perguntei à aluna por que não seria possível mudar de sexo. Ela respondeu: “a pessoa pode se ver como do outro sexo, por exemplo, um homem pode se ver como mulher trans, mas o sexo biológico continua sendo do outro gênero”. Essa afirmação levantou outra questão: a diferença entre identidade de gênero e sexo biológico. Apresentei aos alunos essa diferença, mas a aluna A insistiu em sua impossibilidade. Nesse momento, o aluno Y, amigo da aluna A, quis fazer um questionamento; aproximei-me de sua mesa e ele perguntou: “Professor, uma pessoa pode mudar através da cirurgia, como a cirurgia plástica, mas o sexo biológico continua o mesmo, não? Tipo, se forem ver na biologia só tem homem e mulher, não?”. Os dois se referiam aos cromossomos sexuais. Após entender sua pergunta, expliquei aos alunos que apesar dos cromossomos sexuais serem classicamente associados à genitália, existem diversas exceções à regra XX -> pessoa com vagina e XY -> pessoa com pênis. Por exemplo, homens com a síndrome de La Chapelle possuem dois cromossomos X (DUPUY et al., 2001). Enquanto na síndrome de insensibilidade a andrógenos, pessoas com genótipo XY possuem algumas ou todas as características físicas semelhantes ao sexo feminino (Hughes; Deeb, 2006). Além disso, existem homens cisgênero que, por conta de alterações genéticas, podem ter o sexo biológico lido como feminino. Portanto, isso não seria um impedimento. Expliquei à turma que a identidade de gênero vai além de uma definição cromossômica e se refere a subjetividade da pessoa. Por isso que a definição baseada em características cromossômicas seria algo arbitrário e limitante da vida social.

Estabeleci algumas conexões com a realidade atual e discutimos o caso de Dandara, travesti brutalmente assassinada em plena luz do dia em Fortaleza - CE, no ano de 2017. A partir disso, comecei a problematizar a forma como esses corpos são vistos e tratados na sociedade. Quando se trata de casos de assassinatos de travestis e transexuais, é comum o agressor atacar a identidade de gênero da vítima. Há inúmeros relatos de travestis que foram mortas e tiveram o cabelo raspado, a genitália mutilada, o coração exposto, a cabeça decapitada<sup>9</sup>... Existe uma

---

<sup>8</sup> A categoria sexo foi usada por corresponder aos caracteres morfológicos e fisiológicos das características sexuais secundárias. Ao longo da pesquisa e da análise, partimos da compreensão de que gênero também informa como o sexo é percebido (Butler, 2011), mesmo que a dimensão material do corpo faça parte das relações sociais. Assim, a ideia de “mudança de sexo” foi utilizada por atender mais rapidamente a compreensão dos alunos sobre mudanças corporais no âmbito da identificação de gênero, portanto, o termo deve ser entendido como uma categoria êmica que descreve as modificações corporais e não como uma categoria analítica com capacidade operacional de explicação.

<sup>9</sup> Além da Folha de São Paulo, utilizamos outros veículos jornalísticos como aporte teórico. Separamos uma série de notícias que trata da questão da normalização do assassinato de travestis e transexuais, principalmente no que concerne ao desrespeito da sua identidade de gênero durante o crime. Há uma marca característica da violência de gênero contra esses corpos, iniciada a partir da

espetacularização e normalização da violência nos crimes contra travestis e mulheres trans (Bento, 2016). Frequentemente vemos tais atos relatados nos jornais e não lhes damos a devida importância. O caso de Dandara foi uma exceção por ter se tornado viral nas redes sociais (Souza, 2022).

Durante a conclusão da dinâmica, o aluno B, que permanecera em silêncio até então, questionou: “Professor, você acha certo que um homem que tá se passando por mulher use o banheiro feminino? Até porque eles podem fazer isso pra se masturbar ou querer estuprar alguma mulher dentro do banheiro”. Confesso que fiquei um pouco chocado com a pergunta, especialmente depois de ter explicado e debatido com os alunos sobre identidade de gênero, orientação sexual, cirurgia de transição de gênero, e a percepção da sociedade frente às mulheres transexuais e travestis. A pergunta foi um choque, colocando em questão a minha capacidade como futuro educador. Parecia que todo o meu esforço para ensinar com aqueles adolescentes não havia tido impacto, como se o conteúdo não fosse o suficiente para a compreensão desses conceitos.

Durante a oficina, um grupo de alunos, composto por meninos, inclusive o aluno B, conversavam constantemente; repetidas vezes pedi silêncio e a supervisora ameaçou retirá-los da sala. No final da dinâmica, o aluno percebeu seu término e decidiu fazer aquela pergunta para causar algum tipo de desconforto. A partir do seu questionamento, apresentei dados estatísticos de assassinatos de pessoas LGBTQIA+, especificamente em relação às mulheres transexuais. Discutimos o “trauma trans” (UOL, 2022), um medo compartilhado por pessoas transexuais ao precisarem usar banheiros públicos, dado que são corpos constantemente sujeitos à violência, principalmente na violação de sua identidade de gênero em espaços públicos. Além disso, essa questão costuma ser explorada por movimentos conservadores e homofóbicos para esvaziar acesso à direitos civis e sociais (UOL, 2023). Algumas alunas comentaram sobre a questão do estupro, afirmando que é mais provável encontrar um estuprador dentro da própria casa do que em um banheiro público. Já na outra dinâmica, a discussão foi encaminhada para o entendimento do espaço e como ele afeta aqueles que estão à beira da sociedade.

Intitulada “Mapeamento das Políticas Higienistas”, esta segunda dinâmica faz uma abordagem acerca das políticas higienistas implementadas em São Paulo durante a ditadura militar na década de 1970. Publicada em 18 de dezembro de 1977, a notícia informa sobre a preocupação da polícia com o aumento do número de travestis no centro de São Paulo. Devido a sua riqueza de detalhes, pude trabalhar a questão da lei da vadiagem e o seu público-alvo, o êxodo rural de travestis para a capital paulista, a questão da “moral e bons costumes” na década de 1970, a escolha de clientes devido à alta rotatividade, o uso de nomes de “guerra”, e como as travestis driblavam a lei para manter o trabalho sexual. Por fim, debatemos a “Operação Travesti”, uma política higienista implementada em São Paulo para controlar o aumento do seu número no centro da cidade.

---

negação de direitos básicos e políticas públicas voltadas para o movimento LGBTQIA+.



Começamos a dinâmica da mesma forma que a primeira: a leitura foi feita, os elementos básicos de uma fonte histórica foram identificados, e os alunos começaram a discutir a partir das perguntas propostas. Nesse dia, ouvi a aluna P, que não havia participado anteriormente e trouxe uma perspectiva diferente dos outros alunos. P disse que a notícia tratava sobre a independência do trabalho sexual para as travestis, que não deveria ser considerado exploração “porque exploração é quando não se tem um valor de volta, e como está recebendo, isso não se considera exploração”. Este comentário surgiu a partir do relato de uma travesti na notícia. Após o jornalista demonstrar surpresa por estas pessoas terem clientela no seu trabalho sexual, uma travesti relatara:

*Esses boys motoqueiros da Augusta são só onda mesmo. Ficam paquerando a noite toda em cima de suas máquinas [...], depois correm aqui prá gente, onde conseguem se realizar. [...] Chegamos, conforme o movimento, até escolher a freguesia de acordo com o tipo de carro que ocupam (Folha de São Paulo, 1977).*

Conforme a aluna, a surpresa do jornalista pode ser caracterizada hoje como transfobia. Mencionei o não uso do termo na década de 1970, ao que ela me respondeu: “é muito difícil dizer que nesse período não existia transfobia, porque provavelmente foi já que essa política era direcionada às travestis”. Esclareci que não estava afirmando a não existência da transfobia, mas que o termo era inutilizado naquela época; não se compreendia o termo travesti como uma identidade de gênero separada da homossexualidade. As travestis eram retratadas pelo jornal como praticantes de subversão, como homens que se vestiam de mulheres para cometer roubos, frequentemente referenciadas por pronomes masculinos. Existem inúmeras notícias sobre homens “enganados” por essas mulheres, resultando em roubo após a revelação de sua verdadeira identidade. Há uma espécie de construção fantasiosa em torno dessa figura, um mito criado por jornalistas da década de 1970 para atrair mais atenção do seu público conservador, principalmente para lidar com o aumento do número de travestis, uma questão urgente a ser resolvida pelo governo local daquele período. Assim, foi possível introduzir de maneira sutil a prática historiográfica de evitar o anacronismo na descrição e compreensão do passado, bem como a forma de realizar uma comparação com o contexto dos alunos.

Ao questioná-los sobre a política higienista e a Lei das Contravenções Penais, conhecida como “Lei da Vadiagem”, uma aluna respondeu: “eu achava que era vadiar no meio da rua”, provocando risos na classe. Outro aluno disse: “professor, eu tava lendo ‘lei da viadagem’”, gerando gargalhadas entre os alunos. Aproveitei e expliquei que esta surgiu a partir de um decreto-lei durante o governo Vargas. Posteriormente, fiz algumas observações sobre a quem era direcionada. Nem todos conseguiam emprego tão facilmente, então a lei era direcionada para aqueles que estavam no ócio, considerados “vadios”. Por não conseguirem emprego, muitas travestis precisaram submeter-se ao trabalho sexual como alternativa, uma atividade ilegal que é fruto das

dificuldades econômicas e do processo criminalizante ao qual foram inseridas historicamente (GARCIA, 2008). Por praticarem este trabalho, muitas foram presas com o argumento de estarem “vadiando” nas ruas de São Paulo.

No final da análise, começamos a discutir a essência da dinâmica: a “Operação Travesti” e o que seriam as políticas higienistas. Os alunos sugeriram: “provavelmente é algo para limpar o que tá sujo”. Utilizei os acontecimentos anteriores à Revolta da Vacina como exemplo de política higienista, e como a expulsão da população do centro para os subúrbios fez com que resistissem à vacinação (CRESCÊNCIO, 2010). Discuti sobre o surgimento da arquitetura hostil na cidade e como ela representa uma política higienista, já que esse tipo de arquitetura impede que pessoas em situação de rua durmam em bancos de praça, sob viadutos, na frente de bancos etc. A aluna T mencionou o Viaduto do Baldo – via na parte mais antiga e comercial da cidade de Natal –, afirmando que a prefeitura havia removido os “mendigos” de lá, mas eles já haviam retornado, pois não tinham para onde ir. Outra aluna comentou sobre a Constituição Federal de 1988 que, segundo ela, garante o direito à moradia, mas que isso não é efetivamente implementado.

Em seguida, apresentei um mapa da cidade do Natal e questionei os alunos e as alunas: quais são os locais de sociabilidade LGBTQIA+ que vocês conhecem em Natal? A primeira a responder foi a aluna T, afirmando “Camarão, Camarão é lotado de gay”, referindo-se ao bairro Felipe Camarão, na Zona Oeste. Solicitei que ela viesse ao mapa e apontasse os locais onde essas pessoas costumavam socializar; ela indicou os locais e acrescentou “aqui, ó, cadê? O Promorar (estação de trem) também é lotado. O Promorar, se você vir aqui no Promorar, porque é só a pessoa entrar no Promorar perto daquelas lojas você vê uma sapatão, um gay, porque é lotado, professor, lotado”. Outra aluna a confrontou e disse que eu estava pedindo espaços de socialização, não lugares com grande presença de gays; T discorda ao afirmar que eles se encontravam nas esquinas do Promorar, tornando-o, assim, um espaço de sociabilidade em seu bairro. Os alunos começaram a falar de outros locais, como o Beco da Lama, o Espaço Pop em Mãe Luiza, CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), Praia de Miami, o Midway Mall, entre outros locais que eu não tinha imaginado como espaços de sociabilidade para essas pessoas. Comecei a anotar esses locais para incluí-los na pesquisa e algumas alunas, curiosas, riram e perguntaram o motivo das minhas anotações.

Foi, portanto, intrigante quando citaram a própria escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Curioso, questionei se os alunos realmente viam a escola como tal espaço, e eles responderam prontamente que sim. Relataram que na turma havia cerca de seis pessoas assumidamente desse grupo, com alguns alunos até fazendo piadas sobre fulano ou ciclano ser assumido, mas que passaram despercebidos por causa do alvoroço na sala. As alunas começaram a mencionar que a aluna M, que estava na sala, era assumida. Interessado, perguntei à aluna sobre sua orientação sexual, e ela respondeu que é “aquela bi de festinha, que só pega mais mulher do que homem”. Em seguida, perguntei como ela se sentia naquele ambiente; se era difícil, se era fácil. Ela prontamente

respondeu: “antigamente eu tinha medo por causa da minha família e tals, mas depois que contei pra minha mãe e ela aceitou de boas... o resto? Que se dane! Se eu vir alguém sendo homofóbico ou coisa assim, eu vou lá e falo mesmo”.

Perguntei se naquele momento havia mais alguém pertencente a esse grupo, e a resposta foi negativa. Em seguida, compartilhei um pouco da minha experiência em Natal e como me sinto nesses espaços de sociabilidade. Apesar da cidade ser um ambiente atrativo para quem é LGBTQIA+, é perceptível a existência de diferentes tipos de preconceito nesses espaços, principalmente o social e o racial por serem lugares destinados às pessoas brancas da classe média; a violência contra transexuais e travestis, principalmente às pessoas pretas, que precisam submeter-se a situações humilhantes para conseguir um emprego; e a falta de espaços públicos seguros para essas pessoas. Em seguida, as alunas perguntaram se eu me identificava como LGBTQIA+. Afirmar, causando um alvoroço na turma. Comentários como “eu disse que ele era, desde o primeiro momento que ele entrou na porta já imaginei que fosse”. Achei curioso que, apesar de suspeitarem, nunca fui perguntado diretamente. Acreditava na evidência da minha orientação sexual, mas talvez não fosse algo tão óbvio. Depois de assumir-me para a turma, percebi um maior interesse por parte dos alunos na dinâmica e no que eu estava falando. Eles fizeram mais perguntas sobre minha orientação sexual, como “você namora?”, “pretende adotar um filho?”, “ah, professor, fica mais um pouco”.

Devido ao curto período, não consegui trabalhar a confecção de um jornal em sala de aula, então pedi que os alunos enviassem as suas impressões sobre o que foi abordado durante a oficina para o meu e-mail. Após isso, encerrei a dinâmica agradecendo a participação de todos, o acolhimento que recebi durante as aulas, e disse esperar uma compreensão maior da importância de uma fonte histórica e como podemos trabalhar diversos temas a partir de uma, como foi o caso da diversidade sexual e de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao implementar uma prática de ensino-aprendizagem que aborda a diversidade sexual e de gênero, ancorada em fontes históricas, verifica-se a viabilidade de tal abordagem no ensino básico. Embora a BNCC não mencione explicitamente a diversidade sexual e de gênero no ensino médio, é factível identificar lacunas em suas diretrizes que permitem ao educador ter suporte legal ao tratar desses temas em sala de aula. Ao evidenciar que está amparado pelo documento normativo do MEC, o docente encontra-se resguardado em âmbito federal contra possíveis retaliações de grupos de orientação conservadora.

A salvaguarda legal para educadores que introduzem a diversidade sexual e de gênero em sala de aula é indispensável, especialmente em um contexto em que o docente é frequentemente apontado como o único responsável pelo êxito ou insucesso educacional (Carvalho, 2018).

Contudo, o atual panorama educacional brasileiro tem atribuído aos profissionais da educação a culpa por lacunas nos padrões escolares (Lira, 2014). A hostilidade e a sensação de confronto que alguns estudantes demonstram contra os professores, instigados por movimentos religiosos e políticos conservadores (GRANCHI, 2023), geram um clima de pressão e angústia.

A temática de gênero e sexualidade emergiu como um ponto de tensão no ambiente escolar, em grande parte impulsionada pelo progresso de políticas voltadas para a igualdade de gênero e o combate à homofobia. Um exemplo disso é o programa “Brasil sem Homofobia” do governo Dilma, que visava promover a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas. No entanto, a resistência a tais políticas tem alimentado a polarização do debate, contribuindo para a criação de um ambiente adverso para docentes e discentes (Madureira; Branco, 2015) e de perseguição contra docentes. Nesse cenário, a implementação de uma oficina que utiliza notícias de jornais como recurso didático para abordar essa questão se mostrou viável. A análise dessas fontes permitiu a compreensão do fator de noticiabilidade ao longo da história e como este influencia a opinião pública de acordo com a influência de um grupo hegemônico. A avaliação dessas notícias possibilitou a identificação de características específicas para serem exploradas em cada dinâmica da oficina, facilitando a construção de narrativas pelos alunos.

A dimensão historiográfica emerge como um instrumento pedagógico inestimável ao tratar de questões de gênero e sexualidade. O uso de notícias de jornais como fontes históricas habilita os estudantes a realizar uma análise crítica do fator de noticiabilidade ao longo do tempo. Este exercício permite a compreensão de como a opinião pública é influenciada e moldada por grupos hegemônicos em diferentes períodos históricos. A exploração dessas fontes oferece aos alunos a chance de examinar a continuidade histórica, observando a evolução e representação das questões de gênero e sexualidade. Tal abordagem auxilia na desconstrução da noção de que essas questões são fenômenos recentes, reforçando sua relevância e presença ao longo da história com a devida consciência a respeito de processos de continuidade e rupturas históricas.

A utilização de fontes históricas como recurso pedagógico incentiva a construção de narrativas pelos alunos. Através da análise e interpretação dessas fontes, os estudantes são motivados a construir suas próprias narrativas, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico e compreensão histórica e até mesmo sociológica, uma vez que se situam contextualmente. Portanto, este método pedagógico não só aborda a temática de gênero e sexualidade de maneira inclusiva e respeitosa, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades de aprendizado fundamentais. Desse modo, a oficina possibilitou a integração dos alunos a conceitos referentes à temática da diversidade sexual e de gênero dentro da sala de aula, mostrando a escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+ e um palco para essas discussões.

Isso tudo possibilitou aos alunos identificar questões pertinentes ao seu cotidiano. Ao analisarmos a notícia sobre a 'Operação Travesti' em São Paulo, os estudantes puderam reconhecer problemas similares em sua

própria cidade. Essa percepção antropológica do espaço contribui para que os alunos se situem dentro dele, reconhecendo a persistência de problemas sociais que tem perdurado ao longo do tempo. Um aspecto crucial a ser ressaltado é a visão da escola como um espaço LGBTQIA+, uma percepção que se estende a outros locais de grande circulação de pessoas. A viabilidade da abordagem da diversidade sexual e de gênero em um ambiente escolar é inegável. A realidade contemporânea difere significativamente do início da década de 2000, período no qual, como demonstrou Bento (2011), pairava sobremaneira políticas ocultas de currículo que geravam a expulsão de gays, lésbicas e pessoas trans no ambiente escolar. Os estudantes, atualmente, têm acesso constante às mídias digitais, o que lhes proporciona um maior senso de pertencimento ao perceberem que existem outros indivíduos com experiências semelhantes às suas.

Observar outros momentos históricos também revela diversas continuidades, como a perpetuação do preconceito contra indivíduos não-heterossexuais. No entanto, a nova geração está aberta a esses debates. Muitos alunos se identificam como parte da comunidade imaginada que é representada pela sigla LGBTQIA+ e podem ser aceitos e defendidos por seus colegas mesmo quando são heterossexuais. Essa identificação evidencia que, mais do que nunca, os currículos escolares precisam abordar a diversidade sexual e de gênero de maneira direta e plural. Isso deve ser feito sem medo de represálias, facilitando a vida do estudante dentro da escola e evitando a evasão escolar devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual que é produto de uma exclusão social que pode incluir outros fatores como étnico-raciais, econômicos, de origem, entre outros. Assim, apesar dos conservadorismos e de emergências políticas anti-gênero muitos jovens se afirmam posturas mais diversas em meio a um emaranhado de posturas e tentativas de pôr fim à diversidade. Ademais, essa reflexão sobre o ensino-aprendizagem de questões de diversidade sexual e de gênero tem o potencial de colaborar com docentes no planejamento de ações educativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DISTRIBUIÇÃO de renda no RN. Tribuna do Norte, Natal, 20 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-distribuicao-da-renda-no-rn/203319>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

A POLÍCIA preocupada com os “travestis” na cidade. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 1977.

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPGCS, UNICAMP, Campinas, 2014.

ALVES FILHO, M. Especialistas veem retrocesso em supressão do termo ‘orientação sexual’ da base curricular - Conceito de gênero também foi retirado do texto da BNCC apresentado pelo MEC. Atualidade. Jornal da UNICAMP, São Paulo. 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/04/07/especialistas-veem-retrocesso-em-supressao-do-termo-orientacao-sexual-da>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ARAÚJO, G. C. C. de; SILVA, L. R. B. da; SENA, L. C. da P. E S. A Educação de Jovens e Adultos e a BNCC do Ensino fundamental. Linhas Críticas, v. 26, p. e30582–e30582, 14 ago. 2020.

BACELAR, Roberta Baldo. Teorias do jornalismo. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

BARBOSA, I. R.; GONÇALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. J. Hum Growth Dev., 2019(1): 48-56.

BARROSO, R. R. de J.; SILVA, L. C. M. da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento escola sem partido. Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 427–451, 16 ago. 2020.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, p. 549–549, 1 jan. 2011.

BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (Org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 43-67.

BISCHOFF, Wesley; PARIS, Letícia. Justiça manda soltar mulher trans que teve cabelos arrancados em penitenciária após ser presa, no Paraná. G1, Curitiba, 14 abr. 2022. Norte e Noroeste. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/04/14/justica-man>



da-soltar-mulher-trans-que-teve-cabelos-raspados-em-penitenciaria-apos-ser-pres-a-no-parana.ghml>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: The Discursive Limits of 'Sex'*. New York: Routledge, 1993.

CARVALHO, I. BNCC do ensino médio é uma ameaça aos professores, diz Callegari. Vermelho, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2018/12/10/bncc-do-ensino-medio-e-uma-ameaca-aos-professores-diz-callegari/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CORPO de travesti é encontrado decapitado e sem um dos dedos em policlínica na zona Norte. Tribuna do Norte, Natal, 14 out. 2022. Disponível em:

<<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/corpo-de-travesti-a-encontrado-decapitado-e-sem-um-dos-dedos-em-pol-clinica-na-zona-norte/549331>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CRESCÊNCIO, C. L. Revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos. BIBLOS, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 57-73, 2008.

DUPUY, O. et al. De La Chapelle syndrome. Presse Medicale: Paris, v. 30, n. 8, p. 369-372, 3 mar. 2001.

FERLA, L. A. C. Feios, sujos e malvados sob medida - do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em História), USP, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256.

GONZALEZ, Mariana. Libera meu xixi': campanha quer que STF julgue uso de banheiros por trans. *Universa UOL*, São Paulo, 09 jul. 2022. LGBTQIA+. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/09/libera-meu-xixi-stf-trava-ha-7-anos-acao-sobre-trans-em-banheiros.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GRANCHI, Giulia. Os fatores que contribuem para ataques em escolas, segundo especialistas. *BBC*, São Paulo, 06 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0610zm35vo>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HOMEM é preso em Campinas após matar travesti e arrancar coração: ‘Era um demônio’. G1, Campinas, 21 jan. 2019. Campinas e Região. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HUGHES, I. A.; DEEB, A. Androgen resistance. *Best Practice & Research. Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 20, n. 4, p. 577-598, dez. 2006.

KUNCZICK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais como Fonte e Objeto de Pesquisa Histórica. *Revista Escritas*, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

LIRA, N. A. de. A educação e seus fracassos: quem é culpado? Ensino Médio em diálogo, Mato Grosso, 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/educacao-e-seus-fracassosquem-e-culpado>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: Dos primórdios até a Proclamação da República*. Memória da Imprensa: São Paulo, 2023.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Resgate Histórico do Jornalismo Brasileiro – Parte 2: Da República Velha ao Estado Novo*. Unidade, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001. p. 541-553

MADUREIRA, A. F. DO A.; BRANCO, U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015.

MÉDICO defende cirurgia para mudar o sexo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 set. 1976.

MÍDIA DADOS Grupo de Mídia. *Circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC*. Mídia Dados, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://midiadados.gm.org.br/jornal/circulacao-dos-titulos-com-edicao-digital>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *cadernos pagu*, p. e216216, 20 ago. 2021.

MONTEIRO, H. R. de S. et. al. A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. In: FRANÇA-CARVALHO, A. D.; MARTINS, C.H. R.; CONDE, E. P.; MONTEIRO, H. R. de S. (org.). *Estratégias de ensino: propostas multidisciplinares de aprendizagens significativas*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 1-7.

OLIVEIRA, L. de. A construção do espaço, segundo Jean Piaget. *Sociedade & Natureza*, [S. l.], v. 17, n. 33, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9205>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

QUADROS, V. Folha de S. Paulo mantinha relações íntimas com a ditadura militar. *Agência Pública*, 4 jul. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Política de extrema direita elege trans como alvo dos 100 primeiros dias. *UOL*, 08 abr. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/04/08/hilton-e-salabert-travam-cruzada-contra-a-transfobia-que-mata-e-quer-likes.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, Dediane. “Dando o nome”: Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do *Jornal O povo*. Orientador: Kleyton Rattes. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGA, UNILAB, UFC, Fortaleza, 2022.

TRANSEXUAL é mutilada e assassinada na Argentina. *R7*, 27 jul. 2015. *Internacional, Notícias R7*. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/transexual-e-mutilada-e-assassinada-na-argentina-27072015>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Tamires Rodrigues Siqueira<sup>1</sup>

Renata Menasche<sup>2</sup>

## **Entre o Direito e a Privação: Reflexões sobre o DHAA a partir de uma etnografia das práticas alimentares no Presídio Regional de Pelotas**

---

## **Between Rights and Deprivation: Reflections on the DHAA through an Ethnography of Eating Practices at the Presídio Regional de Pelotas**

---

<sup>1</sup> Bacharela e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), realiza pesquisa com foco em direitos humanos no sistema prisional brasileiro, especialmente no que se refere à alimentação. [tamiressiqueira08@gmail.com](mailto:tamiressiqueira08@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS, 2003). Professora Titular aposentada (a partir de março/2025) do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) [renata.menasche@gmail.com](mailto:renata.menasche@gmail.com)

## RESUMO

Por meio de uma abordagem etnográfica, este trabalho investiga as práticas alimentares no sistema prisional de Pelotas, à luz do debate sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Considerando que o ato de comer, mais do que uma necessidade biológica, se torna uma expressão de agência e sociabilidade no contexto carcerário, a pesquisa busca compreender como a alimentação oferecida no cárcere repercute nos corpos e nas mentes dos apenados, além das relações que emergem desse cenário. Nesse contexto, o estudo explora as táticas utilizadas pelos apenados para contornar a precariedade alimentar à qual estão submetidos, revelando formas de resistência e adaptação. A comida, portanto, se destaca como um elemento chave para refletir sobre as complexidades que permeiam o sistema carcerário, principalmente por ultrapassar sua dimensão biológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** alimentação prisional; DHAA; resistência; etnografia; sistema carcerário brasileiro.

---

## ABSTRACT

Through an ethnographic approach, this study investigates the eating practices in the prison system of Pelotas, in light of the debate on the Human Right to Adequate Food (DHAA). Considering that eating, more than a biological necessity, becomes an expression of agency and sociability within the carceral context, the research aims to understand how the food provided in prison affects the bodies and minds of the incarcerated individuals, as well as the relationships that emerge from this scenario. In this context, the study explores the tactics used by prisoners to cope with the food insecurity to which they are subjected, revealing forms of resistance and adaptation. Food, therefore, stands out as a key element to reflect on the complexities that permeate the prison system, mainly by transcending its biological dimension.

**KEY WORDS:** prison food; DHAA; resistance; ethnography; Brazilian prison system.

## INTRODUÇÃO

O relatório produzido e divulgado pela Pastoral Carcerária, em 2023, sobre as prisões brasileiras, evidencia diversas irregularidades estruturais no país, que ocupa o terceiro lugar em população encarcerada no mundo. Entre as irregularidades, destacam-se a superlotação das celas, a violência física e psicológica e a má qualidade das refeições fornecidas, sendo esta última o foco deste artigo. No que diz respeito à alimentação distribuída, o relatório mencionado aponta casos de comida estragada, inadequada para consumo, bem como a presença frequente de pequenos animais, como larvas e baratas, misturados aos alimentos. Realidade que contrasta com o que estabelece a Constituição brasileira, que assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como um direito fundamental.

Para investigar as dinâmicas de poder relacionadas à alimentação prisional, este trabalho adota uma abordagem etnográfica, em pesquisa realizada na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. O olhar é conduzido ao Presídio Regional de Pelotas (PRP) e à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), possibilitando a análise das experiências alimentares vividas pelas pessoas privadas de liberdade nessas instituições penitenciárias masculinas.

Ainda que explicação mais detalhada sobre a metodologia seja apresentada em seção específica, é importante delimitar desde já onde e como o campo etnográfico foi realizado, assim como algumas de suas especificidades e limitações. A primeira limitação relevante diz respeito ao fato de que, embora não tenham sido constatadas práticas de violação ao DHAA na pesquisa de campo realizada na APAC, a escolha desse local se justifica como estratégia para viabilizar o estudo. Isso ocorre porque, para cumprir parte de sua pena em uma instituição apaqueana, a pessoa presa deve ter passado por regime fechado de um presídio convencional, como o Presídio Regional de Pelotas, principal foco deste trabalho.

Desse modo, realizar a pesquisa na APAC representou, em um primeiro momento, uma estratégia para contornar a impossibilidade de acesso ao espaço físico do Presídio Regional de Pelotas. Através das narrativas dos interlocutores da pesquisa, aprisionados na APAC que antes cumpriram parte da pena no Presídio, foi possível obter informações sobre as dinâmicas internas daquela prisão, ainda que não tenha sido possível estar fisicamente dentro dela. Essa abordagem permitiu, em um momento posterior, observar e comparar as práticas de dois sistemas distintos de gestão prisional, o convencional e o da APAC, enriquecendo a análise das condições alimentares e das dinâmicas de poder e resistência nesses contextos.



Os dados discutidos neste artigo têm origem em duas fontes principais: relatórios nacionais sobre o tema e pesquisa etnográfica conduzida pela primeira autora durante o período de mestrado, ainda em andamento. Enquanto os relatórios nacionais fornecem uma visão abrangente sobre as irregularidades e as condições precárias enfrentadas pelas pessoas em situação de cárcere no Brasil, documentando as violações do DHAA, a pesquisa etnográfica busca apreender as estratégias que os indivíduos em cárcere utilizam para contornar essas violações e, com especial atenção, como a má alimentação é experienciada por elas em seus corpos e em suas mentes.

## METODOLOGIA

Pensando sobre o ato de comer e os desdobramentos da comida, construímos este trabalho a partir da seguinte questão: o que a negação do Direito Humano à Alimentação no sistema prisional evidencia? Nessa perspectiva, a metodologia do trabalho foi orientada por duas abordagens. No início da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica para obter dados já produzidos sobre o tema, ocasião em que foi constatada pouca presença de estudos cujas abordagens consideram aspectos socioculturais.

Uma vez no campo etnográfico, na APAC, a pergunta sobre se o direito humano à alimentação estava sendo violado foi rapidamente respondida. Com isso, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, essa passou a ser uma preocupação investigativa secundária. Foi o próprio campo que conduziu à questão central que orientaria a continuidade da pesquisa: como a comida de qualidade inferior fora experienciada pelos interlocutores que cumpriram pena no presídio regional? E, a partir daí, quais táticas de adaptação e resistência foram utilizadas por eles para contornar a situação?

Como mencionado na seção anterior, apesar de não terem sido observadas práticas de violação ao DHAA na pesquisa de campo realizada na APAC, a pertinência de realizar ali pesquisa sobre o tema se justifica como estratégia para viabilizar o estudo. A inserção em campo da primeira autora ocorreu por meio de oficinas sobre aproveitamento de alimentos, ministradas por ela voluntariamente, uma vez por semana, na APAC. A aproximação com a instituição teve início com o objetivo de realizar a pesquisa, intuito explicitado junto à direção administrativa. Após passar por curso de capacitação para voluntários, oferecido pela instituição, a pesquisa teve início.

De forma breve, vale comentar que as APACs representam experiência institucional de matriz cristã, cuja proposta de gestão é fundamentada na recuperação e socialização dos presos durante o cumprimento da pena, utilizando metodologia própria, baseada em 12 passos. Entre esses passos, destacam-se como elementos centrais a participação da comunidade, o princípio de "recuperando ajudando recuperando", a participação voluntária, a assistência jurídica e à saúde, a espiritualidade. A principal diferença em relação às instituições prisionais

convencionais é que a APAC se coloca como uma entidade em que é garantido o respeito aos direitos fundamentais, como o acesso à saúde e à alimentação.

Cabe atenção ao termo “recuperando”, referente a sujeitos em processo de recuperação. No contexto da APAC, as pessoas privadas de liberdade são denominadas recuperandos, termo que reflete o propósito de, enquanto cumprem suas penas na instituição, reverter suas trajetórias relacionadas ao crime. Em respeito à APAC, que acolheu a pesquisadora, e aos recuperandos, interlocutores da pesquisa, escolhemos nos referir a eles dessa forma. Vale comentar que os próprios recuperandos escutados na pesquisa expressaram descontentamento com os termos “apenado” ou “detento”, preferindo sempre serem chamados por seus nomes. Observamos que esse incômodo está intimamente relacionado ao caráter simbólico dessas palavras, que reforçam uma identidade vinculada à punição e ao cárcere.

É importante também destacar que, na pesquisa, são atribuídos nomes fictícios aos interlocutores, com o objetivo de proteger suas identidades. Ainda que o trabalho busque trazer dados atualizados sobre a alimentação prisional, tem o cuidado de não gerar repercussões negativas para os protagonistas do texto etnográfico ou para seus familiares (Fonseca, 2007), especialmente considerando as denúncias coletadas no campo etnográfico.

Tendo presente o argumento de Michel Foucault (1975), que entende o corpo das pessoas privadas de liberdade como um campo político de disputa, no qual o Estado exerce seu poder disciplinar, podemos considerar que a alimentação de baixa qualidade e insuficiente funciona como uma extensão dessa punição, sendo percebida como parte da sentença imposta aos detentos, o que reforça a subjugação e a perda de identidade.

Ademais, durante o trabalho de campo, tornou-se comum escutar dos interlocutores que, quando no presídio, comiam a comida ofertada apenas para “sobreviver”, pois a comida não possuía “gosto bom”. Isso evidenciou não apenas a ocorrência de insegurança alimentar na alimentação fornecida no presídio, mas também uma culinária insípida, desvinculada dos significados e valores culturais ou afetivos que marcaram sua relação com a comida antes do encarceramento.

Ainda, a discussão proposta por Anelise Rizzolo de Oliveira (2020, p. 3) amplia o entendimento do DHAA ao destacar que a comida segura deve ser produzida por meio de “técnicas de produção sustentáveis, aproveitamento integral dos alimentos e reciclagem (meio ambiente), desde o consumo, incluindo aspectos socioantropológicos e culturais, até a utilização biológica e seus riscos à saúde”. Essa abordagem ressalta a complexidade do conceito de alimentação adequada e saudável, indo além do acesso e abrangendo a sustentabilidade e o respeito aos contextos socioculturais, dimensões que, no contexto das prisões brasileiras, raramente são contempladas.

Como apontado nos relatórios da Pastoral Carcerária (2021, 2023), a pessoa privada de liberdade não apenas perde a autonomia de decidir o que e quanto comer, ou o horário em que faz suas refeições, como

também os alimentos que lhes são oferecidos tornam o ato de comer mecanizado, na medida em que exclui elementos de afeto e simbólicos, revelando uma estratégia de controle, que ao mesmo tempo despersonaliza e desumaniza.

## **O COMER E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS**

No Presídio Regional, existem duas cozinhas: uma destinada exclusivamente à preparação da comida para os apenados e outra reservada para os guardas e demais funcionários da prisão, como as assistentes sociais. Apesar de ambas serem operadas pelos apenados, há diferenças significativas entre elas, especialmente na qualidade dos ingredientes e no modo de preparo dos alimentos.

O que diferencia as duas cozinhas é a qualidade dos ingredientes utilizados e a forma como os alimentos são preparados. A comida dos apenados precisa passar por inspeção antes de ser servida, o que frequentemente faz com que fique fria e perca, ainda mais, o sabor. Em contraste, os guardas desfrutam de refeições preparadas com ingredientes que os interlocutores consideram de melhor qualidade, em uma cozinha destinada exclusivamente a eles.

Referente à superioridade dos ingredientes utilizados na cozinha dos funcionários e à noção de comida de qualidade sob o ponto de vista dos recuperandos, é importante destacar dois aspectos. O primeiro é o fato de que a maior parte dos recuperandos destaca pratos com carne como preferência pessoal de consumo; o segundo é a dimensão do afeto, na medida em que, ao longo das oficinas, não raras vezes foram mencionados pratos presentes na infância ou feitos por familiares. Esses dois elementos orientaram a reflexão sobre como a comida é percebida de acordo com categorias criadas por eles próprios: comida forte é aquela que contém carne, e comida saudável é aquela que contém salada.

A esse respeito, Ellen Woortmann (2013, p. 6) comenta que “os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem”. A percepção dos alimentos proposta pela autora oferece ferramentas para refletir sobre a valorização simbólica da comida. Ao analisar – tendo por base outro universo empírico – o uso das categorias “comida forte” e “comida fraca”, a autora destaca que esses termos vão além do papel nutricional dos alimentos, impulsionando significados nas tradições culturais e sociais.

No contexto rural descrito e analisado por Woortmann (2013), essas categorias não são determinadas meramente por seu valor energético e nutricional, mas refletem um sistema de classificação cultural. Ingredientes como o feijão preto, por exemplo, são associados à força, sendo

considerado a base de pratos substanciais. Em contraste, o arroz branco e os legumes são vistos como "comida fraca", servindo para equilibrar a gordura e o peso dos alimentos fortes. Esses valores, além de classificarem os alimentos, influenciam também suas preparações e combinações, revelando uma lógica simbólica subjacente à alimentação.

Relativo às denúncias observadas no presídio quanto à alimentação, é cabível enfatizar alguns pontos a partir da categoria de alimentos/comida forte. O primeiro deles é a rotina alimentar, marcada pela falta de frutas e legumes na dieta, que consiste em: \*café da manhã, com dois pães e um copo de leite; \*almoço, composto por arroz, feijão e uma mistura — termo empregado pelos interlocutores em referência à carne, geralmente de frango ou embutidos, como salsichão; \*O jantar é, geralmente, uma repetição do almoço, mas nem sempre acompanhado de carne.

Cabe destaque à presença de carne na dieta alimentar, um alimento que os recuperandos consideram "forte e substancioso". Mas, apesar da marmita distribuída no Presídio Regional conter carne, ela não é percebida como comida forte, por ser insossa. "Não dá pra chamar aquilo de carne", disseram eles, referindo-se à falta de sabor e à textura da carne, que difere daquela a que eram acostumados fora da prisão. No caso do salsichão, a sensação é comparada à de ter uma esponja na boca. Embora a carne seja um alimento considerado importante por eles, a forma como é preparada e oferecida impede tanto o prazer gustativo quanto a sensação de uma comida substancial e correspondente saciedade.

Assim, a classificação de alimentos como fortes ou fracos não se limita a uma questão de valor energético, mas engendra uma construção social que os liga diretamente a aspectos de pertencimento e sociabilidade. Nesse sentido, a indagação proposta por Renata Menasche (2024, p. 145) – "se somos o que comemos, o que acontece quando não sabemos o que comemos?" – provoca uma reflexão referente à desumanização presente no sistema prisional, em que a qualidade e a identidade dos alimentos são comprometidas e os alimentos passam a apresentar sabores distintos daqueles a que estão acostumados. Essa questão também reflete as normas sociais e os valores que permeiam o sistema prisional de punição e irregularidade institucional, contribuindo para a desumanização e a exclusão dos indivíduos que dele fazem parte.

A cor, o cheiro e a textura são também elementos importantes na determinação da comestibilidade de um alimento, como é o caso da carne disponível nas marmitas. No ambiente prisional estudado, a textura esponjosa da carne e a falta de sabor dos demais alimentos provocavam nos recuperandos — durante o cumprimento da pena no Presídio Regional — uma sensação de aversão e, como igualmente destacado, de repugnância, tornando o comer mecanizado: come-se "para sobreviver". A menção de comer para sobreviver assinala duas particularidades. Em um primeiro momento, que tanto a dimensão de segurança alimentar quanto de DHAA não estão sendo resguardados. Em segundo, que a repugnância mencionada pelos interlocutores remete à noção de perigo, geradora de desconfiança (DOUGLAS, 1976). Em razão disso, tendo presente o universo desta pesquisa, somando ao questionamento levantado por Menasche

(2024), pode-se acrescentar: o que somos quando, além de não saber o que comemos, não temos escolha sobre o que ingerimos?

Como observa Le Breton (19, p. 395), “o paladar é o sentido da percepção dos sabores, mas ele responde a uma sensibilidade particular marcada pela pertença social e cultural e pela maneira com a qual o indivíduo singular a ela se acomoda, segundo os acontecimentos próprios de sua história”. Tal dinâmica evidencia, mais uma vez, que a alimentação transcende a mera nutrição, configurando-se como um campo de disputas e negociações sociais.

Essa perspectiva permite apreender que a impureza está intrinsecamente ligada a categorias de classificação que moldam a experiência prisional e a dificuldade de acessar uma alimentação de qualidade, de acordo com as categorias que são específicas aos interlocutores. Assim, os alimentos que não se enquadram nas categorias familiares de “comida forte” e “comida fraca” ou saudável, conforme discutido por Woortmann (2013), podem ser vistos como contaminantes, ameaçando a ordem simbólica e a identidade. Sobretudo por serem parte de um conjunto em que estão presentes outras irregularidades, como a presença de ratos e baratas nas celas. Ou devido ao fato de as pessoas terem que comer no mesmo local onde depositam seus excrementos fisiológicos.

Para aprimorar ainda mais essa noção, podemos refletir sobre a cozinha dos guardas e o modo como a comida oferecida a eles difere significativamente daquela disponibilizada aos apenados. Embora ambas as refeições sejam preparadas pelos apenados, a forma como a comida é apresentada é distinta. A alimentação destinada aos guardas é, nas palavras dos recuperandos, “saborosa” e “substanciosa”, temperada e livre da inspeção dos guardas penitenciários antes de sua distribuição. Essa disparidade não apenas destaca a desigualdade na experiência alimentar, mas também revela como a comida, ao ser imposta e ao eliminar a possibilidade de escolha, contribui para a sensação de degradação da identidade.

Isso faz com que a comida se destaque como um elemento expressivo para ponderar sobre as complexidades que permeiam o sistema carcerário. Sendo assim, não bastaria analisar se a comida oferecida é suficiente ou não, mas também o modo como a alimentação reverbera nas pessoas, física e emocionalmente, ou estaria reduzida a sua dimensão nutricional.

Nesse contexto de precariedade, foram identificadas em campo duas táticas criativas (CERTEAU, 1980) adotadas pelos recuperandos, enquanto cumpriam pena no Presídio Regional, que visavam reapropriar a dimensão afetiva e social do ato de comer: o escambo e a partilha. É importante ressaltar que tanto o escambo quanto a partilha funcionam como práticas que aproximam os mundos “de dentro” e “de fora” da prisão. Além disso, essas táticas revelam que, mesmo em um ambiente em que a falta de recursos é constante, os indivíduos ainda encontram maneiras de reconstruir sua autonomia. Como resultado, o presídio, que se propõe a ser um espaço de controle total, torna-se também um campo de disputa simbólica.

Acessar o espaço físico institucional da prisão, enquanto pessoa presa, significa fazer parte do conjunto de práticas e normas a que a prisão está submetida, já que as práticas de vigilância e controle são inerentes às instituições disciplinares. Significa, portanto, seguir o código de vestimenta, os horários em que a alimentação é distribuída, o horário permitido para banho de sol, o respeito a dias específicos de visitas, dentre muitas outras especificidades que não somente regulam o comportamento, mas a movimentação dos corpos. É neste conjunto de normas que emergem as táticas de escambo e partilha, contexto em que objetos comuns “aqui fora”, no mundo pensado como externo à prisão, adquirem valor significativamente elevado, mesmo aqueles que teriam custo baixo, como é o caso de itens como cebolas, isqueiros ou chinelos.

O controle exercido pela instituição sobre sua alimentação não implica necessariamente, por parte dos apenados, em aceitação passiva. Ao contrário, a partir do campo etnográfico, pode-se observar que as pessoas encarceradas se (re)apropriam do ato de comer por meio de uma “criatividade cotidiana” (CERTEAU, 1980). Redes de troca de alimentos e objetos revelam que, apesar das restrições impostas pela instituição, os apenados elaboram formas de subverter as condições a que estão submetidos. Essas táticas revelam que a alimentação, mais do que atender à necessidade fisiológica, se constitui, também, em um campo de disputa simbólica.

Desse modo, ainda que a resistência à precariedade alimentar não se dê por meio de confrontos abertos, há sim formas de contestação ativa. As táticas ou as astúcias dos fracos, como propõe Certeau (1980), fazem com que a prisão seja parte da rotina cotidiana dos familiares, de modo que a separação entre “dentro” e “fora” é experienciada não apenas por quem cumpre pena, mas também por seus familiares, que acabam incorporando a prisão como parte de suas vidas e rotinas.

Se, por um lado, as pessoas privadas de liberdade precisam, desde o momento em que acordam até a hora de dormir, cumprir regras que atuam diretamente em sua agência e poder de escolha, como toque de recolher, horário para comer e pegar sol, por outro, para passarem pelos limites da prisão, seus familiares também enfrentam restrições, como, por exemplo, os códigos de vestimenta.

A questão prisional não deve ser compreendida de forma isolada; ela está interligada com outras formas de opressão, como o racismo e o patriarcado. Isso porque, ainda que as prisões sejam lidas majoritariamente como masculinas, as mulheres também são alvo da criminalização e passíveis de sofrerem as violências presentes no contexto prisional (DAVIS, 2019, PADOVANI, 2019). No mesmo sentido, as mulheres enfrentam formas de violência institucionalizada ao acessarem o sistema prisional em dias de visita. A imposição de regras rígidas sobre vestimenta, como o uso obrigatório de legging de cores específicas, e as revistas vexatórias que muitas vezes envolvem assédio moral e sexual, configuram forma de controle e humilhação que se entrelaça com o trabalho de cuidado que elas desempenham (LAGO, 2019).

Além disso, não são raros casos em que as familiares se vêem proibidas de realizar visitas devido a normas que não foram previamente



informadas ou que em visitas anteriores eram desconsideradas. Cito o exemplo trazido por dois interlocutores. O primeiro, Tom, relatou ser permitido levar apenas 500 gramas de produtos fatiados, como queijo ou presunto, mas sua esposa ultrapassou em 200 gramas essa quantidade e foi impedida de entrar. Quando tentou negociar com o guarda de plantão, foi tratada de maneira rude e desrespeitosa, mas conseguiu entrar após o guarda responsável jogar metade do queijo no lixo, sendo assim descartado item que, após a entrada na prisão, serviria tanto para autoconsumo quanto para a manutenção do escambo e da partilha, as duas táticas observadas em campo.

O escambo se caracteriza pela prática de troca, na qual se percebe que qualquer coisa pode ser trocada e negociada, “desde temperos até massagens nos pés”. Por isso, não necessariamente diz respeito apenas à alimentação sendo usado para contornar a dimensão de falta de maneira mais ampla. Como um interlocutor destacou: “não há nada lá dentro, então tudo precisa ser inventado”.

O que se observa é que, com o auxílio das redes de troca dentro da prisão, itens muitas vezes considerados simples, como temperos, por exemplo, tornam-se moeda de troca valiosa para transformar a alimentação padronizada. Nesse contexto, o escambo não somente configura tática para suprir carências, mas também se revela como mecanismo que permite que a lógica imposta pelas autoridades prisionais seja burlada. O ato de “inventar” novas formas de troca, como mencionado por um interlocutor, revela a criatividade cotidiana dos presos para buscar contornar as limitações impostas, reforçando a ideia de Michel de Certeau sobre as “táticas” dos indivíduos comuns para resistir às estruturas de poder.

Essa prática de troca evidencia que as fronteiras entre a prisão e a vida fora dela são permeáveis. E que a troca de pequenos itens, como temperos ou até mesmo favores, como é o caso da massagem nos pés, os conecta também ao mundo externo — às famílias que enviam alimentos, por exemplo — e possibilita que o “dentro” seja moldado pelas influências do “fora”.

Em sentido semelhante, há a partilha, sustentada estritamente a partir dos alimentos trazidos pelas famílias. Diferente do escambo, é uma prática que cria uma relação de sociabilidade diretamente entre os indivíduos da cela, pois é no interior da cela que se reproduz. Por exemplo, em celas onde há autorização para se ter fogão, a comida pode ser temperada com alimentos trazidos por seus familiares.

Em paralelo ao escambo, a prática da partilha adquire um caráter simbólico de resistência e de reforço das relações de sociabilidade tanto dos familiares quanto dos companheiros de cela. Alimentos e objetos trazidos pelas famílias não apenas garantem a sobrevivência, mas também servem como meio de oposição à lógica de isolamento e fragmentação imposta pelo sistema, denotando uma relação estreita entre o que está dentro e o que está fora da prisão, um elo com suas famílias.

Isso sugere que, embora o presídio tente controlar o “dentro” como uma esfera separada, onde os corpos e ações dos presos são regulados e vigiados, as práticas de escambo e partilha servem para burlar essas fronteiras e trazer aspectos do “fora” para o cotidiano do cárcere.

Nessa medida, tanto o escambo quanto a partilha funcionam enquanto práticas que aproximam os mundos “dentro” e “fora” da prisão. Mais do que isso, essas táticas revelam que, mesmo em ambiente em que a falta de recursos é constante, os indivíduos ainda encontram maneiras de reconstruir sua autonomia. Como resultado, o presídio, que se propõe ser um espaço de controle total, torna-se também um campo de disputa simbólica e de metamorfose social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a garantia de segurança alimentar dentro do sistema prisional brasileiro, infelizmente, ainda é permeado pela invisibilidade. A série de irregularidades institucionais, que envolve não apenas a alimentação, evidencia que as pessoas encarceradas estão submetidas a um ambiente de constante precariedade, no qual se torna necessária a elaboração de táticas cotidianas para mitigar os efeitos das irregularidades e privações. Além da privação de liberdade, enfrenta-se, portanto, a negação de direitos fundamentais, como o acesso à saúde, assistência jurídica e alimentação de qualidade.

O encarceramento nas prisões brasileiras reflete um projeto de sociedade voltado para punir e aprisionar. A pesquisa etnográfica, ainda em curso, corrobora essa visão ao apresentar elementos que reforçam as práticas de desumanização, evidenciando não apenas a insuficiência e a péssima qualidade da alimentação, mas também a violência simbólica que afeta diretamente o bem-estar dos encarcerados.

Por outro lado, as táticas de resistência observadas, de escambo e partilha, revelam a astúcia e a capacidade de ressignificar as condições impostas pela prisão a partir de categorias próprias sobre o que significa, para os apenados, comer. Através dessas táticas, não apenas se desafia a lógica institucional, mas também se reafirma a humanidade dos indivíduos privados de liberdade, ao reconstruírem, ainda que parcialmente, laços sociais e afetivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DOUGLAS, Mary. As abominações do Levítico. In: \_\_\_\_\_. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 57-74.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

LAGO, Natália Bouças do. Dias e noites em Tamara – prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. **Cadernos Pagu**, v. 55, p. 1-26, 2019.

MENASCHE, Renata. Alimentação adequada e saudável e comida de verdade: para que diversos olhares?. In: Luciene Burlandy; Márcio Reis; Renato Maluf. (Org.). **Ceresan 20 anos: Trajetória de pesquisa e perspectivas do campo temático da segurança alimentar e nutricional no Brasil.** 1ed.Curitiba: CRV, 2024, v. , p. 143-150.

OLIVEIRA, Anelise Rizzolo de. Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-10, 2020.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Alimentação e prisões: a pena de fome no sistema prisional brasileiro.** São Paulo: Pastoral Carcerária, 2021. Disponível em: <https://itcc.org.br/alimentacao-e-prisoas-pena-de-fome-no-sistema-prisonario-brasileiro/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Vozes e Dados da Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa.** São Paulo: Pastoral Carcerária, 2023. Disponível em: <http://www.pastoralcarceraria.org.br/relatorio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Revista Habitus**, v. 11, n. 1, p. 5-17, 2013.

Marco Antonio Almeida Cardozo<sup>1</sup>

## **HABITAR SOB RISCO: uma etnografia das enchentes em Rio das Flores**

---

## **LIVING AT RISK: an ethnography of flood in Rio das Flores**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa (UFV)

## RESUMO

Este artigo investiga, sob uma perspectiva antropológica, as enchentes recorrentes no bairro Elizabeth, em Rio das Flores (RJ), a partir de entrevistas com mulheres que vivenciam cotidianamente o transbordamento do córrego Manuel Pereira. Longe de serem apenas eventos naturais, as enchentes configuram-se como processos relacionais, nos quais materialidades, corporalidades e técnicas se entrelaçam. A água, a lama, os móveis, os corpos humanos e não-humanos constituem uma ecologia compartilhada, onde perdas materiais são também perdas simbólicas, e onde o habitar se refaz continuamente em meio ao risco. As narrativas revelam como a enchente atravessa memórias, afetos e modos de existir, produzindo identidades e coletividades. Ao articular antropologia dos desastres, memória social e debates sobre justiça climática, o estudo evidencia que a experiência da enchente não se limita ao trauma, mas também gera solidariedade e agenciamento comunitário. Assim, propõe compreender o habitar sob risco como co-produção entre humanos, mais-que-humanos e elementos materiais, em um território marcado por vulnerabilidades e resistências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Materialidades; Antropologia dos desastres; Memória coletiva.

---

## ABSTRACT

This article explores, from an anthropological perspective, the recurrent floods in the Elizabeth neighborhood of Rio das Flores (RJ), based on interviews with women who experience the overflow of the Manuel Pereira stream in their daily lives. Far from being mere natural events, floods emerge as relational processes in which materialities, bodies, and techniques are co-produced. Water, mud, furniture, human and non-human bodies form a shared ecology, where material losses are also symbolic ones, and where dwelling is constantly remade under risk. The narratives reveal how floods permeate memories, affects, and ways of existing, shaping identities and collectivities. By engaging with disaster anthropology, social memory, and climate justice debates, the study shows that flood experiences go beyond trauma, generating solidarity and community agency. Thus, it proposes to understand dwelling under risk as co-production between humans, more-than-humans, and material elements, in a territory marked by vulnerability and resistance.

**KEY WORDS:** Materialities; Disaster anthropology; Collective memory.

## INTRODUÇÃO

A água da chuva eleva o fluxo das águas de um rio e ela chega de forma irrefreável derrubando muros, entrando pelas caixas de esgoto, sanitários, e logo enchendo toda a casa com água suja, que ao escoar, deixa as casas completamente enlameadas. Essa é a realidade na qual moradores do município de Rio das Flores (RJ) fazem parte ao longo dos anos. Devido às fortes chuvas que precedem o transbordar das águas do córrego Manuel Pereira<sup>2</sup>, os moradores do bairro Elizabeth são atingidos pela enchente, tornando a chegada das águas um sinônimo de dor e perda para essa população.

Rio das Flores é um município da unidade federativa Rio de Janeiro, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população da cidade chegou a 8.954 pessoas no Censo de 2022. De acordo com o INFOSANBAS<sup>3</sup>, o território do município é composto 100% pelo bioma Mata Atlântica; e dados do MapBiomas<sup>4</sup> revelam que 61% do uso do solo do município é utilizado para pastagem. Partindo desses dados e outros subsequentes, é possível apontar que o problema das enchentes não deve ser entendido como uma tragédia.

O que se convencionou chamar de “enchente” carrega, nesse contexto, uma densidade ontológica que desafia explicações exclusivamente técnicas ou narrativas que reduzem a enchente a um fenômeno puramente natural. Na tragédia clássica, o que se evidencia como tragédia é o embate entre “um indivíduo e as forças que o destroem” (Williams, 2002, p. 119), etimologicamente, a palavra “tragédia” define-se como uma ação posta em curso que não pode ser evitada ou contornada, cuja história, inevitavelmente finda em um acontecimento fatídico. Assim dizendo, tragédia é algo incontornável.

Justamente por isso, o que acontece ao longo dos anos em Rio das Flores não pode ser compreendido como tragédia. As enchentes são reflexo de uma série de fatores historicamente construídos: a utilização de mais da metade do solo do município como pastagem, o processo de urbanização desordenada e sem planejamento, e a recorrente negligência de gestões públicas que, segundo os moradores, **nunca tomaram providências concretas ou forneceram qualquer forma de auxílio**. Essa percepção local se alinha aos dados: de acordo com o diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) sobre a Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, em 2021, o município de Rio das Flores não possui instrumentos de controle, monitoramento ou mapeamento de áreas de risco de inundação, revelando a precariedade

---

<sup>2</sup> Segundo o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, o córrego Manuel Pereira possui 16,19% de sua extensão dentro do município, atrás do Rio Preto com 25,76% e do Rio Paraíba do Sul 18,08% (SNIRH/ANA, 2021).

<sup>3</sup> INFOSANBAS é uma plataforma de dados relacionados ao saneamento básico de municípios no Brasil. A plataforma é gerida pela FUNASA, Escola de Engenharia da UFMG e Cooperativa EITA.

<sup>4</sup> MapBiomas é uma rede colaborativa brasileira que produz e disponibiliza mapeamento anual da cobertura e uso da terra, monitoramento da superfície da água e dos efeitos do fogo.



estrutural do sistema de drenagem urbana e a ausência de uma análise socioambiental minimamente eficaz sobre os riscos e vulnerabilidades do território.

Em acréscimo, existe o impacto das mudanças climáticas, pois “os últimos anos tem mostrado de modo inequívoco que a crise ecológica não é apenas uma projeção de um cenário, mas uma realidade com cujos efeitos já convivemos” (Saldanha, 2022, p. 21). Ou seja, para as populações que sempre foram impactadas por determinados ciclos da natureza - como fortes chuvas, enchentes, secas prolongadas e ondas de calor extremas -, o cenário, que já era ruim, tende a piorar.

Assim, entende-se que o problema das enchentes envolve processos múltiplos e que essa questão não recebe a atenção devida para ser mitigada ou contornada, pois quando vem a chuva, não é somente por causa da água que as pessoas veem suas vidas, história e memória submergir diante de seus olhos.

Portanto, rotular esses eventos como “tragédia” isenta o poder público de agir e de ser responsabilizado por sua ineficiência.

Logo, neste estudo propõe-se a utilização do termo “desastre”, à primeira vista, “desastre” e “tragédia” podem parecer duas faces de uma mesma moeda. Contudo, uma das principais autoras da antropologia dos desastres, Virginia García Acosta, apresenta uma definição de “desastre” que elucida e engloba as especificidades que o termo “tragédia” não contempla.

*A pesquisa antropológica define desastre como um processo sociocultural que envolve a combinação de um agente potencialmente destrutivo de um ambiente natural e/ou tecnológico com uma população em condição de vulnerabilidade produzida social e economicamente sobre uma base social. (García Acosta, 2018, p.1, apud Ribeiro, 2020, p. 16).*

Em outros termos, o conceito de “desastre” apresentado pela autora, abrange os aspectos socioculturais que um evento climático possui, destacando que ele não se limita a um processo “natural”, pois há o envolvimento de variados atores e instituições.

Ainda, destaca-se que as populações atingidas por esses desastres, estão em situação de fragilidade, e a fragilidade é socialmente construída. Esse é justamente um dos pontos centrais da antropologia dos desastres, uma mudança de paradigma que desloca a compreensão do desastre de uma explicação centrada apenas em fatores externos (como os naturais) para uma análise que considera também os fatores internos, entre eles a crescente vulnerabilidade social que coloca determinados grupos em situações de risco (Ribeiro, 2020, p. 16).

As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024, foram consideradas “o maior desastre climático do Brasil, em relação ao número de afetados e aos impactos econômicos e de infraestrutura” (Marengo et al., 2024, p. 221). As fortes chuvas que resultaram em inundações, enchentes e deslizamentos evidenciam que tais eventos não são apenas

fenômenos naturais, mas decorrem de ações antrópicas, das condições estruturais do atual modelo de produção e consumo, de escolhas políticas, técnicas e de gestão na forma como o risco é enfrentado (Marengo et al., 2024). Para além da segurança pública, as enchentes configuram-se como fenômenos socioculturais complexos, integrando o imaginário social (Assunção, 2016) e a memória coletiva das populações atingidas (Halbwachs, 2006), impactando subjetividades, identidades (Pollak, 1992) e modos de habitar o mundo (Ingold, 2000).

Nesse sentido, as enchentes devem ser compreendidas como eventos transversais, que atravessam dimensões como gênero, raça, saúde pública e dinâmicas socioespaciais, não sendo exteriores à vida cotidiana, mas constitutivas da experiência de habitar (Ingold, 2000).

As lembranças das enchentes perpassam minha infância e adolescência. Cresci em meio a dinâmicas familiares e comunitárias diante desses eventos. Quando havia sinal de chuva, surgiam os comentários carregados de temor: **essa chuva é de enchente**. Meu pai, minha avó e outros moradores mais antigos do bairro, sempre acertavam em suas leituras sobre quais chuvas trariam a enchente. Saber disso não impedia que o desastre ocorresse, mas ajudava a adiantar pequenas prevenções: colocar roupas no alto do guarda-roupa para a água não alcançar, retirar objetos do chão, desligar os eletrodomésticos da tomada e colocar no alto tudo o que fosse possível - porque o que a enchente encontra em seu caminho, ela engole.

Ainda, existe a dinâmica de que o vizinho cujo quintal tem vista para o córrego, avisa os demais sobre o nível da água. Isso serve tanto para alertar sobre a possibilidade de enchente quanto para tranquilizar os outros, caso o fluxo do córrego esteja constante e não esteja mais subindo. A organização comunitária é de suma importância nesse momento. Os vizinhos compartilham informações, como o nível da água, e quais vizinhos estão precisando de auxílio urgente. Pois aqueles cujas casas não são atingidas pela enchente se mobilizam para ajudar quem está com água dentro de casa.

É justamente por ter crescido imerso e submerso nessa realidade que escolhi escrever esta pesquisa. Ela nasce do desejo de compreender, por meio de uma abordagem antropológica, os efeitos e os afetos que atravessam os moradores diante das enchentes. Trata-se de uma tentativa de dar visibilidade a esses modos de vida, existência e resistência, que sustentam o cotidiano em territórios constantemente ameaçados pelo fluxo das águas.

Isto posto, este estudo propõe compreender as enchentes não como eventos isolados ou acidentes naturais, mas como fenômenos relacionais (Ingold, 2000), nos quais materialidades, corporalidades e técnicas se coproduzem continuamente. A água, o medo, a lama, os corpos de animais mortos, os relatos de solidariedade entre vizinhos, os gestos repetidos de subir móveis, de vigiar o nível do córrego ou de cuidar do outro - tudo isso constitui um ambiente vivido, tecido por práticas situadas e saberes enraizados nas experiências concretas de habitar. Habitar não é simplesmente ocupar um espaço físico, mas envolver-se de forma ativa e sensível com os elementos e forças que o compõem (Ingold, 2000). A casa,

nesse sentido, deixa de ser apenas uma estrutura física para se tornar um espaço de relações vitais, um lugar onde tempo, memória, clima, técnica e corpo se entrelaçam e se refazem continuamente diante das ameaças das águas.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que conduz a pesquisa é uma abordagem qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas como principal método de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores, com o objetivo de capturar amplas perspectivas sobre os reflexos das enchentes na vida dos moradores<sup>5</sup>. Buscou-se a concentração na coleta e análise de testemunhos pessoais e relatos orais – ao invés da análise de documentos escritos e registros oficiais – para a captura das experiências e perspectivas dos sujeitos, muitas vezes excluídos das narrativas previamente documentadas (Thompson, 1998).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mulheres estão mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas devido a fatores como acesso limitado a recursos, responsabilidades domésticas e sociais. Ou seja, os eventos climáticos são mediados por desigualdades de gênero, e esse foi um dos critérios de escolha que definiu que somente mulheres seriam entrevistadas para esta pesquisa, em vista de que a população feminina está nesse espaço de maior vulnerabilidade diante dos desastres climáticos.

Este trabalho parte de uma realidade que me é familiar, a qual conheço não apenas por dados e observações, mas também por vivências diretas. Elucidar que pertencço a essa realidade não é prometer neutralidade, pois a ciência, uma vez executada por seres humanos, é atividade de cunho social e está submetida a influências socioculturais (Gould, 1981). O ponto central é compreender que estar nesse espaço foi o que me mobilizou ao estudo e, também, ser afetado por estes eventos garantiu uma recepção calorosa das moradoras, permitindo acessar camadas mais densas da realidade estudada (Favret-Saada, 2005).

Certamente, não está sendo argumentado que a ciência não produz conhecimento válido, e sim admitindo as influências que podem existir por pertencer a aquele espaço e vivenciar essas experiências. O fazer antropológico se baseia na experiência da diferença, no encontro com o “outro cultural” (Peirano, 1995). O compromisso está em reconhecer que minhas percepções diferem das entrevistadas e que deve prevalecer a alteridade (Peirano, 1995). Reconhecer a diferença e sua legitimidade evita

---

<sup>5</sup> As entrevistadas residem no mesmo bairro, porém em moradias situadas a diferentes distâncias entre si. As enchentes afetam tanto casas mais afastadas quanto aquelas localizadas próximas ao córrego, embora as moradoras que vivem a poucos metros do curso d'água – em alguns casos tendo o córrego como limite do quintal – sejam impactadas de forma desproporcional, aspecto que será detalhado ao longo do texto.

impor minha visão de mundo, construindo um fazer antropológico crítico, reflexivo e consciente dos atravessamentos culturais.

Diante a conjuntura supracitada, apresenta-se os principais resultados da pesquisa etnográfica realizada com residentes do bairro Elizabeth no município de Rio das Flores, visando compreender a perspectiva dos sujeitos afetados pela enchente, e os efeitos e afetamentos das enchentes nas memórias e subjetividades das moradoras que as experienciam.

## A TRANSVERSALIDADE DAS ENCHENTES

Para iniciar esta seção, proponho um exercício simples e interessante para refletirmos sobre a seriedade das enchentes. Imagine que você está fora de casa e, de repente, o “tempo muda”: estava um dia ensolarado, mas começa a chover. Você se dá conta de que deixou as janelas da sua casa abertas, mas não consegue voltar a tempo para fechá-las antes da chuva começar. Qual a sua reação? Presume-se que você entraria em um breve estado de desespero, pois, com as janelas abertas, suas coisas - móveis, eletrodomésticos, roupas - poderiam ser molhados.

Agora, ciente deste desespero, comum à maioria das pessoas nesta situação, podemos pensar este sentimento ampliado de forma considerável em pessoas cuja única (in)certeza é que suas casas ficarão submersas ao menor sinal de chuva. A enchente pode ou não ocorrer, mas existe um trauma permanente na vida das pessoas que já sofreram com este evento ao menos uma vez. É nesse ponto que a enchente novamente rompe a dicotomia natureza e cultura, ao revelar-se não somente como um fenômeno, mas como uma técnica de afetação, pois ela se infiltra nos corpos, nos ritmos cotidianos e nas formas de habitar.

Ao ser interpelada sobre como se sente quando há previsão de chuvas, Ana Maria Rocha, 64 anos, revela: “A gente sempre fica apreensiva, né? Porque a gente não sabe o quanto o Ribeirão vai aguentar” (2024).

A senhora Maria Alice, com 84 anos, da mesma maneira, ressalta a sua apreensão vinculada à previsão de chuva: “Tenho muito medo de dar enchente, quando tem chuva forte na previsão, tenho sim, tenho medo” (2024).

Dona Vicentina - como é chamada pelos moradores do bairro - mostrou-se objetiva e mais reservada durante a nossa conversa. Parecia que, para ela, a enchente deveria ser relegada ao esquecimento, e não ser lembrada, por conta de todo o sofrimento vivido. Dentre as moradoras com as quais conversei, ela é quem possui a casa mais próxima à margem do córrego, assim, sendo atingida em proporção maior do que as demais. Ela rememora com pesar a primeira enchente que passou: “Nós tiramos tudo de dentro de casa, jogamos tudo lá fora. Nós tava tudo jogando as coisas fora. Aproveitamos nada.” Sobre quando há previsão de chuva, ela declarou: “Tenho muito medo. Sempre tenho medo” (2024).

Nesse contexto, o medo, a apreensão e a tentativa de esquecimento não se apresentam apenas como estados psicológicos, mas como

experiências encarnadas: são inscritas e reatualizadas no corpo, que se torna suporte da memória e do trauma. A partir desses relatos, é possível compreender o corpo como um “sítio de existência” a partir do qual o mundo é vivido e significado (Csordas, 1990), nele se manifestam e se sedimentam os modos de sentir e agir diante da iminência da chuva (Csordas, 1994). Sob a ótica de Le Breton (2007), o corpo para além do aspecto biológico é sempre também simbólico, portador de sentidos que atravessam a vida social e se expressam nos gestos, nas palavras e nos silêncios das mulheres. Assim, as enchentes não se limitam a eventos físicos, elas transcendem a dimensão material, porque são atravessadas por imaginários sociais que mobilizam e configuram sentimentos - como fatalismo, resistência, e solidariedade -, e modos de ser, agir e existir, que afetam profundamente as vidas dos sujeitos e a tessitura social do bairro Elizabeth.

Viver com medo, apreensão, e trauma, não é vida; é desumanização, é injustiça. E, considerando que a justiça climática (Herculano, 2008) é uma questão humanitária, para ser eficaz, ela deve ser tão transversal quanto a própria enchente.

Ana Lucia da Silva Almeida, 59 anos, moradora do bairro desde que nasceu, conta: “Desde que eu me conheço, como gente, tem enchente aqui. E eu não vejo eles fazendo nenhum projeto, nem para as famílias, nem para quando termina a enchente; os cuidados que têm que ter com a saúde, com a casa... aqui nunca fez.” (2024). Este relato aponta uma importante dimensão do fenômeno das enchentes: trata-se de uma questão de saúde pública no contexto de desastres ambientais.

Rizzotto, Costa e Lobato (2024) ao abordarem os desafios enfrentados pelo sistema de saúde após as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 relatam que “No momento que as águas começam a baixar, deixando rastros de esgoto, putrefação e lama nas cidades, surgem, diariamente, novos casos de leptospirose e aumento de doenças diarreicas agudas” (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 2). Evidenciam que as enchentes e seus efeitos sanitários não são situações isoladas, mas sim parte de um quadro mais amplo que exige respostas integradas de políticas públicas, infraestrutura urbana e sistemas de saúde preparados para lidar com essas consequências recorrentes e agravadas.

Nesse sentido, Ana Maria Rocha, 64 anos, moradora do bairro há 38 anos, ao relembrar uma das enchentes conta: “A rua ficou, nossa, mais de 30 centímetros de barro. E fora os animais mortos que vêm. Animais e cobras, animais peçonhentos que ficam nadando aí. É muito ruim” (2024).

A senhora Maria Alice, compartilhou a mesma percepção sobre os animais peçonhentos, ao recordar que a água não chega só: “É muita água que vem. É muito porco, é muito cachorro. Isso vem na enchente. Os cachorros latindo. Vem... E vem também muita cobra. Muita latária, muita sujeira. Muito lagarto, muito bicho.” (2024).

Isto é, junto aos efeitos relacionados à saúde mental - todos os traumas resultantes das enchentes -, e à saúde física, como doenças respiratórias e doenças crônicas, acrescenta-se os riscos de picadas por animais peçonhentos. Esta situação ocorreu durante as enchentes no Rio Grande do Sul (2024), onde, segundo pesquisas, “houve o aumento de

doenças parasitárias, tétano, dengue, hepatite A e picadura de animais peçonhentos” (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 3).

Ainda, é importante destacar novamente as questões relacionadas a gênero que surgem diante das enchentes: quem limpa e organiza a casa? Quem cuida das crianças? Qual corpo foi estruturalmente construído para colocar a segurança e saúde dos outros indivíduos frente às suas próprias necessidades? Certamente, a mulher.

Durante a COP 26, ou 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), as Nações Unidas declararam que, 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas são mulheres (2021). Ainda, o Ministério das Mulheres (2024), recebeu diversas denúncias de abusos sexuais contra mulheres e crianças em abrigos durante os eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Assim, as enchentes assumem um recorte de gênero, na medida em que se observa que mulheres e meninas são mais suscetíveis aos eventos climáticos extremos, encontrando-se também em maior situação de vulnerabilidade à violência sexual (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 3).

Tendo isso em vista, faz-se necessário a manutenção e expansão de leis e políticas públicas já existentes de enfrentamento a violência contra a mulher, incorporando às mudanças climáticas como fator adicional de risco. Considerando que os casos de violência e abuso aumentam em contextos de eventos climáticos extremos, é fundamental reconhecer que tais violências assumem dinâmicas específicas quando mulheres estão em situação de vulnerabilidade durante e após desastres ambientais - uma realidade que tende a se intensificar.

A transversalidade das enchentes é tão complexa, que ela perpassa outra esfera de violência, que é a violência racial. Principalmente, porque outro reflexo do colonialismo se manifesta diante do atual cenário de desastres ambientais, revelando-se por meio do ‘racismo ambiental’.

Esse conceito surge nos Estados Unidos, no início dos anos 1980. Conforme Pacheco e Faustino (2013), “o reverendo Benjamim Chavis foi quem empregou pela primeira vez a expressão ‘racismo ambiental’, durante sua participação na luta em Warren County, nos Estados Unidos” (Pacheco; Faustino, 2013, p. 84). Em suma, Chavis definiu o racismo ambiental como, “a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis” (Chavis, 1993, p. 3).

No atual contexto brasileiro, seguindo a conceituação de Chavis (1993), pode-se entender o racismo ambiental como a prática que submete populações negras, quilombolas, originárias, tradicionais, ribeirinhas e camponesas, aos espaços periféricos e de vulnerabilidade. Tais práticas ocorrem com a expulsão dessas populações de seus territórios, desorganizando suas culturas e cosmologias, revogando seus direitos, os tornando corpos subalternizados, e os forçando a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (Herculano, 2008). Como consequência direta, tais populações se tornam suscetíveis aos desastres ambientais resultantes das mudanças climáticas.



Neste sentido, as enchentes do Rio Grande do Sul (2024) explicitam que populações indígenas e quilombolas foram atingidas de forma desigual pelo desastre socioecológico. “Os impactos não foram distribuídos de maneira igualitária, pois os grupos vulneráveis foram os que mais sofreram, e as comunidades indígenas foram afetadas de maneira desproporcional” (Thomasi; Santos; Dias, 2024, p. 12). Tal situação evidencia a urgência de se olhar as enchentes a partir de uma lente que enxergue que as populações estão sofrendo de forma desigual diante os processos que resultam das mudanças climáticas. As populações que mais sofrem são justamente as que menos contribuíram, historicamente, para o atual colapso ecológico.

Isto posto, cabe destacar que o município de Rio das Flores (RJ), foco deste estudo, integrou a região do Vale do Café, de grande relevância histórica para a formação do Estado do Rio de Janeiro. A partir da primeira metade do século XIX, a colonização implicou o genocídio da população indígena Puri e a consolidação do latifúndio cafeeiro, responsável por extensos processos de desmatamento, degradação dos solos e comprometimento dos recursos hídricos, impactos posteriormente agravados pela conversão dessas áreas em espaços de pecuária extensiva (Martins, 2009). Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, o contingente recém-liberto da mão de obra escravizada do latifúndio cafeeiro foi progressivamente marginalizado e empurrado para periferias urbanas e áreas ambientalmente frágeis, como encostas e margens de rios, em um contexto de urbanização desordenada que ampliou a vulnerabilidade socioambiental da população local - como ocorre no bairro Elizabeth - e evidencia a continuidade histórica de processos de exclusão e degradação ambiental (Martins, 2009).

De acordo com dados do IBGE (2010), a população de Rio das Flores apresenta uma expressiva presença de pessoas negras (pretas e pardas), totalizando 4.893 habitantes que se autodeclaram dessa forma - número superior ao de pessoas brancas (3.609) e amarelas (59). Nenhum morador se identificou como indígena no referido censo. No caso específico do bairro Elizabeth, é possível observar, a partir da minha vivência no local, que mais da metade dos moradores são pessoas negras. Nota-se ainda que as residências situadas mais próximas às margens do córrego são, em sua maioria - embora não exclusivamente - ocupadas por pessoas negras.

Entender as diversas dinâmicas que eclodem por conta das enchentes, contribui para entender o processo de formação da vulnerabilidade e quais corpos estão submetidos a ela. Argumenta-se, na literatura da antropologia dos desastres, que a “vulnerabilidade é socialmente construída” (Ribeiro, 2020, p. 17).

É possível corroborar com essa afirmação ao observar que os corpos em situação de vulnerabilidade são de mulheres, corpos racializados e minorias étnicas. E essa vulnerabilidade é resultante de processos coloniais racistas e genocidas, pois o colonialismo impôs uma hierarquia racial que se perpetua até os dias de hoje (Quijano, 2005). Somado a estruturas patriarcais que construíram o corpo feminino como um corpo subalternizado, em relação a normatividade hegemônica do corpo masculino (Butler, 2019).

Ao compreender essas vulnerabilidades, deve-se pensar em alternativas voltadas à justiça ambiental para essas populações. Destaco que traçar paralelos entre grandes desastres, como o de Rio Grande do Sul, e desastres de pequeno e médio porte, como em Rio das Flores, é essencial. Ambos constituem parte do mesmo problema (Ribeiro, 2020, p. 16). E, embora algumas políticas de mitigação já estejam presentes nas grandes capitais, é fundamental direcionar a atenção para as periferias e para as cidades do interior.

É preciso começar a pensar e promover políticas públicas efetivas, estruturais e estruturantes nesses espaços, nas margens, de modo que, nos grandes centros e metrópoles, seja necessário apenas a manutenção e perpetuação dessas políticas. Em outros termos, as iniciativas e adaptações climáticas devem ser iniciadas nas cidades do interior, periferias e demais territórios em situação de vulnerabilidade, pois é a partir das margens que as políticas públicas do clima devem (re)começar.

## SABERES EM MOVIMENTO: PERCEPÇÕES LOCAIS E ECOLOGIAS EM DISPUTA

“Enchente parece um cenário de Guerra”, este é um trecho da narrativa da senhora Ana Maria Rocha de Oliveira. Decido iniciar este tópico com essa fala, pois ao longo das entrevistas que realizei e de todos os relatos das experiências com as enchentes, esta frase certamente foi a que mais chamou a minha atenção. Justamente porque aponta a situação de urgência em que essas moradoras vivem e, ademais, dá cabo ao cerne deste trabalho, por meio do qual me proponho a desconstruir uma visão que reduz a enchente a um evento “natural” onde uma casa é invadida pela água e tudo se resolve com o escoar da mesma.

Ampliemos então a nossa perspectiva. Tim Ingold nos guia a pensar o material como coisa, ou seja, se pensarmos em uma casa, ela está para além de paredes e cômodos, a casa não é um simples objeto pois ela é uma coisa. Assim dizendo, ela é um emaranhado de fios vitais, é uma reunião de vidas. E habitá-la é se juntar à reunião (Ingold, 2012, p. 30). É a partir desta concepção que aponto a questão: quais impactos a chegada das águas causa à vida desses moradores? A água atinge lares - que não são apenas material e sim coisificados -, deixando os espaços de habitação submersos. E mesmo após a água escoar tudo permanece enlameado. Quais efeitos e afetos isso gera em uma pessoa, uma família, uma comunidade?

Busca-se entender como estes indivíduos cujas existências estão estendidas por uma linha de vida - que conectam eventos e experiências de suas vidas - percebem e ressignificam a relação com seu lar, suas memórias e identidades após o evento traumático das enchentes. Ao refletir e entender sobre essas nuances, passa a fazer sentido a afirmação que abre este tópico, de que **enchente parece um cenário de Guerra**<sup>7</sup>.

Primeiramente, para conectar esta sessão às anteriores, algumas interlocutoras ressaltaram que há algo de errado acontecendo com a natureza. Ao ser interpelada sobre o aumento ou diminuição das enchentes ao longo dos anos em Rio das Flores, a senhora Ana Rocha declarou: *“agora o meio ambiente está totalmente malucão [...]”*, referindo-se às mudanças climáticas, e continuou: “a gente sabe disso, muita chuva, está muito desordenado, cai muita chuva hoje, cai muita chuva amanhã, a gente não sabe o que está acontecendo” (2024). Esta fala revela que as moradoras estão atentas às transformações do clima, e que há uma clareza sobre a percepção das mudanças. Ela conclui: “Mas, não diminuiu, não. Não diminuiu a enchente, não. Não diminuiu, não, porque, se chover demais, nada segura essa água, não. Nada segura”.

Assim, essas declarações corroboram com estudos que revelam que populações em contextos rurais têm um profuso conhecimento dos ciclos sazonais e dos sinais da natureza (Mesquita, 2012), sendo capazes de construir prognósticos climáticos e identificar alterações e transformações do clima (Araujo, 2023).

Revelando a fina percepção das mudanças climáticas e alterações socioambientais, Ana Lucia da Silva Almeida, afirma que: “agora, com a mudança de clima, é pior, é isso que tá fazendo acontecer tudo, lá no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro”. Ainda, a interlocutora apontou a existência de um período conhecido pelos moradores como *enchente das goiabas*, e afirma: “Mas tinha um período, é o período da enchente das Goiabas. O pessoal sempre tava esperando a enchente das Goiabas”. Com os anos de vivência no bairro e as contínuas experiências com as enchentes, os moradores passaram a identificar esse período como a ‘época de enchentes’. Mas, com as mudanças graduais e transformações do clima, as enchentes começaram a ocorrer em outras épocas do ano. Os moradores do bairro já realizavam uma leitura atenta das enchentes, visando prevenir ou atenuar seus impactos. Evidenciando a presença de um saber local (Ingold, 2000), construído a partir da experiência e engajamento com as enchentes.

Em outros termos, as declarações acima apontam para percepção acerca das mudanças do clima, e para a existência desse saber local situado, que a partir das experiências cotidianas das enchentes, realizam sua própria leitura e interpretação das mudanças climáticas. Juntamente, Ana Lucia articula como essas mudanças afetaram não somente ela - enquanto sujeita afetada pelas enchentes e seu agravamento pelas transformações do clima -, mas também outras regiões do país.

Ana Lucia conclui que: “Não há cuidado com o mundo. O sistema, o mundo, o planeta, ele grita, ele pede socorro. Tem que cuidar da natureza, o mundo é um sistema, tem que cuidar do sistema.”

Ainda, pautando o início desta sessão as percepções dos moradores sobre o meio ambiente e outros seres vivos, Ana Maria rememora que houve uma medida de prevenção às enchentes, que foi um projeto para cimentar o córrego do bairro:

*Quando eu vim para cá, esse ribeirão não era cimentado, ele não tinha cimento. Por um lado, foi muito bom ter cimentado, que diminuiu, que diminuíram as enchentes*

*na época. Mas, em compensação, para o meio ambiente, é muito ruim. Não tem mais sapo. Se você reparar, não tem mais sapo. Por quê? Porque os sapos não têm onde subir, porque ficou um espaço muito grande, um espaço muito grande de cimento, vai até lá embaixo. Então, na época, eu estava conversando com uma professora de biologia, e ela falou assim, “Ana, por um lado é bom, porque vai diminuir as enchentes, mas, por outro lado, para o meio ambiente, fica muito ruim, porque mata os bichos que têm vida na água e depois vão para a terra e não têm onde subir. E, realmente, quando eu vim para cá, tinha muito sapo. Não tem mais.*

Esse relato evidencia que houve uma ação para mitigar as enchentes, que se demonstrou ineficiente por diversos motivos, dentre eles, a falta de efetividade em relação à diminuição das enchentes. Ana Maria revela que por um período essa ação foi eficaz. O processo de cimentar um córrego consiste, de modo geral, na canalização e revestimento de seu leito e, muitas vezes, de suas margens com concreto. Trata-se de uma intervenção de engenharia urbana bastante comum, historicamente utilizada como medida de “controle” ou “domesticação” das águas em áreas urbanizadas (Fagundes, 2020). O revestimento do córrego com cimento ocorreu durante o primeiro mandato do ex-prefeito Elias Kalil Ristum, entre 1985 e 1988, e não manteve sua eficiência a longo prazo, tendo em vista que as enchentes continuam ocorrendo. Não foi, portanto, uma ação planejada para adaptação e mitigação, tampouco contribuiu para um possível cessar do problema das enchentes.

Deste modo, o processo de cimentação do córrego só teve efetividade em eliminar o ecossistema aquático e terrestre que dependia daquele ambiente. Não somente os sapos desapareceram, mas as aves que se alimentavam no córrego, e os pequenos peixes que habitavam aquele espaço e, ainda, outros seres, como plantas aquáticas e fungos, deixaram de existir.

Ainda, houve relatos dos animais que são mortos durante as enchentes, Ana Maria Rocha enfatiza: “[...] e fora os animais mortos que vêm, muitos animais mortos”. Em semelhança ao relato de Ana Maria, a senhora Maria Alice também falou sobre os inúmeros animais mortos que vinham junto com a água da enchente: “É muita água que vem, muito porco e cachorro morto, isso vem na enchente. É muito triste”.

Assim, é possível notar a percepção das moradoras de que não só as enchentes causam mudanças no bairro, mas as medidas que foram tomadas pelo poder público - como o ato de cimentar o córrego - também o transformam. Juntamente, as falas sobre as inúmeras mortes de animais revelam a percepção das moradoras sobre as interações entre esses indivíduos e suas paisagens habitadas por outros seres vivos, e as relações multiespecíficas existentes naquele espaço.

Assim, a experiência das enchentes no bairro Elizabeth evidencia que os efeitos dos desastres não se limitam ao sofrimento humano, mas envolvem também as perdas e deslocamentos de outros seres que coabitam o espaço. As falas das mulheres demonstram sensibilidade para

com essas relações, revelando que o desastre não destrói apenas casas e memórias, mas desfaz ecologias e formas de convivência multiespécies.

É urgente abandonar as ontologias dualistas da modernidade, que insistem em separar natureza e cultura (Descola, 2007), sociedade e ambiente, humano e não-humano - como se fossem domínios autônomos, isolados e hierarquizáveis. Essas divisões, historicamente enraizadas no pensamento ocidental moderno, têm limitado nossa capacidade de compreender os modos reais pelos quais a vida se organiza nos territórios. Essa cisão não é universal (Descola, 2007), e diversas cosmologias humanas sempre pensaram o mundo de forma relacional. Deste modo, repensemos as políticas da natureza (Latour, 2004) não como o governo sobre a natureza, mas como um esforço de composição de mundos habitados por múltiplos agentes - humanos e mais-que-humanos - que coexistem e coproduzem a realidade. Assim, o que se revela necessário é pensar a vida como uma rede de interdependências, onde cada ser, cada coisa, cada força, atua e é afetada, produzindo efeitos uns sobre os outros.

Diante disso, a formulação de políticas públicas precisa ser radicalmente repensada, é necessário elaborar políticas públicas estruturais e estruturantes que, independentemente de mudanças políticas, sociais e ecológicas, manter-se-ão eficientes e funcionais. Somente assim, será possível romper com perspectivas de hierarquização de espécies (especismo), e garantir que todos os seres humanos, não-humanos e mais-que-humanos, que habitam o bairro Elizabeth, possam viver bem e morrer bem.

Não se trata apenas de conter a enchente ou reconstruir casas: trata-se de reconhecer e sustentar os modos de vida que se constroem em ecologias compartilhadas. Isso implica uma virada ontológica e ética: entender que coexistimos com outras espécies de forma relacional, e não como sujeitos centrais. E somente políticas públicas enraizadas numa ecologia relacional e multiespécie serão capazes de produzir mundos habitáveis para todos que ali vivem, resistem e insistem em existir.

Reconhecer que o bairro Elizabeth é tecido por uma rede de coexistências entre humanos e mais-que-humanos não significa apenas ampliar o campo de percepção ambiental, mas também compreender que os modos de vida ali construídos são sustentados por narrativas, lembranças e afetos profundamente enraizados no território. As enchentes, nesse contexto, não agem apenas sobre corpos e casas - elas se inscrevem nas experiências, moldam formas de pertencimento e ativam memórias partilhadas que atravessam gerações. É nesse entrelaçamento entre vivência ambiental e lembrança coletiva que se forma a memória social da enchente, e com ela, os contornos da identidade das moradoras. É sobre esse solo movediço - onde a lama se mistura à história - que se erguem as subjetividades coletivas que serão exploradas a seguir.

## MEMÓRIA E MATERIALIDADES

A memória é um arcabouço comum, construído a partir de um lugar de referência e de um pertencimento social. Deste modo, o ponto de vista de um sujeito acerca de situações experienciadas individualmente e coletivamente é partilhado por uma coletividade. A memória coletiva (Halbwachs, 2006) não é uma lembrança comum do mesmo evento, é uma maneira comum de se lembrar, independente do que seja. É mobilizar os mesmos elementos para se lembrar (Pollak, 1992).

Isso ocorre na narrativa das moradoras, que ao rememorar suas experiências com as enchentes, incitam elementos específicos a fim de organizar e estruturar a memória das enchentes. E, assim, vemos em ação a memória como uma forma de representar uma experiência, e a rememoração como modalidade de presentificar histórias.

A memória é algo dinâmico e está submetida a transformações e mudanças (Halbwachs, 2006), mas existem os elementos estáticos ou imutáveis no processo de lembrar e/ou rememorar. Esses elementos se apresentam nas semelhanças presentes nas narrativas das moradoras, para além das declarações similares - citadas anteriormente - sobre os agravos que as enchentes causam à saúde mental como, transtornos psicossociais e ansiedade resultante do estresse pós-traumático. Existem outros elementos considerados estabilizantes da memória coletiva dessas moradoras acerca de suas experiências com as enchentes.

Segundo Pollak (1992), existem três elementos constitutivos da memória: acontecimentos, personagens e lugares. Ao pensar a realidade do bairro Elizabeth, é possível articular que a memória daquele coletivo se mantém estabilizada e ancorada nesses três elementos constitutivos da memória.

Ao pensar nos acontecimentos, existem as lembranças de muitos animais mortos, a presença de cobras e animais peçonhentos, e a perda de todas as suas **coisas**. Maria Alice relata suas perdas: “A primeira coisa que eu perdi foi... coisa pra cozinha, o armário. Era lindo. Mas quando a gente menos espera, a água tá entrando. A gente perde mantimento, porque os armários incham, e começa a desmontar”.

Com a mesma intensidade e pesar, Ana Maria conta que:

*A primeira enchente que eu passei aqui, a minha casa era de carpete. Todinha de carpete. Quer dizer, acabou tudo. Tive que tirar o carpete, ficou no cimento grosso. Ela complementou: Perdi comida, porque esse armário aqui estava cheio, que tinha feito compra, estava cheio, então aquilo tudo teve que ser descartado. Ana Lucia também rememora suas perdas materiais: Comprei um guarda-roupa bonito, mas a água destruiu, nunca mais comprei guarda-roupa.*

Não é por acaso que as moradoras rememoram essas perdas, segundo Pollak (1992), a memória se constrói sobre acontecimentos significativos. E, a lembrança da perda de suas **coisas**, é um



acontecimento tão marcante que ocupa o espaço de centralidade no discurso das moradoras. E essas perdas partilhadas, junto aos relatos similares sobre a morte de animais e a presença de animais peçonhentos nas águas das enchentes, são tão marcantes e centrais, que permanecem sólidas na memória dessas mulheres, impossibilitando a ocorrência de mudanças.

Para Pollak (1992), o segundo elemento constitutivo da memória são os personagens. A partir das narrativas das interlocutoras, é possível definir os personagens como os familiares e vizinhos que constituem a rede de relações e solidariedade coletiva entre os moradores atingidos pelas enchentes. E, também, o poder público e seus agentes ineficientes.

Ao ser interpelada sobre algum auxílio que recebe após as enchentes, a senhora Vicentina declarou: “Todo mundo ajuda as pessoas, menos a prefeitura”. Ana Maria, ao se referir a ação do poder público ressalta que: “As enchentes, para a prefeitura, não é surpresa. Porque, meu Deus, são muitas enchentes, a prefeitura é responsável”. Ainda, sobre a enchente mais recente que atingiu o bairro, em 2021, ela conta: “O prefeito não estava na cidade na época, não estava aqui. O vice-prefeito só andava para lá e pra cá feito um peru tonto.”

No que diz respeito a ajuda comunitária, ela revela que em um momento durante as cheias, foi necessário arrebentar a mangueira que havia na garagem de sua casa para que pudesse ser usada no resgate de pessoas que estavam na água. Ela declarou:

*Puxaram muita gente ali na garagem, tem aquela borracha, não é mais aquela, foi muitos anos atrás. Vieram aqui na garagem, rebentaram a borracha para poder puxar as pessoas que estavam lá embaixo, com a borracha. Água batendo no pescoço das pessoas que estavam indo buscar outras pessoas que estavam lá, inclusive, gente acamada (Ana Maria Rocha, 2024).*

A senhora Ana Lucia teceu críticas à falta de ações do poder público diante das enchentes, ao afirmar que o necessário: “É só o pessoal tomar providência. A Prefeitura, a secretaria do Meio Ambiente, tem que fazer projetos.” Sobre a ajuda de familiares e amigos, ela afirmou: “Eu levava as crianças para a casa de uma amiga, pra não ficar traumatizados porque eram pequenas. Aí vinham os amigos e família, a gente fazia a limpeza da casa, lavava tudo e começa de novo” (2024).

Essas declarações apontam a existência de uma rede colaborativa entre os moradores, e uma ineficiência e negligência do poder público. Esses sujeitos - em ação ou na ineficiência - são os personagens descritos por Pollak (1992), pois são os agentes que aparecem e se mantêm de forma estática e imutável no relato das moradoras.

Ainda, existe a influência na formação da identidade desses indivíduos. Pois fazer parte de um coletivo afetado pelas enchentes, cujo único auxílio provém da ajuda mútua entre os próprios moradores, cria uma distinção identitária deles, em relação aos demais habitantes da cidade de Rio das Flores. E, também, a identidade dessas pessoas se forma, não apenas pela territorialidade, ou seja, por viver naquele bairro. Mas a

partir de suas vivências e transmissões de suas experiências comuns com as enchentes, que constituem e fortalecem laços comunitários. Assim, quem habita o bairro, é alguém que inevitavelmente, viveu ou viverá uma enchente, e isso constrói e molda a forma como se percebe e é percebido.

O terceiro elemento constitutivo da memória, apresentado por Pollak (1992), é a constituição da memória que ocorre a partir de um lugar, pois lugares tem a capacidade de evocar lembranças coletivas (Halbwachs, 2006). Dessa forma, o córrego e o bairro, podem ser entendidos como esse espaço de lembrança no ato de rememorar. Pois, são lugares que estão marcados pelas interações e práticas sociais que neles ocorreram, durante o processo das enchentes. Sendo o córrego um ambiente que pode servir como ‘gatilho’ para as lembranças.

Mesmo havendo individualidades e particularidades nos relatos das moradoras que experienciaram as enchentes, como por exemplo, a indicação de qual enchente marcou mais sua vida, ou quais as perdas mais significativas - pois são pontos subjetivos de cada indivíduo, e porque a memória é passível de mudanças e transformações. O foco está nos marcos duradouros, acontecimentos, lugares e personagens que permanecem de forma estável, tornando-se elementos centrais em suas narrativas de vida, da memória coletiva e individual desses moradores. E que influenciam na formação de sua identidade.

Portanto, essas memórias não devem ser entendidas como individuais, porque são memórias partilhadas e formadas coletivamente por toda aquela comunidade, do mesmo modo, ao transmitir estas memórias para seus filhos, netos e demais familiares, se expande a memória daquele coletivo. E, ao passo em que isso acontece, essa memória se insere e acaba por constituir parte da identidade desses indivíduos.

A memória, por si só, é uma construção social, formada por um trabalho consciente e inconsciente nos níveis individual e coletivo (Pollak, 1992). As enchentes somam nessa dinâmica de construção, pois são um processo que está determinado a ocorrer durante as fases da vida destes moradores. Por não ser um evento relegado apenas ao passado, a enchente traz exigências do presente, e assim como outras memórias, pode ser reinterpretada à luz das atuais circunstâncias.

A moradora Ana Lucia, que vive no bairro desde seu nascimento, contou que ao longo da vida, a sua mãe lhe transmitia as experiências das enchentes que ela passou sozinha ou que passaram juntas, mas que ela não se recordava pois ocorreram durante sua infância.

Ana Lucia contou que ela e seu esposo tinham muita preocupação em proteger seus filhos dos traumas das enchentes, como afirmou: “[...] levava as crianças para a casa de uma amiga, pra não ficar traumatizados porque eram pequenas”. Em vista disso, observa-se que, a Ana Lucia preferiu que estes eventos que acometeram seus filhos durante a infância fossem objeto do esquecimento e não de lembrança. Ao menos, durante a primeira infância deles.

A entrevistada revelou que ao longo da vida, contou aos filhos as suas experiências com as enchentes, do mesmo modo que sua mãe, em determinado momento, contou-lhe as delas, contribuindo assim na expansão da memória coletiva e construção de suas identidades.

Colocando em evidência, a memória das enchentes como uma narrativa coletiva que é transmitida entre gerações.

Prosseguindo, a moradora Ana Lucia, disse:

*Dá uma tristeza, eu nunca tinha visto meu esposo chorar, mas aquele dia... porque a gente vinha, organizava, limpava tudo, pintava a casa, ajeitava os móveis, organizava tudo. Daqui a pouco a enchente vinha de novo, e tinha que colocar as coisas todas pro alto (Ana Lucia, 59 anos, 2024).*

Ao abordar as questões relacionadas às perdas materiais, a senhora Vicentina Guilherme, moradora da região há mais de trinta anos, contou que perdeu todos seus pertences na última enchente (2021), que, segundo a Defesa Civil, foi o temporal de maior proporção registrado em 18 anos.

Vicentina relata: *Perdemos tudo, essa parte aqui da garagem (teto) teve que desmanchar para cobrir a casa do meu irmão lá atrás.* Adicionalmente, comentou que sente muito medo quando há previsão de fortes chuvas. Ao ser indagada sobre sua opinião acerca do preparo dos moradores para uma enchente futura, respondeu: “Ninguém tá preparado. Nem fala isso!”. Do mesmo modo, as demais moradoras entrevistadas responderam em uníssono que os moradores “não estão preparados para uma próxima enchente”.

À guisa de encerrar essa seção, cabe retomar a questão incitada no início deste capítulo: as perdas durante as enchentes não se limitam ao que se entende como objetos e/ou materialidade. É necessário compreender que os objetos perdidos pelas moradoras por causa das enchentes - o guarda-roupa e as fotos dos filhos, de Ana Lucia; o armário e os alimentos, de Maria Alice; o carpete e mantimentos, de Ana Maria Rocha - carregam significados simbólicos. Todos esses objetos pessoais, móveis, eletrodomésticos, são *coisas*. Ao ser entrevistada, a senhora Teresinha de Fátima, de 68 anos e moradora do bairro desde que nasceu, declarou: “Perdi só o material, graças a Deus, mas ainda assim é triste, roupa, botija de gás, minhas plantas”.

É necessário destacar a ideia expressa: “só material, mas ainda assim é triste”, porque nada é só material. O material é coisa (Ingold, 2012), ou seja, o que há dentro de uma casa, todos os objetos são perpassados por fluxos vitais que estão integrados aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente desses indivíduos (Ingold, 2012). O sofrimento diante da perda de **só material** revela, portanto, uma verdade mais profunda: os objetos não são acessórios descartáveis, mas parte constitutiva da experiência de ser-no-mundo, carregando em si a memória e a continuidade da vida.

Em outros termos, os objetos nunca são apenas objetos: eles carregam memórias, afetos e presenças, sendo guardiões silenciosos da vida cotidiana (Stallybrass, 2008). Quando as moradoras relatam a dor de ver fotografias destruídas, roupas levadas pela correnteza ou móveis descartados após a inundação, não se trata apenas de contabilizar prejuízos econômicos, mas de reconhecer o desmanche de um universo de lembranças incorporadas nessas coisas. Tal como o casaco de Marx

(Stallybrass, 2008) que materializava a presença ausente de um corpo, os pertences levados pelas águas também funcionavam como extensões das moradoras e de suas histórias, evocando relações de intimidade, cuidado e continuidade com aqueles que as cercavam.

Assim, perder um guarda-roupa ou uma planta não significa apenas perder uma utilidade, mas romper com a memória de gestos cotidianos - abrir a porta do armário pela manhã, regar o vaso ao entardecer -, gestos que constituem a experiência encarnada do habitar. Os relatos revelam que cada coisa é também memória, dor e presença, e sua perda convoca um processo de luto que é ao mesmo tempo íntimo e coletivo (Stallybrass, 2008).

Tim Ingold nos aponta que habitar não é meramente a ocupação de estruturas já construídas, habitação é a “imersão dos seres nas correntes do mundo da vida” (Ingold, 2012, p. 34). Ou seja, conforme os indivíduos produzem suas vidas, assim eles o são, nos levando a entender o habitar como um processo de engajamento contínuo com o mundo.

E quando a água invade a casa, este espaço do habitar, o que ela faz é desorganizar, levar consigo e deixar enlameado o fluxo vital que existia naquela casa entre os que habitam e suas coisas. Porque a casa não é somente um quadrado de tijolos que está servindo de moradia, é um espaço que está sendo habitado, um agregado de fios vitais que é refeito quando a água das enchentes a invade e causa o desentrelaçamento das relações que existiam ali dentro entre os indivíduos e suas coisas. Disto resultam as perdas materiais e simbólicas - que estão interconectadas. E é nesse momento que eles se veem diante de suas memórias submersas.

Esta sessão se inicia com a analogia feita a um **cenário de Guerra**, trecho da entrevista com a senhora Ana Maria Rocha. E agora encerra-se com o restante de sua fala: “Parecia um cenário de Guerra, tantas coisas que foram destruídas, animais mortos, móveis e utensílios jogados fora, compras de mês indo para o lixo. Uma população arrasada”.

A analogia sobre a enchente parecer **um cenário de Guerra**, é essencial tanto para abrir, quanto para encerrar este capítulo, pois engloba os diversos aspectos tratados.

Aqui, foi possível observar a importância simbólica das coisas presentes em uma casa/espaço do habitar, rompendo com a ilusão da materialidade (Ingold, 2012). Foi possível observar também como a perda dessas **coisas** se cristaliza no discurso, e no ato de rememorar das moradoras, devido à grande importância que esses materiais, imersos num fluxo de vida, têm na vida dessas pessoas. Conjuntamente, é passível de observação a constituição da memória dessas sujeitas ao redor das enchentes, e como este evento molda a forma de se perceber e ser percebida.

Assim, mesmo diante desse **cenário de Guerra**, os moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores, fazem a vida continuar. Mesmo com a miríade de elementos socioculturais que estão entrelaçados às enchentes, essa população persiste e prolifera a vida, em seus corpos, e em seus espaços de habitação. Espera-se que, em um futuro próximo, esses sujeitos possam continuar habitando e imersos em seus fluxos vitais. Mas sem que suas memórias sejam submersas pelas águas.

Como observa Ailton Krenak (2022), “muitos pedaços do céu já caíram”, e ainda assim seguimos sonhando, resistindo e existindo. É precisamente nesse tensionamento entre o luto e a luta que este trabalho se ancora na esperança como prática insurgente. Inspirando-se em epistemologias como Anna Tsing (2015), que nos convida a refletir acerca das possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, vislumbra-se um horizonte de reconstrução a partir das margens. Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014) também indagam: o que será do mundo depois do fim do mundo? - e a resposta talvez resida em práticas locais, modos de existência plurais e na recusa de que o colapso seja o fim de tudo. Por fim, faço ecoar a provocação de Achille Mbembe (2021), de que é possível afirmar que a imaginação política do futuro depende da nossa capacidade de inventar comunicações e reparar o mundo, mesmo quando tudo parece ruir.

Neste cenário, mobilizar a esperança não é um gesto ingênuo, mas uma resposta enraizada em territórios, afetos e saberes que sobrevivem e se reinventam diante do caos planetário. E é nesse terreno instável, entre perdas e esperanças, que se desenha a possibilidade de outro futuro.

Porque nesse mundo, quem não vive com medo de perder tudo quando chove, usufrui de um certo nível de humanidade que não é oferecido aos moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes no bairro Elizabeth, em Rio das Flores (RJ), demonstram que o desastre não pode ser reduzido a um evento natural ou a um mero fenômeno climático. Elas se constituem como processos socioculturais que atravessam materialidades, memórias e subjetividades, moldando identidades coletivas e formas de habitar. Longe de serem compreendidas como “tragédias”, revelam-se como expressões de desigualdades históricas e estruturais, onde a vulnerabilidade é socialmente construída e marcada por recortes de gênero, raça e classe. Os relatos das mulheres entrevistadas evidenciam que a enchente não se limita à perda material: ela desorganiza fluxos vitais, inscreve traumas, mas também engendra solidariedade, cuidado e resistência comunitária. Nesse sentido, o fenômeno se apresenta como força transversal, que não apenas impacta a saúde pública, a infraestrutura urbana e os ecossistemas locais, mas também as dinâmicas simbólicas, afetivas e de memória coletiva.

A memória das enchentes, transmitida entre gerações, reforça a construção de identidades sociais e políticas que denunciam o abandono histórico do poder público. Esse abandono aponta a negligência institucional que permeia a vida cotidiana das populações periféricas e interioranas, que são as primeiras a sentir e as últimas a receber respostas diante do colapso socioambiental.

Ao mesmo tempo, o estudo revela a presença de saberes locais situados, que traduzem uma leitura fina das mudanças climáticas e dos

ecossistemas, apontando caminhos para a formulação de políticas públicas enraizadas nas margens. Essa escuta, atenta às cosmologias relacionais e às práticas multiespécie, é fundamental para pensar alternativas ecossociais que rompam com a lógica extrativista e desigual do capitalismo.

Portanto, compreender a enchente como desastre e não tragédia, como fenômeno relacional e não acidente natural, é também um gesto político. Significa deslocar o olhar das soluções técnicas isoladas para uma ecologia da justiça, em que habitar não seja sinônimo de viver com medo da próxima chuva, mas de coexistir em dignidade com os fluxos vitais que compõem a vida. Somente assim será possível que as populações de Rio das Flores, e de tantos outros territórios vulnerabilizados, possam seguir existindo sem que suas memórias e histórias continuem a ser submersas pelas águas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Parte da tragédia no Rio Grande do Sul foi causada por ação humana. **Carta Capital**, 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/parte-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul-foi-causada-por-acao-humana/>. Acesso em: 31 maio 2025.

ARAUJO, Marisa Barbosa. Mudanças climáticas e saberes locais: percepções e estratégias adaptativas de pequenos agricultores amazônicos. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **As Ciências Sociais na UFV: percursos, temas e abordagens**. Viçosa: UFV, 2023. p. 222-233.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. **Memórias e impactos da enchente de 1974**: por uma abordagem espaço-temporal dos desastres. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 03-06 ago. 2016.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. RS: **Ministério das Mulheres recebe denúncias de abusos em abrigos e discute protocolo durante desastres climáticos**. Brasília: Secom, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/rs-ministerio-das-mulheres-recebe-denuncias-de-abusos-em-abrigos-e-discute-protocolo-durante-desastres-climaticos>. Acesso em: 16 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHAVIS, B. Forward. In: BULLARD, R. (Ed.). **Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots**. Cambridge: South End Press, 1993.

CSORDAS, Thomas J. *Embodiment as a paradigm for anthropology*. **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

CSORDAS, Thomas J. **Embodiment and experience: the existential ground of culture and self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

FAGUNDES, Beatriz. *Urban rivers and channelization policies*. **Sociedade & Natureza**, v. 32, 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado In **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução: Paula Siqueira. Apresentação: Tânia Stolze Lima.

G1. **Defesa Civil de Rio das Flores contabiliza estragos após temporal.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/12/29/defesa-civil-de-rio-das-flores-contabiliza-estragos-apos-temporal.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INFOSAN. **Município Rio das Flores**, RJ. 2024. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/rio-das-flores-rj/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London; New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Tabela 136 - População residente, por cor ou raça - Rio das Flores (RJ)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/136>. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município de Rio das Flores (RJ)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-flores/historico>. Acesso em: 21 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. Muitos pedaços do céu já caíram. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. (org.). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARENGO, José A. et al. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 112, p. 201-227, 2024. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MESQUITA, E. **Ver de perto para contar de certo**: as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta do Alto Juruá. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/851480>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil). **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>. Acesso em: 06 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **COP26**: 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas são mulheres. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/157806-cop26-80-dos-deslocados-por-desastres-e-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-s%C3%A3o-mulheres>. Acesso em: 16 maio 2025.

ONU MULHERES; PNUMA. **Por um planeta 50-50**: Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no contexto das mudanças climáticas. [S.l.]: ONU Mulheres; PNUMA, 2022. Disponível em: <https://www.unwomen.org/>. Acesso em: 20 maio 2025.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 73-114. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415764.0004>. Acesso em: 16 maio 2025.

PEIRANO, Mariza Corrêa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e

ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, May Waddington Telles. O encontro das antropologias do meio ambiente e dos desastres no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 93, p. 1-25, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/bib9303/2020>. Acesso em: 22 maio 2025.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, editorial e141ED, abr.-jun. 2024.

SALDANHA, Rafael. Introdução. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Déborah; SALDANHA, Rafael (org.). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. v. 1. São Paulo: Machado Editora, 2022.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

THOMASI, Tanise Zago; SANTOS, Ariel Sousa; DIAS, Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti. O racismo ambiental praticado contra os povos indígenas no Rio Grande do Sul. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 21, e212770, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v21.2770>. Acesso em: 12 jun. 2025.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TSING, Anna Lowenhaupt. ***The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins***. Princeton: Princeton University Press, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna**. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

Luciana Ballestrin<sup>1</sup>

## RESENHA

# Uma consciência pós-colonial para a América Latina

---

<sup>1</sup> Luciana Ballestrin é Professora Associada de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas e Bolsista de Produtividade 1C do CNPq.

Há muitas razões para saudar a publicação de “Entre Ariel, Caliban e Próspero: dilemas da identidade (latino) americana pensados a partir do Brasil”, tese de livre-docência defendida em 2021 por Bernardo Ricupero, professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e estudioso destacado do pensamento brasileiro e latino-americano. Transitando pela história das ideias e dos conceitos, história intelectual e diplomática, crítica cultural e literária, pensamento social e político, sociologia e filosofia, o autor oferece a diferentes públicos e comunidades de interesse um livro com rigor investigativo, fôlego interpretativo e enredo convidativo. Em tempos de produtivismo científico infecundo, a obra de Ricupero explora de maneira profunda e original o persistente problema da identidade latino-americana, combinando a seu modo, orientações metodológicas diversas<sup>2</sup>. Este exercício revela sua habilidade particular em transitar nas diferentes formas de “pesquisar em pensamento”, anulando problemáticas hierarquias e diferenciações entre esse e o conhecimento teórico e filosófico. É a erudição – e não a revisão sistemática de literatura tão em voga nas ciências sociais – que lhe garante êxito, além da própria imponência do material empírico sobre o qual se apoia.

Com Prefácio da historiadora e professora emérita da USP Maria Lígia Coelho Prado, o livro está organizado em quatro partes (Antecedentes; O Momento Ariel; O Momento Caliban; O Momento Próspero) que comportam oito capítulos (todos contendo uma importante sistematização final, dado o volume de referências, informações e detalhes), afora a Introdução e as Considerações Finais. O objetivo geral do livro é compreender o lugar do Brasil na formação de uma identidade latino-americana, elegendo um texto particularmente profícuo para pensá-la: *A Tempestade*, de William Shakespeare (2022).

Encenada pela primeira vez em 1611 na Inglaterra, essa peça teatral tem um poder poético que reside “na sua capacidade de sugerir significados, de criar e ocultar espaços na confluência de linguagem e pensamento” (BOTELHO, 2022, s/p), sendo “uma obra sobre mundos que se entrecrocaram e se misturam; uma peça em que identidades se perdem, se reencontram e se transformam (...)” (Ibid., s/p). No caso do livro de Ricupero, a própria recepção e circulação da peça nas Américas, através da reinterpretação e resignificação de seus personagens ao longo do século XX, agrega-lhe outros níveis de curiosidade e descoberta.

Para isso, Ricupero elege três textos principais que informarão cada “Momento” do livro: Ariel, influente ensaio do escritor uruguaio José Enrique Rodó de 1900; Caliban, ensaio do poeta e pensador cubano Roberto Fernández Retamar de 1971; e, O espelho de Próspero, livro do acadêmico latino-americanista Richard Morse de 1982. A análise de cada

---

<sup>2</sup> Ao longo do livro, diferentes autores e procedimentos metodológicos são mencionados. Assim, encontramos apoio em Foucault para pensar o discurso; Kristeva para a intertextualidade; Skinner para o contextualismo; Koselleck para a história das ideias. A inspiração em Pocock é sugerida no Prefácio de Maria Lígia Coelho Prado e reiterada por André Botelho (2025, s/p), para quem “Bernardo Ricupero é, sem dúvida, o intelectual brasileiro da nossa geração melhor preparado e equipado para lidar com questões das interpretações latino-americanas”.



uma dessas obras funciona como “pré-texto” para mergulhar nos meandros de certa história cultural latino-americana e suas intertextualidades, inserindo-as nos contextos políticos e ideológicos que contingenciam os sentidos das identidades nacionais e regionais americanas projetadas à altura.

A partir da segunda metade do século XIX, a própria construção da ideia de uma América “Latina” em contraposição à América “Saxã” indica a dinâmica relacional e antagônica da região diante os Estados Unidos – pós-colônia irmã, rapidamente lançada à condição de império no século XX. Por isso, a metáfora especular, mobilizada por Morse e por Ricupero em suas Considerações Finais, é apropriada: utilizada com frequência para trabalhar o processo de constituição de identidades coletivas – ao refletir o outro em um si invertido –, há que se compartilhar, porém, um fundamento capaz de possibilitar “o reconhecimento da unidade na diferença” (MITRE, 2003, p. 30). Poderíamos dizer, então, que o colonialismo europeu é este fundamento, parcialmente superado pelos vizinhos do Norte.

Buscar apreender a constituição e a transformação ao longo do tempo da “identidade latino-americana” é tarefa corajosa pela unidade e natureza do “sujeito” que esta própria identidade projeta: não estamos falando de indivíduos ou de grupos, mas de uma região continental, envolvendo diferentes espaços geoculturais, com múltiplas posicionalidades internas e externas. Há, portanto, aspecto geopolítico importante quando a “referência a Ariel foi decisiva no estabelecimento de uma identidade latino-americana” (RICUPERO, 2024, p. 34), a qual pouco contou com a participação brasileira. O “Momento Ariel” compreende grande parte do livro, sendo apoiado, assim como o posterior “Momento Caliban”, por uma rica variedade de fontes primárias. Ele é particularmente importante por abordar o contexto no qual *A Tempestade* e suas personagens chegam ao continente, impactado pela Guerra Hispano-Americana de 1898 e pelo nascente imperialismo estadunidense.

Lembremos que na peça de Shakespeare, o protagonismo se deve a três personagens principais: Próspero, duque de Milão, traído pela conspiração do irmão e exilado com sua virginal filha Miranda; Ariel, ser fantástico que comanda espíritos menores; Calibã, criatura de humanidade duvidosa por suas formas e atitudes, filho da diabólica bruxa Sycorax, oriunda de Argel e a quem pertencia a ilha na qual todos se encontram. Dotado de poderes mágicos, é Próspero provoca a tempestade responsável pelo naufrágio que levará seus desafetos até a ilha. É Ariel, seu leal servo que o auxilia; mas, tanto ele quanto Calibã aspiram a liberdade da tirania de Próspero. Considerando-se como o único herdeiro da ilha, é Calibã quem investe contra o poderio de Próspero, tentando inclusive violar sua filha.

O poder sugestivo da peça é fundacional da modernidade/colonialidade: a ilha desconhecida, o escravo selvagem, a estranheza do ambiente com seus sons, rumores e vozes. São vários os elementos contidos em *A Tempestade* que sugerem sua relação com a conquista do Novo Mundo, havendo aproximações possíveis entre a ilha e o Brasil, América do Sul ou Caribe (BOTELHO, 2022). Não por acaso, a peça se prestou a muitas leituras terceiro-mundistas e anticoloniais, as quais

convocaram a revolta de Calibã contra seu amo ilegítimo. Já ainda nos Antecedentes, Ricupero aborda algumas interpretações contemporâneas – chamadas pelo autor em diferentes momentos de “americanistas”, “proféticas”, “pós-estruturais” e “pós-coloniais” – para problematizar a associação da peça com o colonialismo. Dessas contribuições, ele retém a crítica sobre a ausência de trabalhos que explorem questões de gênero e sexualidade, uma vez que as duas personagens femininas da peça (Miranda e Sycorax) raramente ganharam atenção nas inúmeras análises que a peça recebeu.

Ricupero, no entanto, demonstra que as primeiras reconstruções da peça foram bastante distintas. Antes de aportar na América, suas personagens já haviam sido mobilizadas metaforicamente para lidar com o contexto político reacionário à Comuna de Paris de 1871. Já quando chegou à América Latina, o contexto era o de desconfiança em relação aos Estados Unidos, associados a Calibã pelo crítico franco-argentino Paul Groussac e poeta nicaraguense Rubén Darío. A “ideologia do latinismo” convocava a influência da velha Europa contra a agressão anglo-saxã. Foi Rodó quem ofereceu uma leitura de grande influência na região, tendo a peça lhe chegado através da releitura aristocrática do orientalista ortodoxo Ernest Renan. Ariel foi escrito para interpelar a juventude latino-americana contra o perigo norte-americano, sendo os Estados Unidos associado ao materialismo, utilitarismo e democratização. Antonio Mitre (2003, p. 110) localiza a produção do opúsculo de Rodó no conflito entre tradição (“mentalidade *criolla* de raízes agrárias”) e mudança (“consciência cosmopolita emergente”), ocasionado pelo conjunto de transformações que atravessavam as sociedades do Prata. Ativadas pelos fluxos migratórios, essas realidades oligárquicas e caudilhescas iniciavam lentamente sua transição para a moderna sociedade de massas (Ibid.). Rodó, assim, teria buscado construir uma posição sintética e intermediária dos dilemas que o livro suscitou: utilitarismo *versus* idealismo; democracia *versus* aristocracia (MITRE, 2003; RICUPERO, 2024). No seu livro, a representação para o continente ficou ao cargo de Ariel, simbolizando espiritualidade e idealismo, enquanto a figura conciliadora de Próspero representaria certa “elite do espírito”, posteriormente materializada na geração arielista (RICUPERO, 2024, p. 82). Rodó foi o primeiro de uma cadeia de pensadores latino-americanos a destacar uma espécie de virtuosidade do atraso, em comparação com as sociedades ditas desenvolvidas. Segundo Rotker (1994, p. 212), a América Latina como “reservatório mundial da imaginação e a criatividade literária ou artística em geral (tradução nossa)” é uma representação cultural muito presente no imaginário latino-americanista.

Ciente da força do livro Ariel e de sua relação para a formação da identidade latino-americana, Ricupero prossegue explorando sua repercussão e formação do arielismo no continente. Reconstroi a história editorial de sua circulação, passando pelo Caribe e Espanha, sendo publicado somente mais tarde no Brasil (em 1933). Foi no México pré-revolucionário (*Ateneo de la Juventud*) e no Peru do oligárquico partido civilista (*Generación del Novecientos*) onde gerações de arielistas foram identificadas. Naquele período, o latino-americanismo possuía ainda ares eurocêntricos, alimentado por vários escritores latino-americanos

residentes em Paris que davam vida à *La Revista de América*. Apesar da barreira linguística do português, Ricupero observa a presença de escritores brasileiros na revista, tais como Oliveira Lima, José Veríssimo, Sylvio Romero e Graça Aranha. A noção de “Iberoamérica” era auxiliar para a relativização das diferenças políticas e culturais da colonização espanhola e portuguesa.

Como contraponto a esta conformação ilustrada, muita influenciada pelo modernismo, Ricupero traz a importância do poeta cubano Jose Martí e de seu *Nuestra América* para indicar um entendimento alternativo e revolucionário da emergente identidade latino-americana. Sarmiento seria seu interlocutor direto quando o poeta afirmava: “não há batalha entre a civilização e a barbárie” (RICUPERO, 2024, p. 95). Segundo Mitre (2003, p. 45), em Facundo, “o passado colonial reveste-se, (...), de uma condição trágica: por um lado é o conteúdo da consciência subjetiva e, por outro, o fundamento que deve ser negado para se ter pleno acesso ao mundo da razão civilizada”. Neste sentido, Facundo poderia ser entendido como uma espécie de testemunho do “equilíbrio precário que implica o acesso à condição moderna” (Ibid., p. 46). Contudo, será somente com Martí que as populações marginalizadas por este processo virão à tona pela primeira vez (as figuras do índio, negro, camponês). Ainda que como expressão do “reacionarismo”, “aristocratismo” e do “romantismo anticapitalista” nas palavras de Ricupero, conclui-se que o arielismo foi especialmente importante para construir uma identidade latino-americana, estabelecendo primeiramente seu outro constitutivo com os Estados Unidos. Esta relação antagônica atingirá outro patamar conforme o anti-imperialismo for ganhando contornos ideológicos mais claros no continente – por exemplo, com a heterodoxia socialista do peruano José Carlos Mariátegui. É ele quem elevará a subalternidade indígena ao protagonismo revolucionário.

Mas, não foi só a diferenciação ou o distanciamento que marcaram a relação entre as Américas Latina e a Saxã. Pelo contrário, o Brasil desempenhou papel distintivo na neutralização do poderio estadunidense na virada do século XIX para o XX. Com o advento tardio da República no país e seus turbulentos anos posteriores, Ricupero demonstra a crescente necessidade de o país se posicionar em algum lugar nas/das Américas. Ao fim, o lugar do Brasil foi um “entre lugar”; figuras representativas como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Manuel de Oliveira Lima e José Veríssimo nutriam “um fascínio e temor pela democracia norte-americana e pelo caudilhismo hispano-americano” (RICUPERO, 2024, p. 135). Além disso, a posição internacional dos Estados Unidos, cada vez mais proeminente, oferecia um contrapeso aos apetites intervencionistas da velha Europa. Para o autor (Ibid., p. 169), se na literatura havia idealismo, na diplomacia e no Direito era o realismo que se apresentava.

O livro ainda apresenta e analisa interessantes documentos da III Conferência Pan-Americana de 1906 ocorrida no Rio de Janeiro, ocasião especial para a evidência e condensação de posições contrastantes sobre o perigo norte-americano. Na época exitosa da política externa do Barão de Rio Branco (1902-1912), o pan-americanismo possuía mais adeptos do que seus críticos latino-americanistas. Ideologia nascida na I Conferência dos Estados Americanos em Washington (1889/90), tal pan-americanismo era

uma iniciativa dos Estados Unidos e reivindicava o monroísmo, desconsiderando as iniciativas *criollas* e hispânicas do século XIX. Esta foi a doutrina que em alguma medida teria acabado por preservar a América Latina do imperialismo europeu no período. Diferentemente da Argentina e do Chile, que mantinham uma tônica latino-americanista para suas políticas externas, o Brasil da diplomacia de Rio Branco era amistoso com os Estados Unidos, em uma estratégia de aliança defensiva. À semelhança de José Martí, Ricupero não deixa de mencionar o “contra-discurso” oferecido pelo médico sergipano Manuel Bonfim na construção de um latino-americanismo mais radical. Embora tenha utilizado a categoria de parasitismo e outras oriundas da biologia, algo típico da época, ele teceu críticas dissonantes ao racismo científico e a colonização ibérica. Em diversas passagens do seu livro, Ricupero dá pistas sobre os entendimentos no período acerca do despontar da democracia de massas e do uso comum de uma linguagem mobilizadora da ideia de raça(s).

O México pré e pós revolucionário ganha atenção importante na obra, não somente para trabalhar a difusão do arielismo, como para situar a importante trajetória pública – política e intelectual – de José Vasconcelos, autor de *A raça cósmica* de 1925. Contendo relatos de sua viagem pela América do Sul, uma imagem idealizada do Brasil e uma introdução filosófica sobre a noção de mestiçagem, o livro trabalha a ideia de uma quinta raça mestiça, representativa da América Latina no repertório universal dos povos. Nos anos 1990, momento em que o pós-modernismo, o pós-colonialismo e os estudos culturais foram recepcionados na América Latina, o já clássico livro do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2011, s/p) argumenta que o modernismo arielista de José Enrique Rodó, José Vasconcelos e Alfonso Reyes foi responsável por criar uma “mitologia da razão latino-americana”. Na comum percepção da América Latina como síntese e como utopia, há admiração pelos gregos e condescendência com os latinos, resultando em “uma exotização da América Latina, (...), uma apresentação colonial gerada não pelos colonizadores europeus, mas pelos próprios intelectuais latino-americanos (Ibid., s/p, tradução nossa)”. Assim, ainda que a construção da identidade latino-americana fosse uma resposta ao imperialismo dos Estados Unidos, “paradoxalmente, a proclamação estética de tal identidade cultural supunha a reativação de velhas figuras coloniais” (Ibid., s/p), já que “a ideia do continente mestiço no qual os opostos se reconciliam, continuava funcionando como um discurso colonial no qual populações como os negros e os índios aparecem como disfuncionais no processo de humanização da humanidade (Ibid., s/p, tradução nossa)”. Ainda na crítica pós-moderna de inspiração foucaultiana de Castro-Gómez, ao reduzir as diferenças culturais a um mestizismo ou indigenismo romantizado, tal sensibilidade modernista teria preparado o terreno para os regimes nacionalistas e populistas que surgiram posteriormente na América Latina dos anos 1930.

Talvez imbuído desta intuição, Ricupero aporta nos anos 1920 do Brasil para mergulhar na produção cultural do sudeste do país, especialmente São Paulo. Os diferentes manifestos culturais (*Poesia Pau Brasil*, *Antropófago* e *Nhanguaçu* ou *Verde-Amarelo*) produzidos no período e o movimento da Antropofagia uniram o país à vanguarda da discussão

latino-americana sobre originalidade e valorização cultural. Se em um primeiro momento a estratégia de diferenciação fora com os Estados Unidos, assumindo a latinidade e sua carga eurocêntrica, após a primeira Guerra Mundial a afirmação da mestiçagem seria uma contraposição à própria Europa. Tratando da Semana da Arte Moderna de 1922 e seus desdobramentos, o autor observa como o mito propositalmente criado por José Vasconcelos foi recebido pela ala mais à direita do modernismo brasileiro, com destaque para Plínio Salgado, futuro articulador da Ação Integralista Brasileira.

Como movimento de vanguarda cultural, a Antropofagia têm merecido novas leituras, informadas principalmente pelo pós-colonialismo. São vários os elementos lá presentes que as autorizam: certa estratégia desconstrutivista; o descentramento das identidades essencializadas; a desestabilização epistemológica; a contestação da cultura ocidental e a mentalidade colonial; a crítica à modernidade e à Europa; a ressignificação do canibalismo enquanto ato de resistência, criatividade e fundação do Brasil (CAVALCANTI, 2021; RICUPERO, 2024). Lembremos que para Oswald de Andrade era preciso “descolombizar a América” e “descabralizar o Brasil”. A ironia, o humor, a paródia e a transgressão provocavam a cultura erudita e ensimesmada. Apesar da impossibilidade de representação do subalterno, em referência explícita à Spivak, Ricupero não deixa de notar o sentido democrático dos modernistas brasileiros em harmonizar a língua escrita e falada, bem como a valorização da própria cultura popular. Convocando o objeto do livro, o autor recupera a crítica feita ao poeta cubano Roberto Fernández Retamar pela ausência da Antropofagia brasileira em seu clássico ensaio *Caliban* de 1971 – ela foi notada pelo uruguaio Emir Rodríguez Monegal poucos anos após sua publicação.

As revistas culturais são fontes primárias fundamentais em quase toda obra de Ricupero, o que lhe permitiu verificar a existência de muitas intertextualidades naquele contexto terceiro-mundista. Em tal conjuntura, a personagem desfigurada e rebelde de Shakespeare foi reivindicada para representar tanto o latino-americano, como o negro – este último, assumindo a estima da negritude. O contexto anticolonial francês dos anos 1950 pavimentou a estrada percorrida por Aimé Césaire até sua releitura da peça de Shakespeare, um pouco antes de Retamar. No Brasil, a peça de Augusto Boal foi prefaciada por Darcy Ribeiro, mas teve pouca repercussão. Segundo Ricupero, o pertencimento do Brasil no conceito de América Latina é hoje indiscutível, mas tal associação foi se tornando mais nítida somente a partir da Revolução Cubana, já que ela foi artífice de uma ressignificação do latino-americanismo construído nas décadas anteriores. Muitos brasileiros se passaram a entender como latino-americanos na experiência do exílio das ditaduras civis-militares durante a Guerra Fria. Por fim, o “Momento Próspero” corresponde ao último capítulo do livro, dedicado a analisar a recepção mexicana e brasileira do livro “O espelho de Próspero”, escrito pelo latino-americanista Richard Morse, ao longo dos anos 1980. Na obra, a tradição ibérica tomista seria uma chave importante para compreender o ingresso do continente na modernidade, bem como sua diferenciação com os Estados Unidos (e seu atomismo) – país do público-alvo que Morse tinha em mente atingir, sem sucesso.

Por todas essas razões, o livro de Bernardo Ricupero merece ser lido e relido, na medida em que dispõe de uma riqueza detalhada de “mediadores culturais”, referências e interpretações sobre a formação da identidade brasileira e latino-americana (“rotas paralelas que acabam por convergir”). Formada a partir de um acúmulo de muitos anos de investigação e leituras, a narrativa habilmente transita por diferentes contextos históricos, políticos e culturais, demonstrando intertextualidades surpreendentes em seus materiais, comparando interpretações e evitando leituras irresponsavelmente anacrônicas.

Ainda que não nestes termos, Ricupero nos demonstra que a construção discursiva da identidade latino-americana, marcada pela contingência, incompletude e indeterminação como qualquer outra, deu-se na medida em que o antagonismo em relação aos Estados Unidos foi afirmado e reafirmado. Neste sentido, não deixa de ser sintomático que após seu alargamento, o conceito tenha alcançado um certo esgotamento justamente no final da Guerra Fria. Seria o caso de nos perguntarmos se a América Latina ainda hoje é capaz de estabelecer antagonismos e articular diferenças, enfim, de produzir identidades.

Desde o século XIX, a história da construção do pensamento brasileiro e latino-americano é, sob determinado ângulo, a própria história da formação de uma consciência pós-colonial no continente. Prova desta afirmação é a autorreflexividade sobre a colonização ibérica enquanto fundação e destino, em muitos de seus clássicos e ensaísmo característico. O livro de Ricupero é contribuição valiosa para este entendimento, assim como para demonstrar que o problema colonial é constitutivo da formação da identidade latino-americana, não sendo novidade por estas bandas orientais. A novidade certamente está no protagonismo dos sujeitos e nas formas que hoje esta consciência pós-colonial se expressa e se manifesta, não necessariamente projetada em uma única identidade latino-americana. Resta saber se esta transformação esbarra ou transborda os limites políticos do enquadramento identitário em chave pós-fundacional.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, André. **E depois de A Tempestade?** Disponível em: <<https://blogbvps.com/2025/04/25/resenha-e-depois-de-a-tempestade-por-andre-botelho/>>. Acesso em 12 Nov 2025.

BOTELHO, José Francisco. **Apresentação**. In: SHAKESPEARE, William. *A Tempestade*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2022. E-book.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Crítica de la razón latinoamericana**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar: 2011. E-book.

CAVALCANTI, Flávia. **Pensando as Relações Internacionais a partir da periferia: antropofagia e perspectivismo ameríndio**. In: TOLEDO, Aureo (org). *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*. Salvador: Editora da Edufba, 2021.

MITRE, Antonio. **O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ROTKER, Susan (org). **De Bello a Gonzalez Prada: Ensayistas de Nuestra America**. Tomo II. Buenos Aires: Editorial Lousada, 1994.

SHAKESPEARE, William. **A Tempestade**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2022. E-book.